TRIBUNA da imprensa

ANO XXVII — N.º 8.543 — RIO DE JANEIRO — RJ
Quinta-feira 1.º de setembro de 1977

RFF AUMENTA INVESTIMENTO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO

A rede Ferroviária Federal investiu, no primeiro semestre deste ano, recursos financeiros da ordem de Cr$ 4.607,9 milhões, representando 44 por cento do total previsto para o exercício. O Programa de Desenvolvimento Ferroviário destinou Cr$ 10,5 bilhões para este ano, para investimentos. Relatório nesse sentido foi encaminhado ao Ministro dos Transportes, Dyrceu Nogueira. —————— (Página 7).

VITÓRIA DE SMITH MANTÉM MESMAS REGRAS NA RODÉSIA

A Frente Rodesiana do primeiro-ministro Ian Smith, obteve 75 por cento dos votos nas eleições gerais e assegurou as 38 cadeiras já atribuídas no Parlamento, anunciou-se ontem em Salisbury.

Os resultados para as outras doze cadeiras serão conhecidos ainda hoje. Oitenta por cento da população branca participou das eleições rodesianas.

DECIDIDO: FIGUEIREDO PRESIDENTE, FROTA SERÁ O EMBAIXADOR EM PORTUGAL E O GEN. MOACYR POTIGUARA MINISTRO DO EXÉRCITO

Já está resolvido o impasse criado para a indicação do general João Batista de Figueiredo para a presidência da República: sua promoção a general de Exército (4 estrelas) deverá ocorrer no dia 25 de novembro. Fica assim superado o empecilho criado em 1969, quando da sucessão de Costa e Silva, que o Alto-Comando exigiu que o sucessor teria que ser um 4 estrelas. Para que atinja a patente mais elevada do generalato, serão abertas três vagas de general de Exército, com a expulsória do general Moacyr Potiguara, que completa a idade-limite de permanência na ativa, a saída do general Fritz de Azevedo Manso, no dia 25 de novembro, devido ao limite de 12 anos como oficial-general. Outras duas vagas serão obtidas nomeando-se dois generais para os cargos de embaixadores na França e no Paraguai. Uma série de remanejamentos permitirá que se alcance o general João Batista de Figueiredo que, desta maneira, seria promovido. O general Potiguara seria o novo ministro do Exército, enquanto o atual titular, Sílvio Frota seria mandado para a embaixada brasileira em Lisboa, substituindo o general Carlos Alberto Fontoura. O que ainda não está definido é a escolha do vice-presidente, que está entre o senador Magalhães Pinto, caso a solução seja civil, ou o brigadeiro Délio Jardim de Matos. Caso a opção seja civil, o brigadeiro ocupará o Ministério da Aeronáutica. (Helio Fernandes, em Fatos e Rumores, página 3)

Argentina e Chile internam oposição

Argentina e Chile figuram entre os países que praticam o internametno abusivo de opcsicionistas políticos em hospitais psiquiátricos. O problema dos internamentos psiquiátricos com fins políticos foi tratado ontem à noite pela primeira vez no Congresso Mundial de Psiquiatria, que se realiza em Honolulu, Hawaí, Estados Unidos. Em um simpósio à margem da assembléia geral do Congresso, um psiquiatra de Washington, o doutor Paul Chodoff, assinalou casos de internamento abusivo no Chile, Argentina, África do Sul, Tchecoslováquia, União Soviética e Romênia. Com relação a URSS, declarou que nos últimos seis anos, pelos 210 casos de internamentos em hospitais psiquiátricos de dissidentes menos políticos, foram comunicados à comunidade internacional. (Detalhes completos na página 8)

Nazista vive em terras do Chile

Walter Rauff, um criminoso de guerra nazista acusado da morte de cem mil judeus vive em Punta Arenas (Chile), onde administra uma empresa de pesca, denunciou a revista A Semana, local. A revista acrescenta que dois filhos de Rauff são oficiais do Exército e da Marinha do Chile, apesar de ter um nascido em Berlim e ocupariam atualmente funções importantes no Governo Militar Chileno. Rauff, de 71 anos de idade, foi tenente-coronel da SS na qual dirigiu o extermínio de milhares de judeus. —— (Página 2)

Danton espera por um novo "pacote"

O senador Danton Jobim espera que o novo pacote de reformas anunciado pelo presidente da Arena, deputado Francelino Pereira, tenha conteúdo mais liberal e que "quanto mais cedo vier melhor para todos os brasileiros". Disse que se o novo pacote constituir uma saída democrática, que provoque novos alargamentos ou correções e assegure a adoção de pontos essenciais do elenco de direitos humanos, a reforma vai interessar à Oposição. Revelou o parlamentar que a esta altura dos acontecimentos, o Movimento de 64 não tem mais condições para descartar-se de seus ideais democráticos e de seu compromisso com o Estado de Direito, que estão na raiz de sua eclosão, 13 anos atrás. Já o deputado José Maurício, do MDB fluminense, revelou ontem na Câmara Federal — (Página 3)

Uruguaio confia no fundo da bacia

O secretário-executivo do Fundo Financeiro da Bacia do Prata, o uruguaio Walter Lusiardo, expressou seu otimismo sobre o futuro da Bacia, em seu primeiro contato com os jornalistas, ontem, em La Paz.

Lusiardo é o primeiro secretário-executivo do Fundo e, com sua nomeação, se espera que, finalmente, se ponha em funcionamento efetivo o organismo financeiro da sub-região platense, que congrega a Argentina, o Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai.

O Fundo Financeiro foi criado há cerca de três anos, mas só agora começará a exercer suas funções. A capital constitucional da Bolívia, Sucre, a 700 km de La Paz, será sua sede permanente.

Petróleo viola lei antitruste

A Justiça Federal de Baltimore, Estados Unidos, considerou culpadas de fixação ilícita de preços, cinco companhias de petróleo e uma associação comercial especializada no setor. As companhias foram multadas e deverão pagar entre 50.000 a um milhão de dólares por violação a lei antitruste se a sentença for confirmada em apelação. Quanto à Associação Comercial Society of Independant Gasoline Marketer of America de Saint Louis, além de uma multa violenta, seu diretor corre o risco de ser preso por um período de um ano. —————— (PAGINA 6)

Senado suspende Direitos Humanos

O Senado Federal suspendeu ontem a votação do projeto do senador Itamar Franco, que obriga o ensino de disciplina Direitos Humanos Fundamentais em todos os cursos jurídicos do País. Um requerimento do senador Franco Montoro, aprovado pelo Plenário, adiou a votação da matéria. Pretende o representante paulista que o projeto seja retornado à Comissão de Educação e Cultura, para ser enriquecido com a emenda do senador Leite Chaves, do MDB do Paraná. (Página 3)

II Internacional será no Canadá

O próximo Congresso da Segunda Internacional se realizará em Vancouver, de 2 a 5 de novembro de 1978, anunciou ontem um porta-voz do novo Partido Democrático da Colômbia Britânica. Esta será a primeira vez, desde a criação da Segunda Internacional, fundada em Paris, em 1889, que um congresso se desenvolverá na América do Norte.

Entre os 350 delegados dos 70 países esperados, figuram os ex-primeiro-ministro da Suécia, de Israel, e da Inglaterra, Olof Palme, Yitzak Rabin e Harold Wilson, respectivamente.

Tito curva-se diante de Mao

O presidente Josip Broz Tito, da Iugoslávia, reconciliou-se ontem, a título póstumo, com seu mais decidido crítico, Mao Tsé-tung, ao tornar-se o primeiro visitante estrangeiro a inclinar-se diante do corpo embalsamado do líder chinês, no Mausoléu erigido em sua memória na Praça Tien An-men, em Pequim.

Ruy Castro será solto amanhã e não quer manifestação de nenhuma espécie

(Na coluna de Helio Fernandes)

QUERELA DUCAL

Por HORACIO CABRAL MAGNASCO

Por causa de alguns brasões das guerras napoleônicas eclodiu uma querela ducal entre o noivo da Princesa Carolina de Mônaco, Philippe Junot, filho do Prefeito Adjunto de Paris e o herdeiro do Ducado de Abrantes, Maurice Le Ray.

A polêmica explodiu entre o Duque de Abrantes e Michel Henri Junot, pai de Philippe, sobre o fato deste último invocar ser descendente do General Andoche Junot, Duque de Abrantes, um dos oficiais mais brilhantes das guerras napoleônicas, que é sempre lembrado pelos parisienses graças ao nome de uma avenida do Alto Montmartre.

● CURRICULUM VITAE

É evidente que, absorvido por suas obrigações de noivo principesco, Philippe Junot — que nestes dias realiza um cruzeiro pelo Mediterrâneo com sua prometida a Princesa Carolina no iate do produtor cinematográfico norte-americano Sam Spiegel — delegou, implicitamente a seu pai a salvaguarda do nome familiar.

Tudo começou quando, há cerca de três semanas, anunciou-se o casamento, fixado para junho próximo, da primogênita do Príncipe Rainier e da Princesa Grace de Mônaco, com Philippe Junot" descendente, em linha direta, do General Junot, Duque de Abrantes".

Com o objetivo de estabelecer um rápido "curriculum vitae" do futuro esposo da Princesa Carolina, os jornais recorreram a edição 1973-1974 do dicionário biográfico contemporâneo "Who Is Who Is France", em cuja página 918 figura Michel Junot ex-Deputado, Prefeito Adjunto de Paris, condecorado com a Legião de Honra e a Cruz de Guerra.

Na rubrica correspondente a sua situação familiar, Michel Henri Junot, após os nomes de seus pais, de sua esposa e de seus filhos — entre os quais naturalmente está Philippe — ressaltou ser antepassado do General Junot.

● WHO'S WHO IN FRANCE

Apesar de que durante muito tempo o "Who's Who In France" reproduzisse em suas edições a referência de Michel Henri Junot e seu caráter de descendente do General Junot, ao anunciar-se o compromisso de seu filho reagiram publicamente os que se sentiram afetados por esta afirmação.

Numa carta dirigida, há algumas semanas, a Michel Henri Junot, Maurice Le Ray, Duque de Abrantes, expressou que, para desfazer toda confusão capaz de produzir-se entre ambas as famílias, era preciso retirar a referência ao General Junot, que figura no célebre dicionário biográfico contemporâneo.

O famoso descendente do oficial de gabinete de Napoleão foi ainda mais além e ao não receber resposta de seu destinatário resolveu agir e contratou um advogado, gestão que, ao que parece, em nada perturbou o futuro sogro da Princesa Carolina de Mônaco.

"Nunca afirmei — declarou à imprensa sobre este particular — descender por linha direta do General Junot. Só indiquei, nas fichas que me fez chegar o "Who's Who In France", que este distinto oficial era um de meus antepassados, sem especificar de que forma".

Mesmo assim Michel Junot, numa operação de contra-ataque, afirmou que Maurice Le Ray só tem seu título desde o Segundo Império.

● TÍTULO DE DUQUE

"O General Junot — afirmou — não teve descendentes varões e o título do Duque de Abrantes se extinguiu com sua morte. Somente em 1869 uma de suas netas pediu e obteve de Napoleão Terceiro, que concedesse a seu marido, de nome Le Ray, o título de seu avô e é assim que o atual Maurice Le Ray tem, agora, o título de Duque de Abrantes.

Na realidade, a disputa entre Michel Henri Junot e Maurice Le Ray, Duque de Abrantes começou há algum tempo, inclusive antes que se anunciasse o próximo casamento da Princesa Carolina de Mônaco com Philippe Junot.

Ocorreram assim uma série de minúsculos incidentes" durante os últimos cinco anos, mas só agora, ao amparo da publicidade feita em torno dos nomes de Carolina e de Philippe, emergiu ao público.

Maurice Le Ray ressaltou que sempre se opôs a inclusão, no "Who's Who" do nome do General Junot como antecessor de Michel Henri Junot e ressaltou que este último consagra-se a colecionar quadros, cartas e documentos comprados nos leilões, para depois apresentá-los a seus amigos como retratos de família e recordações herdadas de seus pais.

"Até uma ocasião — ressaltou — fomos rivais no mesmo leilão, no qual disputamos um lote de cartas escritas pela Duquesa de Abrantes a seu marido, peça que eu consegui comprar".

"Lembro muito bem deste leilão — afirmou por sua parte Michel Henri Junot — mas devo ressaltar que a maioria dos objetos que lembram o General Junot, e que possuo, provêm de minha família e é assim que sempre vi em minha casa um retrato da Duquesa e um quadro que representa o General Junot na Batalha de Nazareth que lhe fora oferecido pelo Imperador".

No entanto, algum representante da velha nobreza francesa observa como alguma ironia, as peripécias da disputa Junot-Le Ray que, segundo seu modo de ver — nada tem que ver com os verdadeiros brasões da França.

Para a velha nobreza — seja de toga ou de espada — os títulos que tinha podido outorgar o Imperador Napoleão Primeiro — o usurpador, segundo os tradicionalistas — carecem de toda validez.

Os que foram concedidos pelo sobrinho do Imperador, Napoleão Terceiro, são mais apócrifos ainda, comparados com os que sustentam os atuais descendentes da aristocracia do velho regime.

A polêmica em torno do caráter de descendente ou não do General Junot carece, pois, de interesse nestes meios, para os quais o alto oficial de Napoleão Primeiro, apesar de seu título nobre, fazia a guerra em nome da burguesia e ao som da **Marselhesa**".

● IMPRENSA

O Governo boliviano ratificou ontem oficialmente em La Paz, seu total respeito à liberdade de imprensa que impera no país.

Um comunicado de todas as organizações jornalísticas, publicado ontem pela manhã em toda a imprensa nacional, salientou o apoio governamental ao exercício da profissão informativa.

O ministro do Interior, general Juan Pereda, assinalou que as autoridades dão plenas garantias aos jornalistas para que a liberdade de imprensa impere na Bolívia.

● CINEMA — URSS

No próximo dia 5 de setembro se realizará na União Soviética uma Semana do Cinema Argentino, com a participação de artistas locais e o auspício do Governo Militar.

Ontem, viajou para Moscou, uma delegação de figuras cinematográficas argentinas, para participar da semana que conta com a coordenação da Embaixada Argentina na URSS e do Instituto Nacional de Cinematografia.

A semana se desenrolará conjuntamente em Moscou, Kiev e Leningrado. Os filmes a exibir foram considerados medíocres pela imprensa de Buenos Aires, na oportunidade de sua estréia na capital portenha.

Recentemente, a argentina Mercedes Carrera foi galardoada com o prêmio à melhor atriz por sua participação no filme — dirigido por seu esposo Enrique Carreras — "Las Locas" no X Festival Internacional de Moscou.

Matou 100 mil judeus e está solto

BUENOS AIRES — Walter Rauff, um criminoso de guerra nazista acusado da morte de cem mil judeus vive em Punta Arenas (Chile), onde administra uma empresa de pesca, denunciou ontem a revista local *A Semana*.

A revista acrescenta que dois filhos de Rauff são oficiais do Exército e da Marinha do Chile, apesar de ter um nascido em Berlim e ocupariam atualmente funções importantes no Governo Militar chileno. Rauff, de 71 anos de idade, foi tenente-coronel da SS, na qual dirigiu o extermínio de milhares de judeus em 37 caminhões acondicionados para asfixiar sua carga de cem pessoas, mediante uma concentração de monóxido de carbono, afirmou a revista.

Depois da administração dos "Caminhões da Morte", Rauff foi transferido para a Itália em 1943, onde como chefe do Escritório de Segurança da SS em Roma, participou ativamente da perseguição dos resistentes antifascistas italianos.

Em 1945, prossegue a revista, Rauff foi o único oficial alemão que entregou a cidade italiana de Milão às tropas aliadas, sendo capturado por estas.

Transferido para Roma na espera do julgamento de Nuremberg, foi inexplicavelmente libertado e em 1948 se reuniu em Milão com sua família para dirigir-se primeiramente para o Líbano e depois, em 1950, para o Equador.

No princípio da década de 60, quando a caça aos criminosos de guerra se intensificou, prossegue a revista, Rauff decidiu instalar-se na cidade chilena de Punta Arenas, situada no extremo austral desse Continente.

A 13 de março de 1961, o juiz titular da cidade alemã de Hannover, ordenou oficialmente a detenção de Walter Rauff em uma ata na qual salientou que este "desde 1941 até julho de 1942, era dirigente da seção destinada à coordenação e emprego dos carros de gás, com os quais, principalmente nos territórios ocupados do leste, foram mortos homens, principalmente judeus".

Diante desse pedido, Rauff foi encarcerado no Chile em fins de 1962, mas apenas durante quatro meses, depois dos quais, foi libertado por estarem prescritos seus delitos segundo a Legislação Chilena e por não existirem tratados entre esse país e a Alemanha.

Segundo a revista argentina, desde 1968 Rauff administrou uma empresa de pesca em Punta Arenas, que conta com 13 navios e se mostra muito próspera.

Em seu diálogo com o jornalista de *A Semana*, Rauff diz: "Não sou culpado de nada. Nas guerras se luta e se mata porque se recebe ordens e porque é preciso ganhar e eu estou muito de acordo comigo mesmo, como sou e como fui".

Paraguai participará das negociações sobre Itaipu

ASSUNÇÃO — O chanceler Alberto Noguês sustentou que o Paraguai participará nas próximas negociações técnicas acerca do Rio Paraná, juntamente com o Brasil e Argentina para harmonizar o futuro aproveitamento energético, confirmou-se ontem em Assunção.

Noguês disse que Assunção será a sede da Conferência Trilateral do Rio Paraná, prevista para a segunda quinzena de setembro, porém indicou que ainda não há data definitiva para seu início.

A conferência terá como finalidade fundamental a compatibilização dos programas hidroelétricos de Itaipu, Yacyreta e Corpus, todos no Rio Paraná, que compartilham o Brasil, o Paraguai e a Argentina.

Espera-se que apesar da conferência, a represa hidroelétrica paraguaio-brasileira de Itaipu não será alterada tecnicamente já que a obra está em pleno processo de execução.

Especialistas argentinos haviam exposto seu temor de que Itaipu possa não favorecer, econômica e tecnicamente, a futura represa paraguaio-argentina de Corpus, que ambos os países estudam sem prejuízo do tratado sobre Yacyreta também no Rio Paraná.

"O Paraguaio não estará em caráter de terceiro convidado posto que é parte principal como também o são a Argentina e Brasil", em tudo o que se refere ao Rio Paraná, sustentou o chanceler Noguês ao confirmar que Assunção será a sede da Conferência Tripartite.

Advertiu que as negociações sobre o Rio Paraná terão um caráter reservado. "São questões delicadas que os técnicos vão conversar", disse aos jornalistas.

Afirmou que é possível que na primeira reunião sobre o Rio Paraná a conferência marque pautas gerais porém o chanceler Noguês afirmou que essa questão poderia implicar um dos aspectos que estará em jogo.

A Conferência Tripartite sobre o Rio Paraná suscitou em Assunção singular expectativa em razão da controvérsia que mantêm a Argentina e o Brasil quanto ao aproveitamento hidroenergético de seu curso.

Num editorial consagrado às conversações trilaterais entre a Argentina, o Brasil e o Paraguai, o **ABC Color** sustentou ontem que o Parguai deve zelar por seus direitos e evitar concessões prematuras", tratando de procurar "o maior bem para todos os países da região".

O diário de Assunção disse que a Argentina "não quer atrasar-se energeticamente frente ao Brasil e talvez queira, também, manter seu já absoleto dredomínio regional".

ABC Color opinou que o Brasil, por sua vez, "talvez procure captar para si o maior potencial energético que lhe seja possível, especulando, inclusive, com o futuro que irá localizando-o na categoria de potência mundial e que deve ir trabalhando para tal fim".

Greve dos trabalhadores no Peru é irreversível

BOGOTÁ — O Governo e dirigentes sindicais colombianos começaram ontem novas conversações em torno da delicada situação trabalhista, cuja ameaça principal era uma greve geral contra a carestia da vida.

Nessa reunião, que segue-se à outra realizada na última segunda-feira, participavam o presidente Alfonso Lopez, os ministros do Trabalho e da Fazenda e os dirigentes de duas das quatro principais Centrais Operárias do país.

Tais contatos foram reabertos em meio a versões de que a greve geral, irreversível segundo os líderes sindicais, pode ter uma duração de sete dias e não de uma jornada como afirmou-se até agora.

Alguns comentaristas continuam céticos quanto ao resultado de um iminente entendimento, pois a seu juízo muitas e importantes são as exigências da classe operária apresentadas ao Estado.

A situação, segundo afirmam, complica-se em razão da recente destituição de 18 promotores de uma greve que começou no setor petrolífero faz sete dias e de vários trabalhadores da indústria do cimento.

Os comentaristas assinalam que nem o Governo nem dirigentes operários querem ceder em seus pontos de vista. O principal deles no marco da anunciada greve geral cuja data de início espera-se com expectativa nos diversos círculos, refere-se a incontido aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade.

Porém, de acordo com observadores, não são menos importantes as pretensões sobre o levantamento do estado de sítio, a criação de um abono móvel para enfrentar o custo de vida e um aumento geral de salários.

O Executivo rejeitou a maioria dessas reivindicações e reiterou que tanto as atuais greves do setor petrolífero, como também em parte da indústria do cimento e no magistério oficial, assim como a decretada greve a nível nacional, estarão fora da lei.

Essa posição foi reiterada nas últimas horas pelo ministro de Governo, Rafael Pardo, para quem o Executivo "não cederá" no que se refere ao adiamento de tais demonstrações a seu entender claramente ilegais.

Entretanto, a situação trabalhista colombiana reúne-se da seguinte maneira, segundo os comentaristas.

— Educadores: o magistério estatal entrou ontem em seu nono dia de paralisação dos professores, segundo porta-vozes e somente trinta por cento deles, de acordo com meios oficiais. Essa greve busca aumento de salários e protesta contra um Estatuto Docente que o Governo colocou em prática nos meses passados.

— Petrolíferos: o principal complexo do país, em Barranca-Bermeja, no sudeste, está semiparalisado, assim como as demais refinarias do país.

Alguns operários, qualificados de "Esquiroles" (Fura-Greve) por parte dos grevistas, permanecem nas instalações fortemente custodiadas por tropas do Exército.

18 dirigentes dessa greve foram destituídos por ordens da Empresa Colombiana de Petróleos (ECOPETROL) e no transcurso desta semana houve choques entre grevistas e tropas do exército.

Os 5.000 operários da ECOPETROL exigem uma série de reivindicações, incluído um elevado aumento salarial.

PINOCHET DARÁ INDULTO A DOIS

SANTIAGO — A possibilidade de um indulto para os dirigentes socialistas chilenos, Erich Schnake e Carlos Lazo, que gestionava aqui o líder socialista chileno Felipe Gonzalez, depende exclusivamente do presidente Augusto Pinochet.

Schnake e Lazo, altos dirigentes da Unida Popular Chilena, posta na ilegalidade, cumprem penas de 25 e 30 anos de prisão, depois de ter sido condenados por um Conselho de Guerra da Aviação Militar, acusados de sedição e subversão.

Schnake, ex-senador e Lazo, ex-presidente do Banco de Estado do Chile cumprirem quatro anos de cativeiro em uma prisão desta cidade.

O secretário-geral do Pardo Socialista Operário Espanhol (PSOE), tomou uma iniciativa difícil, mas não impossível", disseram juristas.

O tribunal os considerou culpados, no dia 26 de setembro de 1974, de receber e fornecer informações confidencial entre a Aviação e a Unidade Popular para conseguir "a derrocada vertical das Forças Armadas".

Ambos foram condenados, em princípio, à morte, mas essa pena lhes foi comutada, enquanto que 63 aviadores receberam condenações diversas.

Os acusados não puderam recorrer a Corte Suprema, devido a que esta não podia intervir em sentenças dos Tribunais Militares.

A ministra da Justiça, Mônica Madariaga, esclareceu que, "a pessoa tem direito de pedir o indulto, mas é uma faculdade livre e soberana da autoridade concedê-lo".

Não obstante, os solicitantes, neste caso, Schnake e Lazo, devem contar com outro importante requisito, isto é, ter o visto de algum país.

Os dois políticos contam com esse requisito, já que contam com a autorização para ingressar na França, Austria ou Romênia.

Eles estão, atualmente, em condições de viajar a qualquer momento, se a primeira autoridade chilena receber favoravelmente esse pedido, como uma atitude "humanitária e generosa", segundo indicaram juristas consultados pela *FP*.

A voluntária gestão profissional de Gonzalez visa a conseguir a libertação dos detidos.

Tanto Schnake como Lazo formularam um pedido formal para ser beneficiados por uma disposição vigente (o Decreto 504), que lhes comutaria a pena de prisão pelo asilo.

O processo de tramitação do indulto é complexo e lento, visto que todos os antecedentes devem ser cuidadosamente estudados pela Comissão Especial de Indultos, criada pelo mesmo Decreto 504.

Uma vez examinados os expedientes, a Comissão recomenda ao presidente da República se é procedente ou não conceder esse benefício.

O primeiro mandatário não é obrigado, pela Constituição chilena, a acatar a petição, já que se trata de uma graça especial.

BUSCA FECHADA POR 2 NÚMEROS

MONTEVIDEU — A revista mensal **Busca**, especializada em Economia, foi fechada por dois números por criticar o Ato Institucional que eliminou a Justiça como terceiro poder estatal autônomo, anunciou ontem um comunicado oficial.

Achou a resolução governamental que o artigo formulou "conceitos e expressões lesivas e agravantes" com referência ao citado ato, adotado no dia 1 de julho último.

Acrescentou que estes conceitos e expressões "estão em desacordo com a mais elementar ética e correção de linguagem que corresponde empregar em impressos destinados ao conhecido do público" e que a revista **Busca** "reproduz uma conduta violatória das normas que regulamentam a matéria, em virtude do que constitui dever primordial do Poder Executivo impedir a perturbação do regime constitucional e da ordem pública".

Conclui assinalando que o fechamento por dois números é independente das "sanções que possam corresponder ao autor ou autores materiais e responsáveis" da publicação.

LA FONTE EXPLICA POSIÇÃO DA URSS

SANTIAGO — O Chanceler peruano José de La Puente desmentiu uma suposta "presença soviética" no Peru, relacionada com a compra de armamento de seu país na URSS informou ontem uma revista local.

"Nós enviamos uma equipe de pilotos à União Soviética para que treinassem.

Eles, por outro lado, nos enviaram uma equipe subalterna de manutenção, foi tudo", afirmou de La Puente a Ercilla.

"Aos que estranham nosso comportamento pergunto que teriam feito ou dito se em lugar de adquirir estes aviões na União Soviética, e tivéssemos adquirido nos Estados Unidos".

"Será que viriam dentro dos aparelhos, a delinqüência o racismo, as drogas e outras realidades semelhantes da América do Norte", perguntou.

"Nós acreditamos que nos aviões soviéticos chegou um equipamento militar que substitui outro que já estava obsoleto", afirmou.

GRANDE ROUBO DE ARMAS: CARTAGENA

BOGOTA — As Forças Militares foram postas em estado de alerta em virtude de um gigantesco e recente roubo em um Arsenal da Marinha Colombiana em Cartagena no Atlântico.

Altos chefes da Força Armada viajaram ontem a Cartagena para investigar o roubo de dinamite, pólvora, munições e outros elementos defensivos que representam mais de 70 por cento da existência de pólvora de Tierra Bomba, uma ilha situada ao sul da cidade.

As autoridades militares estão preocupadas com o destino desses perigosos elementos, destinados a defesa da costa norte colombiana.

BERMUDEZ FALA DA DÍVIDA DO PERU

LONDRES — O Presidente do Peru, General Francisco Morales Bermudez, reconheceu numa entrevista concedida ao Financial Times que o problema da dívida externa de seu país é "premente" e que todos os peruanos deverão sofrer privações para que a economia seja saneada.

Um enviado especial do jornal britânico escreveu na edição de ontem que o General Morales Bermudez afirmou-lhe recentemente, em Lima, que o Fundo Monetário Internacional "pretende aplicar a um país sub-desenvolvido critérios que somente são válidos para os países desenvolvidos".

Emedebista pede pacote que traga reformas liberais

BRASÍLIA — Ao analisar as declarações do presidente da ARENA, Francelino Pereira, no sentido de que haverá reforma política no País mas que a estrutura partidária não sofrerá alterações, o senador Danton Jobim (MDB-RJ) afirmou pouco importar que tal reforma venha através de um novo pacote "contanto que o seu conteúdo seja liberal", e "quanto mais cedo vier, melhor".

— Se constitui uma saída democrática, que permita futuros alargamentos ou correções, e assegure a adoção de pontos essenciais do elenco de direitos humanos, a reforma me interessa e deve interessar à Oposição, venha de onde vier. O que legitima uma Constituição, mais que tudo, é o consenso nacional, segundo afirmou um grande pensador político.

Citando como exemplo a Constituição de 1924, que foi outorgada, disse Danton Jobim que, "muito embora o melhor seria a adoção de uma Constituinte, à época, os partidos políticos entenderam-se em torno da reforma, de modo que o País a assimilou e viveu a sua sombra durante 65 anos de paz e unidade internas", isso porque "ela contava com o consenso da Nação".

RECEIO

Manifestando-se receioso sobre o futuro político-institucional do Brasil, argumentou o orador que a própria Oposição "não pode dar de ombros ao que o Governo fez ou deixa de fazer, porque tudo o que ele fez ou desfez afeta o presente e o futuro da Nação, o destino da democracia e a segurança de todos e de cada um dos brasileiros".

— Assim, à Oposição não basta pressionar o Governo, uma vez que, por sua própria índole, o sistema de Governo que se instalou nesta contingência de nossa História, é um sistema fechado, impermeável às pressões, tomando-as como parte de um esquema subversivo.

Afirmando que "tal falta de plasticidade é sumamente perigosa, acrescentou Danton Jobim que, também em decorrência disso, pode-se avolumar a Oposição extrapartidária, com a alimentação do radicalismo que pode desaguar no terrorismo, a falta de alternativas válidas, dentro da competição ordeira dos prélios políticos".

ESPANHA

Danton Jobim foi buscar na Espanha o exemplo de que "mais vale uma saída pacífica, sob a liderança de um governante esclarecido, como o admirável Rei Juan Carlos", do que soluções anárquicas para os nossos problemas políticos".

— A modernização das instituições espanholas era um problema bem mais complexo que a redemocratização do Brasil. Não obstante, vem sendo corajosamente enfrentada. E por que, por novos líderes? Não, por homens que pertenceram ao velho regime, mas não se deixaram aprisionar pelo passado.

GEISEL

Ainda fazendo comparação com a experiência espanhola, indagou Danton Jobim "por que o General Ernesto Geisel, a quem sobram atributos para tanto, não se converte no Líder nacional, supra ou pró-revolucionário, e não marcha para um programa de atualização do sistema que ele preside?".

Disse, em seguida, o representante oposicionista que, "a esta altura da História, o Movimento de 64 não tem mais condições para descartar-se de seus ideais democráticos e de seu compromisso, com o Estado de Direito, que estão na raiz de sua eclosão, 13 anos atrás, e fundamentam o programa, através do qual procurou legitimar-se".

— O recurso constante e repetido da cassação de mandatos parlamentares e, agora, a ameaça de processo contra o Presidente do MDB, não será uma prova de que politicamente, a Revolução ainda não ultrapassou a fase repressiva, ou seja, preliminar, da limpeza de terreno? Não se mostra, com isso, despreparada para enfrentar a tarefa de institucionalização, o que só fará com a retomada dos ideais que a inspiraram?

REBELDE

Depois de afirmar que o senador Teotônio Villela, "está desempenhando o papel de Marcel Lefebvre dentro da ARENA", e de sustentar que "a atualização do sistema só poderá dirigir o País rumo à democracia plena, com a libertação dos poderes desarmados que, hoje, funcionam como peças acessórias do Executivo", disse o orador estar certo de que o Presidente Geisel tem condições para levar à frente tal processo, "se não se entregar à tentação dos atos de arbítrio, que só poderão agravar o problema".

— Esperamos em Deus que Sua Exa. e seus assessores, militares e civis, incluindo o General João Batista de Figueiredo, tenha, enquanto é tempo, ouvidos para ouvir, olhos para ver o que se está passando neste País".

ELEIÇÕES

Em resposta a um aparte do Líder da Maioria, Eurico Rezende, para quem "o MDB não pode comparar a situação da Espanha com a do Brasil, porque quando o Rei começou a pensar em realizar eleições, aqui já havia", disse Jobim não ter feito nenhuma comparação entre os dois Países".

— Muito pelo contrário. Citei o caso espanhol para dizer que lá era muito mais difícil a redemocratização do que em nosso País.

Quanto às declarações de Francelino Pereira, Eurico Rezende afirmou que o Presidente da ARENA "não chegou a dizer que não haveria, para o futuro, reforma partidária" e sim "que o momento não é oportuno para tratar do assunto, cujo Juiz é o Presidente Geisel".

"A afirmação do Líder da Maioria no sentido de que "o Estado de Direito existe no Brasil, restando aperfeiçoá-lo", Danton Jobim, que recebeu o apoio de seu Líder Franco Montoro, e do Vice-Líder Itamar Franco, argumentou que "as cassações de mandatos são suficientes para provar o contrário".

MDB NÃO PODE SER ESTRADA DE VOLTA AOS ERROS

O deputado José Maurício (MDB-RJ) afirmou ontem na Câmara Federal que o MDB não pode ser a estrada de volta aos erros do passado, mas a clarinada do futuro. Acrescentou que "pode e deve ele ser a avenida por onde desfilem todos os anseios dos que, agora, buscam o caminho certo para o nosso país".

Segundo ainda o parlamentar, "deve ser o MDB o instrumento eficaz no processo revolucionário, para democratizar o país, uma vez que a ARENA está esgotada, cansada, acabada como esperança para o povo, pois se acomodou aos erros e, de erro em erro, foi permitindo que os errados caminhos da revolução se fossem institucionalizando".

CONSCIÊNCIA

O sr. José Maurício disse adiante que "a consciência jurídica do país tem se manifestado de forma clara e eficiente, como o fez na recente "Carta aos Brasileiros", de teor irretorquível e de mensagem que não merece reparos, salvo por parte daqueles que tiveram suas mentes cauterizadas e por isso não se lembram mais dos fundamentos e da tradição do direito em nosso país, cultuados e estudados há 150 anos".

Sobre a legítimo papel da revolução de 64, o representante fluminense na Câmara Federal lembrou que "naquela época, as nossas tradições democráticas estavam em jogo. As leis e a Constituição eram meros instrumentos decorativos. A vontade de poucos se impunha sobre os demais. Foi quando as ruas se encheram de gente. Procissões e passeatas se fizeram contra os rumos da nossa política. E os protagonistas foram superados pela força que provinha do povo, nascendo deste fenômeno o que todos esperavam e admitíamos ser uma verdadeira revolução democrática, recebida com estusiasmo no dia 31 de março de 1964".

O sr. José Maurício enfatizou que "esta revolução nasceu quando o povo tinha o direito de sair às ruas e clamar contra os erros dos que estavam cegos pela posse do poder", para em seguida acrescentar:

— A revolução de março de 1964 resultou especialmente daquela verdade inicial, inserida neste pronunciamento. Ninguém conseguia chegar a lugar certo, pois os caminhos escolhidos eram errados. Era difícil confessar o erro. Entendiam eles que o erro era o certo. E veio, finalmente, o fim de um quadro histórico que se durasse por mais algum tempo, ninguém, hoje, em sã consciência, pode afirmar qual teria sido o destino da Pátria".

Para o parlamentar emedebista, o povo, hoje, aos poucos vai encontrando o caminho de dizer o que sente. Ele cita as eleições do ano passado, com resultados amplamente favoráveis ao MDB, como o início das manifestações populares. "A legenda do MDB — salienta — passa a representar a rua, as praças, o rádio, a televisão, os jornais, os diretórios acadêmicos, as portas das fábricas e tantos outros lugares onde o povo se reunia ou se manifestava contra o estado de coisas vigentes antes da revolução de 64".

— No meu entendimento — observou — não são os "pacotes de abril", como não o foram os comícios da Central do Brasil, que podem conduzir o País à normalidade. Esta somente se alcançará pelos primados da lei, sem sentidos casuísticos, pois no Brasil de hoje a lei adrede mente preparada, com objetivos dirigidos, é que possui algum valor".

Deputado quer revogação de portaria

A revogação da Portaria que autoriza a chamada alta hospitalar por indisciplina, nos hospitais de doenças contagiosas do Estado do Rio, foi pedida, ontem, na Assembléia Legislativa, pelo vice-líder do MDB, deputado Sérgio Maranhão, sob a alegação de que "não podemos entender que um problema meramente social seja transformado em caso policial".

No entendimento do parlamentar a medida nada produz de bom, nem reverte em benefício de uma melhor estrutura de saúde, pois acaba provocando inúmeros problemas para o próprio Estado. Ele prometeu levar o assunto pessoalmente ao Secretário de Saúde, Hugo Pantoja, "para o surgimento de uma nova orientação sobre o problema".

NA RUA

O sr. Sérgio Maranhão exemplificou que se um paciente internado num hospital para tratamento de tuberculose comete algum ato de indisciplina, como ingerir bebida alcoólica ou usar tóxico, acaba tendo alta e vai para casa.

— Geralmente — acentuou — essas pessoas são de nível sócio-econômico dos mais baixos e terminam jogadas à própria sorte, muitas vezes até mesmo na rua. Ainda esta semana estive no Largo do Estácio, na residência de uma senhora que recebeu uma alta daquele tipo. Ela mora com seis crianças e está transmitindo às mesmas os bacilos da doença, por contágio direto.

Direitos Humanos em curso teve votação suspensa

BRASÍLIA — Por força de requerimento do líder Franco Montoro, da Oposição, aprovado pelo Plenário, o Senado adiou ontem a votação do projeto do senador Itamar Franco (MDB-MG) que obriga o ensino da disciplina Direitos Humanos Fundamentais em todos os cursos jurídicos do País.

A iniciativa de Montoro, no sentido de pedir que o projeto voltasse para reexame da Comissão de Educação e Cultura, suspendendo pela segunda vez a sua votação, foi a solução regimental por ele encontrada, visando a possibilidade que a proposição seja enriquecida com emenda sugerida por Leite Chaves (MDB-PR), estendendo aquela disciplina a todas as Faculdades brasileiras.

VOCAÇÃO

Ao encaminhar a votação, Leite Chaves, depois de classificá-lo como "um dos grandes projetos que estão tramitando no Senado", acentuou que seu propósito seria emendá-lo, para estender aquela disciplina a todos os cursos superiores, vez que, como acrescentou, os Direitos Humanos não se limitam apenas ao âmbito jurídico, pois estão presos ao homem e à sua vocação.

Apelando ao líder do governo para que aprovasse a proposição, salientou o parlamentar paranaense que o Brasil nunca careceu tanto de se conscientizar dos Direitos Humanos como agora. "A disciplina daria oportunidade para o indivíduo conscientizar-se sobre esses direitos", portanto, tem importancia e alcance maior que a de Educação Moral e Cívica".

DILEMA

Assinalou Leite Chaves que "o Delegado que tivesse curso de Direitos haveria de respeitar os presos, e não degradá-los, como tem ocorrido".

Também falando na ocasião, Evandro Carreira (MDB-AM) chamou a atenção para o que considera grande dilema : o indivíduo ou sociedade, para acrescentar que Itamar Franco apresentara aquele projeto "no afã de enfatizar a luta pelos resquícios das liberdades primitivas do homem". Afirmou que "se voltarmos contra a proposição, será renegar o livre arbítrio e fazer concessão ao terminismo, à ditadura genética".

Salientando a impossibilidade de haver pessoa humana sem respeito aos Direitos Humanos do homem, Carreira classificou aquele momento como histórico, tendo acentuado que a geração futura "irá nos julgar diante da votação que se fizer aqui hoje".

Além de Montoro, participou ainda dos debates o vice-líder Helvídio Nunes que, em nome da Maioria, manifestou seu apoio ao requerimento do líder oposicionista que provocou o adiamento da votação.

fatos e rumôres — EM PRIMEIRA MÃO

De HÉLIO FERNANDES

Segundo indicam altas e respeitadíssimas fontes de Brasília, teria sido resolvido o problema da promoção a General de Exército, do candidato a Presidente da República, João Batista de Figueiredo. Ele seria promovido ao último posto da carreira no dia 25 de novembro, e estaria assim afastada a última e mais resistente oposição à sua indicação como sucessor do Presidente Geisel.

GEN BATISTA DE FIGUEIREDO

Tendo o Alto Comando fixado em 1969, (quando ocorreu a morte do então Presidente Costa e Silva) que o Presidente da República deveria ser necessariamente um General de 4 Estrelas, a situação do general João Batista de Figueiredo enfrentou uma certa perplexidade pelo fato dele não ter ainda as indispensáveis 4 Estrelas, e ser o número 10 no Almanaque para promoção.

* * *

Mas agora tudo ficou resolvido com o seguinte esquema que será cumprido imediatamente. Há uma vaga aberta com a ida do general Carlos Alberto Cabral Ribeiro para o Tribunal Militar na vaga do general Sizeno Sarmento. No próximo dia 21 deste setembro que começa hoje, o general Potyguara completa 66 anos, a idade limite para a permanência na ativa. Ele é Ministro-Chefe do EMFA, mas não abre vaga por estar agregado. Mas para o seu lugar irá ou o general Dilermando Monteiro ou o General Bethlem. Qualquer um dos dois, ao ser nomeado, agregará, abrindo a segunda vaga. E a terceira vaga será aberta no próprio dia 25 de novembro quando o general Fritz Azevedo Manso completa 12 anos como oficial general, e é obrigado também por Lei a passar para a reserva. Mas como 3 vagas só não chegam, vão ser abertas mais duas da seguinte maneira.

* * *

Dois generais de 4 Estrelas serão nomeados para Embaixadas no exterior. As Embaixadas não estão ainda certas, mas tem-se mais ou menos como garantido que uma delas será a da França, e a outra a do Paraguai. Com a nomeação de um general para a França, o sr. Delfim Netto ficaria exultante, pois há mais de 1 ano que ele está querendo voltar para o Brasil, e o Presidente Geisel ordenou-lhe pessoalmente, "que esperasse o momento oportuno". O momento oportuno teria chegado para o angustiado e sofrido ex-ministro da Fazenda.

* * *

A outra Embaixada a ser ocupada por um general seria a do Paraguai. Há muito tempo o próprio Presidente Stroessner vem pedindo ao Brasil a nomeação de um Embaixador-General, por causa do excesso de problemas importantes hoje existentes entre os dois países e que ficariam melhor e mais rapidamente atendidos (segundo o próprio Stroessner) com um Embaixador-General. Ainda não foram cogitados definitivamente dos nomes, mas é bastante viável que o general Venitius Nazaret Notare que cai na compulsória em março poderia ir para o Paraguai como Embaixador, pois ele já serviu lá anteriormente e conhece bem o País.

* * *

Assim, o Presidente Geisel disporia de 5 vagas, e os generais de Divisão promovidos seriam os seguintes. 1 — José Fragomeni. O general José Maria de Andrada Serpa, que está com 62 anos e mais de 40 anos de serviços ao Exército, pediria reforma com a garantia de que seu irmão seria promovido quando chegasse a sua vez. 2 — Seria promovido o general Antônio Carlos de Andrada Serpa. Seriam ultrapassados assim os generais, Samuel Augusto Correa, Luiz Seff Selmann e Antônio Bandeira.

* * *

3 — Seria promovido o general Hugo Abreu, que estando agregado como Chefe da Casa Militar, não preencheria a vaga. 4 — Seria promovido o general Walter Pires de Albuquerque. 5 — Seria promovido o general Ernane Airosa, comandante do Exército da Amazônia. 6 — E finalmente seria promovido o general João Batista de Figueiredo, que está também agregado como Chefe do SNI, mas que desagregaria, ou ele ou o general Hugo Abreu da Casa Militar. Há que ressaltar de acordo com o informante, que só uma dúvida ainda não foi resolvida nesse esquema: se o general Samuel Corrêa seria promovido e nesse caso o ultrapassado seria o general Walter Pires ou se o ultrapassado seria o próprio general Samuel Corrêa. Mas de qualquer maneira esse detalhe não alcança a promoção do general João Batista de Figueiredo.

* * *

Indo o general Dilermando para a Chefia do EMFA, o general Ernane Airosa seria o novo comandante do II Exército em São Paulo. O general Betlem viria também para um Departamento, e para o comando do III Exército iria ou o general Hugo Abreu, logicamente se deixasse a Casa Militar, ou o general José Fragomeni. O general João Batista de Figueiredo ficaria agregado num cargo burocrático, pois iria correr o País todo em campanha eleitoral. Apesar da eleição ser indireta, o próprio candidato de acordo com o esquema e de acordo com a sua própria vontade, desejaria assumir compromissos públicos que cumpriria inflexivelmente durante o seu mandato.

* * *

O general Potyguara seria o novo Ministro do Exército, e o atual Ministro general Sílvio Frota, seria nomeado embaixador em Portugal. O general Carlos Alberto Fontoura já está lá há mais de 3 anos, e receberia uma nova comissão no governo do general João Batista de Figueiredo. Assim, todos os problemas seriam resolvidos satisfatoriamente, sem quebra da unidade militar e sem ressentimentos.

* * *

Restaria o caso do Vice-Presidente da República, que estaria entre o senador Magalhães Pinto e o Brigadeiro Délio de Mattos. No caso do escolhido ser o senador Magalhães Pinto por causa da missão política que desempenharia, o Brigadeiro Délio seria Ministro da Aeronáutica. No desenvolvimento dos próximos dias, o leitor iria (ou irá) encontrar o desdobramento de tudo o que está dito aqui. E dito por quem pode dizer porque sabe das coisas que se passam nos altos escalões que decidem.

* * *

O coronel Ruy de Castro, preso disciplinarmente por ter escrito e divulgado cartas a membros do Alto Comando, completa amanhã os 15 dias de prisão que lhe foram impostos, e será liberado amanhã mesmo. Ruy de Castro já comunicou a amigos que não quer manifestação de qualquer espécie, e pretende ir direto do quartel onde está preso para o seu sítio em Teresópolis.

* * *

Temia-se uma represália pessoal do coronel Ruy Castro revidando as afirmações descabidas, intempestivas e rigorosamente desnecessárias do sr. Adyr Fiusa de Castro contra ele. Mas Ruy Castro aceitou as ponderações dos amigos mais íntimos, e vai representar contra Adyr Fiusa de Castro esgotando todos os caminhos e todos os recursos permitidos pelo próprio Regulamento Disciplinar do Exército.

UR-GENTE

O Jornal do Brasil publicou ontem uma boa matéria sobre os crimes sensacionais, as explorações de que são vítimas seus personagens, e o verdadeiro massacre a que são submetidos todos os envolvidos, inocentes ou culpados, desde que personagens. A matéria como eu disse é muito boa, com uma ressalva muito importante: o Jornal do Brasil é um dos mais sensacionalistas na divulgação e exploração desses crimes, junto com seu sócio e parceiro, o notório Chagas Freitas, que vive e sobrevive única e exclusivamente por causa dos seus jornais de sangue.

—◆—

A situação não vai sofrer a menor modificação depois da matéria do **Jornal do Brasil**, pois seria necessária uma modificação da mentalidade dos responsaveis pelos grandes jornais. Que fizessem por exemplo como a TRIBUNA DA IMPRENSA, que não explora nem sequer noticia crimes. Consideramos os crimes uma reação do indivíduo que não pode ser extirpada de forma alguma. E não podendo extinguir o mal, pelo menos não damos amplitude a ele, esmiuçando detalhes e submetendo seus personagens a um massacre brutal e inacreditável.

—◆—

Nós conhecemos até minuciosamente a pesquisa de Institutos de Estatística dos Estados Unidos, de que o crime vem em primeiro lugar na lista de atração de venda dos jornais. Mas temos a coragem de conhecer as estatísticas e recusar os seus benefícios, não ampliando o mal que o crime representa. É lógico que a divulgação dos crimes, e a exploração do sensacionalismo que envolvem é um crime quase tão grande quanto o crime em si mesmo. Mas o que fazer se a "grande imprensa" vive disso e não pode abrir mão disso?

—◆—

Um grande criminalista norte-americano, certa vez disse a um amigo que lhe pedira um conselho: "Se você quer um conselho, faça por não comparecer jamais a um Tribunal do Júri, qualquer que for a sua condição. O Tribunal do Júri tritura qualquer um, testemunhas, acusados, acusadores. Ninguém escapa de um Tribunal do Júri". Confere em gênero, número e grau.

O advogado, jardinista e homem de alta cultura Carlos Perry, aniversariou anteontem. Uma multidão de amigos foi cumprimentá-lo. Quatro personalidades eram particularmente notadas, pela categoria internacional: Aarão Ackerman, Ivo Pitanguy, Paulo Niemeyer e Pontes de Miranda, quatro gênios da raça, quatro figuras realmente extraordinárias. ◆ Salomão Saad, Presidente do Monte Líbano, acertou em cheio: Carlos Perry vai fazer os novos jardins do clube. ◆ Domingo, Salomão Saad estará recepcionando a Justiça carioca, recebendo os Desembargadores para um almoço. ◆ Humberto Franceschi foi ontem para Brasília. Motivo: fotografar o Palácio do Congresso para um livro especialmente sobre esse genial trabalho de arquitetura de Oscar Niemeyer. ◆ A propósito: obtém o maior sucesso o novo livro de Oscar Niemeyer sobre alguns dos seus trabalhos. Cada vez gosto mais do Palácio do Congresso, e cada vez me entusiasmo mais com a pureza e a simplicidade das linhas do projeto para a Editora Mondadori, um edifício realmente maravilhoso. ◆ A propósito: pela primeira vez oficialmente Oscar Niemeyer se considera publicamente autor do projeto da sede da ONU. Sempre Oscar Niemeyer dizia que era um trabalho de equipe, quando se falava nisso Oscar desconversava, mudava de assunto, falava em coisa completamente diferente. Agora, inesperadamente, Oscar assume a paternidade, diz com todas as letras que o projeto da ONU é dele e de Le Corbisier. O que corresponde integralmente à verdade. ◆ Mestre Ackerman vai hoje para Londres, onde se demora algum tempo. ◆ O jovem advogado e ex-deputado José de Castro Ferreira, almoçando ontem no Castelo da Lagoa. ◆ O general Afonso Albuquerque Lima caminhando tranqüilamente pela Lagoa, em frente ao Clube Naval, e sendo cumprimentado por passantes desconhecidos que ainda se lembram dele. ◆ Muito grande ainda a repercussão da entrevista de 16 ex-Ministros de Estado de governos Revolucionários, pedindo a volta ao Estado de Direito. Esse é hoje um clamor nacional, "de quebrada em quebrada", que pode ser retardado mas não pode ser reprimido por muito tempo mais. A Democracia é uma convicção arraigada demais no Brasil para poder ser desconhecida.

CARTAS

SEMANA DA PÁTRIA

Ilmo.º Sr.
WILSON CORREIA
da
TRIBUNA DA IMPRENSA
Prezado Senhor,

A XIII Região Administrativa — Engenho Novo, através seu Administrador, tem a honra de convidar V. Sa. a participar das solenidades comemorativas da Semana da Pátria cujo programa segue anexo.

Outrossim, destacamos para efeito de maior divulgação o desfile cívico-escolar programado para o dia 2 de setembro próximo, na rua Dias da Cruz, às 9 horas, que temos absoluta certeza se revestirá de total brilhantismo.

Contando com a colaboração de V. Sa. valemo-nos da oportunidade para reiterar os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,
NILTON FRANÇA JÚNIOR
Administrador

"CANTATAS"

A Universidade Federal de Minas Gerais instituiu o concurso "Uma Cantata Brasileira", de caráter nacional, como parte da programação de seu cinqüentenário, numa promoção da Ars. Nova-Coral e colaboração do Conselho de Extensão, Escola de Música e Departamento Cultural da Associação dos Servidores da UFMG.

O concurso destina-se a estimular o compositor nacional ou radicado no País e a enriquecer o repertório coral brasileiro. O primeiro colocado receberá Cr$ 50 mil em dinheiro, prêmio do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. O segundo prêmio, patrocínio da Coordenadoria da Cultura do Estado de Minas Gerais, é de Cr$ 30 mil e o terceiro, no valor de Cr$ 20 mil, tem o patrocínio da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Além dos três prêmios, outros poderão ser instituídos e outorgadas "menções honrosas".

Os promotores do concurso somente acolherão trabalhos inéditos, que deverão ser inscritos, pessoalmente ou pelo correio, na Secretaria da Ars Nova — Coral da UFMG — Edifício Acaiaca — Av. Afonso Pena, 867 — sl. 1219, Belo Horizonte, até o dia 30 de outubro. A obra — original e cinco cópias — deverá ser inscrita com pseudônimo. O compositor, contudo, poderá concorrer com mais de uma cantata, desde que inscrita com pseudônimos diferentes. A obra concorrente deverá ser acompanhada de envelope indevassável, contendo em sua parte externa o pseudônimo e, no interior, os seguintes elementos: Ficha completa do compositor, seu endereço e pseudônimo; fotocópia da carteira de identidade; fotos artísticas e curriculo para fins publicitários.

As obras deverão ser "a cappella", escritas sobre a formação tradicional de coro misto a quatro vozes: soprano, contralto, tenor e baixo.

As cantatas deverão ter a duração mínima de vinte e máxima de quarenta minutos, serem, por excelência, brasileiras, mas não necessariamente de estilo nacionalista. Deverão, ainda, ser compostas sobre texto de autor brasileiro, em português, ou dialetos indígenas ou afros do Brasil.

A Comissão julgadora, presidida pelo Regente Titular do Ars Nova — Coral UFMG, será constituída de compositores e maestros de reconhecida competência e os resultados do concurso divulgados pela imprensa.

TRIBUNA DA IMPRENSA
Redação:
Editor Responsável:
Hélio Fernandes Filho
Diretora Administrativa:
Nice Garcia Brant
Redação, Administração e Oficinas
Rua do Lavradio, 98
Telefone: 252-6046
Telex n.º (021) 22752
ETIM-BR
VENDA AVULSA
Estado do Rio e Espírito Santo — Cr$ 3.00
Minas Gerais e São Paulo Cr$ 4.00
Distrito Federal, Paraná e Goiás — Cr$ 6.00
Exemplares atrasados Cr$ 5.00
Sucursal de Brasília:
SHIN-QI 2/8 casa 5 - Lago
Telefone: 77-1143
(endereço provisório)
Brasília - DF
Belo Horizonte Avenida Francisco Sales 536
Tel.: 224-3773

Política

JOSÉ COSTA

O Brasil está completando 250 anos da introdução do cultivo do café. E já vai longe na lembrança o esforço de Francisco de Mello Palheta para trazer da Guiana as primeiras mudas de café. Para o leigo, o simples consumidor de rua, pouco importa que em 1732 já estivessem sendo mandadas para Lisboa as primeiras mostras do café colhido na Provincia do Pará, fruto do trabalho laborioso dos que cuidaram das mudas trazidas por Palheta. O que importa para os consumidores atuais é a realidade. Um quilo de café por 60 cruzeiros. Um preço que garante aos que ganham o salário-minimo, um consumo mensal de apenas 20 quilos de café por mês. Duzentos e cinqüenta anos depois da introdução das primeiras mudas de café, seria muito mais lógico, muito mais compreensivel que o café fosse vendido a preços mais populares, pois todo o Brasil o consome, de norte a sul, de leste a oeste.

☆ ☆ ☆

Fala-se, com muita insistência, que o preço interno do café, é baixo. E para tal são apresentadas mil e uma desculpas desde a necessidade de manter os preços no mercado internacional, hoje divido entre paises produtores e paises consumidores. Uma guerra diplomática que parece não ter mais fim, mas que atinge, por via indireta, a economia da população, hoje lutando contra a alta do preço do feijão, já que o tabelado, depois de importado chega e desaparece, com os preços astronomicos do café, com o encarecimento brutal do preço do leite, tudo dentro de um quadro que, em que pesem todos os esforços do Governo, não meça, pelo menos para as donas de casa, que a cada momento, a cada instante, mas se vão convencendo do verdadeiro significado do aviltamento da moeda em conseqüência do aumento (que alguns dizem ser lento) da espiral inflacionária.

No caso do café o que mais dói é saber que, não sendo natural do Brasil, já que é nativo da Abissinia, aqui ele encontrou uma espécie de clima ideal para o seu desenvolvimento e tanto foi assim que, da sua introdução até hoje, criou uma verdadeira elite, os chamados Barões do café, que no século passado ganharam a guerra com o Paraguai e que no século atual, antes da grande queima dos estoques, em decorrência do excesso da produção, faziam e desfaziam senadores e presidentes da República, dando ao pais, durante muito tempo, uma alternância de Minas e São Paulo no comando da República. Hoje o café, mantendo a sua força, já não tem mais o controle do pais. Mas o General Café, figura muitas vezes lembrada para recordar algumas quedas de mandatários do poder, parece que ai está, atento, vendo de perto o que ocorre, porque sabe que o que ocorre é conseqüência de falta de previsão, é falta de uma politica adequada para o produto.

☆ ☆ ☆

Para quem sabe que logo que foi introduzido no Brasil o café floresceu nas matas da Tijuca, nas encostas de Santa Teresa, nas margens da Lagoa Rodrigo de Freitas e em tantos outros pontos deste municipio do Rio de Janeiro para somente depois subir a Serra do Mar em direção a São Paulo, caminhando ao mesmo tempo com destino a Minas, Espirito Santo e o Paraná, é duro verificar que hoje, decorridos 250 anos de sua introdução, cada quilo de café custe no consumo interno 20 avos do salário da maioria dos trabalhadores brasileiros. As justificativas são muitas: a geada, a ferrugem, a cigarrinha, a sauva, a erosão, a falta de matéria orgânica nos solos, provocado pela queima indisciplinada de matas e florestas, quando não havia necessidade, pois o café, que é uma rubiacea prefere florescer à sombra, aproveitando o humus das ingazeiras, feijão guandu e outras leguminosas que fortalecem a terra, provendo-a de suas deficiências de cálcio, potassa, etc. etc. Até parece que tudo foi feito como que de propósito para impedir a superprodução, através de uma politica destinada a manter os preços, cada vez mais altos, tanto no mercado interno, como no externo. Um verdadeiro non sense.

☆ ☆ ☆

Por falta de uma politica agressiva, principalmente politica externa, o Brasil foi perdendo, em grande parte, para produtores de menor importância, o controle dos mercados internacionais. E hoje, decorridos 250 anos da introdução do café no País, é obrigado a dividir com os outros, uma supremacia que já não tem, embora todos reconheçam que na balança externa das exportações ele continua a pesar, pois apesar de todos os pesares ainda é o nosso principal produto de exportação.

☆ ☆ ☆

Caberia, portanto, perguntar de quem é a culpa? Do sr. Camilo Calazans, hoje presidente do IBC, que ninguém conhecia antes e que hoje, por dirigir este órgão se dá até o luxo de indicar candidatos a Presidência da República? De Getúlio, que logo depois de 1930 mandou fazer a queima dos cafezais? Da estrutura agrária brasileira que não se preparou devidamente para enfrentar a geada e a ferrugem? Dos pequenos plantadores de café que abandonaram suas lavouras porque já não adiantava plantar em terras cansadas? A quem cabe, portanto, a culpa? Ao brasileiro, por tanto gostar de café? Ao americano, que chega ao extremo de jogar o nosso café no Rio Hudson num protesto contra a alta de preços? Ou simplesmente aos outros paises produtores, que avançam nas brechas deixadas pelo Brasil e que aos poucos, somente porque plantam café à sombra, de grão mais mole, vão conseguindo convencer o mundo de que possuem um produto melhor do que o nosso?

☆ ☆ ☆

Em materia de café o que parece é que está precisando ser feita uma boa revisão. De nada adianta os órgãos do Governo (IBC Secretaria de Agricultura, Banco do Brasil) estarem a dar financiamentos para o plantio de novas mudas em locais situados acima de uma cota de 600 metros. Há antes que cuidar da terra. E não deixar que se cometam hoje os erros do passado. Queimadas, derrubadas, uso indiscriminado de processos rudimentares que vão desde as podas violentas (já denunciadas uma centena de vezes) à má utilização dos recursos que são postos nas mãos, dos que por obrigação, seriam obrigados a zelar pelo nosso café. Afinal de contas o café é nosso.

Futebol e televisão

FRANCISCO PEDRO DO COUTTO

O sr. Otávio Pinto Guimarães, presidente da Federação Carioca de Futebol, anunciou que vai enviar oficio ao cmte. Jovino Pavan, superintendente da Aderj, no sentido de que a **TV-S**, Canal 11, seja impedida de entrar no Estádio do Maracanã e gravar video-tapes das partidas de futebol. Revelou, também, que vai pedir à **TV-Educativa**, Canal 2, que não mais forneça à **TV-Silvio Santos** os tapes dos jogos que as emissoras utilizam em suas programações esportiva. As iniciativas do sr. Otávio Pinto Guimarães são bastante discutiveis e é mesmo de se acreditar que poderão abrir uma discussão muito interessante no campo do próprio Direito. O presidente da Federação Carioca deseja punir o Canal 11 pelo fato de, domingo último, ter transmitido diretamente de Nova York a partida entre o Cosmos e o Seatle, na decisão do campeonato norte-americano. Transmitiu a partida diretamente, às 17 horas, no mesmo horário do Fla-Flu. Otávio Pinto Guimarães acha que a **TV-S** infringiu um acordo existente entre a FCF e as emissoras, que se destina a impedir que na mesma hora em que são realizados jogos locais, sejam transmitidas quaisquer outras partidas de futebol. Não há dúvida que a atitude do Canal 11 colidiu com o acordo. Mas daí a estabelecer uma punição contra a emissora utilizando-se para isso a administração pública — no caso a administração do Maracanã — vai uma grande diferença.

Em primeiro lugar o acordo ou convênio existente envolve os clubes e as estações. Não envolve, nem poderia envolver, a direção do Estadio do Maracanã, tampouco de quaisquer outros estádios públicos. O Maracanã é uma praça de esportes pública não pertence a nenhum clube ou a um conjunto de agremiações. Colocada esta questão, indaga-se como poderia o governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Aderj, aplicar uma proibição contra uma emissora. Não existe na lei essa possibilidade. Um governo, seja ele federal, estadual ou municipal, não pode estar a serviço de interesses particulares. Não pode, assim, aplicar sanções como se ele fosse o atingido, quando na realidade a questão é muito discutivel.

O Estádio Mário Filho não se encontra à disposição dos clubes. Tanto assim que deles cobra, e cobra muito bem, uma taxa de 10 por cento para a realização dos jogos. Afinal, o Maracanã foi construido com o dinheiro de quem? Dos clubes? Nunca. Foi construido com o dinheiro exclusivamente público, de todos nós, contribuintes cariocas. As agremiações esportivas não entraram com um centavo sequer para a obra, cuja autorização inclusive decorreu de uma lei municipal, originária de projeto do então vereador (e famoso compositor) Ari Barroso. Francamente, não vejo como possam os clubes mandar num proprio da administração pública, sobretudo ao ponto de pedir ao superintendente que impeça o acesso de uma emissora às suas dependências.

Em seguida, Otávio Pinto Guimarães pede ao diretor da **TV-E**, Carlos Dondeo, que também aplique uma outra punição contra o **Canal 11** e não lhe ceda os **tapes** dos jogos. Ora, o que tem a ver a **TV-Educativa** com a discussão entre a Federação e a **TV-Silvio Santos?** Nada. Como então reivindicar que a **TV-E**, que pertence ao governo federal, boicote uma concessionária? Não sei se o presidente da Federação atentou bem para o que propôs. Mas se alguém analisar com calma — ele próprio, que é um homem inteligente — vai verificar que deseja apenas que os governos Geisel, no plano federal, e Faria Lima, na esfera estadual, funcionem como instrumentos punitivos por parte dos clubes da FCF. Basta o simples enunciado da questão para se verificar sua total improcedência. Isto de um lado.

De outro, a atitude de Otávio Pinto Guimarães vai servir para que seja reaberta uma outra questão: até que ponto podem os clubes esportivos, que nem sequer pagam ao INPS, avocar a si o direito de impedir o acesso das emissoras de televisão nos estádios da Administração Pública? Se alguém examinar atentamente a legislação, verificará que as emissoras de TV ainda não conseguiram transmitir as partidas ao vivo apenas por falta de Departamentos Juridicos realmente capazes de defender esse seu acesso. Nos estádios particulares, a proibição é indiscutivel. Mas nas praças publicas de esporte, como é o caso do Maracanã, do Mineirão e do Pacaembu, a situação muda de figura. A meu ver, os clubes não têm autoridade para impor isso aos poderes públicos. Acordos ou convênios existentes não têm base legal definida e sim decorrem de uma realidade extralegal. Mas é uma norma fundamental de Direito que as proibições têm que ser explicitadas em lei. E no caso do televisamento direto lei alguma trata da matéria. Eis ai uma questão que merece ser suscitada. Sobretudo porque o televisamento direto (único meio de salvar financeiramente os clubes) interessa, como revela o IBOPE, a 2 milhões de habitantes do Rio. E o Maracanã só tem capacidade para 160 mil pessoas. A questão assim, além do mais, é de interesse público e envolve diretamente a administração pública.

Todo dia é dia

PEDRO PORFIRIO

Já faz um ano, o Departamento de Cultura do Municipio anunciou, solenemente, ter obtido, através da Secretaria de Finanças, espaço de *out-door*, à ração de um metro quadrado por cartaz, para a divulgação das atividades culturais na cidade.

Já faz um ano, igualmente, as empresas do setor se reuniram e fundaram a Central de Out-Door, entidade que, por sua estrutura abrangente, poderia perfeitamente ser contada oficialmente para a execução da medida.

Acontece que não há notícia de que se tenha feito qualquer coisa no sentido da viabilização da medida anunciada, apesar da continuada carência de motivação cultural no que se diz um centro tipicamente cultural. A idéia em si foi feliz, mas faltou a não sei quem suficiente interesse para torná-la uma realidade, de forma que estão as atividades artisticas perdendo uma excelente oportunidade de maior e mais eficiente difusão junto ao grande público.

Poucos, provavelmente, perceberam o alcance da idéia porque, em geral, há uma miopia generalizada em relação à propaganda, à divulgação das artes junto ao grande público. Em geral, todo o trabalho cultural se especializou no atendimento do "produto" e dos produtores e não na satisfação das amplas camadas de 'consumidores" potenciais.

Isso, certamente, implicou na deformação acentuada quanto aos objetivos das iniciativas culturais no âmbito dos departamentos oficiais. Quer-se, sobretudo, socorrer o artista, sem criar, paralelamente, uma estrutura efetiva de motivação, capaz de tornar a necessidade do socorro menor. Quero dizer: é válida a assistência oficial aos produtores, mas ela só será suficientemente consistente na medida em que for espalhada sob forma de uma grande raiz.

O caso do abandono da idéia do *out-door* é um caso típico de desprezo dos recursos motivacionais maiores. Ninguém desconhece a força do crtaz de rua e, portanto, a ninguém é lícito acomodar-se diante das dificuldades prováveis, como os custos e a estrutura de permuta que seria necessária para o uso dos espaços.

Fica daqui uma cobrança ao comandante Martinho de Carvalho, diretor do Departamento de Cultura, que foi quem mais se empolgou inicialmente com a idéia.

TODA HORA É HORA

1. — Para qualquer contato, a Central de Out-Door funciona na Barão de Petrópolis, 293, tel.: 284-2249. 2 — O Prefeito Marcos Tamoyo comunicou oficialmente ao general Leandro Figueiredo, presidente da Associação dos Moradores da Lauro Muller e Adjacências, que já está publicando editais de concorrência para a criação da área de lazer reclamada pelos moradores da área, conforme o excelente projeto do Departamento de Parques e Jardins. 3 — Maria Pompeu está eufórica com os primeiros passos para a encenação da 'Burguesa Isaura", cujo papel-título será interpretado por ela. 4 — A propósito, amanhã termina a temporada do "Bom Burguês" no Teatro Nacional de Comédia: um "sucesso" para ser devidamente analisado. 5 — Em seguida, Camila Amado aproveitará a deixa e encenará lá, durante setembro, a 'Festa de Sábado". 6 — Tudo bem: Orlando Miranda bastante tranqüilo à frente do SNT, com o respeito e a admiração de toda a classe teatral. 7 — Edson Khair em grande atividade, como um dos mais eficientes parlamentares da Oposição brasileira.

O interesse de todos na política

ARISTÓTELES DRUMMOND

O deputado Francelino Pereira, é o presidente da ARENA mas não tem representatividade para falar em nome do partido, o que é natural pelo motivo simples de não ter sido escolhido pelos arenistas para o cargo. Pode sim falar em nome do governo, como vem de fazer depois de uma entrevista com o presidente da República. Confirmou que as reformas virão, conforme espectativa e desejo da classe politica. Apenas que em etapas, como que se referindo a manutenção das regras vigentes para os pleitos do próximo ano, em que a única exceção poderá ser a extinção do mandato senatorial indireto.

O senador Petrônio Portela é outro que procura falar em nome do governo, sendo que pelas suas qualidades de político é ou pode ser um intérprete do pensamento de seus correligionários e até eventualmente dos oposicionistas. São dois instrumentos do Palácio do Planalto, com posições e características diferentes.

Na verdade a ARENA já morreu para os arenistas, sobrevive na ingenuidade política dos geo-politicos, ou membros da escola ortodoxa germânica, em que a insistência é peça conhecida. Todos os arenistas já se pronunciram pela extinção dos atuais partidos, especialmente os que deverão ter contatos eleitorais no próximo ano.

O ano corrente será ainda de muita conversa, poucas para valer, muita especulação e intensa articulação com vistas à sucessão presidencial. Depois é que as reformas começarão a ser examinadas, as sucessões estaduais, o pleito direto de novembro.

Mas o interesse que as coisas da política estão despertando nos mais diferentes setores da vida brasileira, em diferentes posições, está a pressionar para que as novidades sejam logo anunciadas ou trazidas a debate.

Não se pode ignorar os temas discutidos no Congresso Nacional, na imprensa em geral, nos meios intelectuais e liberais, no empresariado e nos grandes centros de estudos, em que é ponto alto a Escola Superior de Guerra, onde o publicitário Mauro Salles, uma figura de talento e visão, vem, por exemplo, de falar sobre verdades evidentes, cujas exceções são comprometedoras e até mesmo mesquinhas, como no nosso caso.

BRASIL — ANTES E DEPOIS DE JK

DILSON RIBEIRO

Há quem diga — e com indiscutivel propriedade — que agosto é o mês dos desgostos. Para os brasileiros não há dúvidas de que, em termos históricos, agosto tem no seu calendário uma seqüência de tragédias. Foi em agosto que o País viveu uma de suas piores crises politicas, culminando com o suicidio do Presidente Getúlio Vargas, exatamente na data de hoje, vinte e três anos atrás. Em agosto, o sr. Jânio Quadros renunciou à Presidência da República, acendendo o estopim de uma outra violenta crise politica, em que o Brasil esteve a dois passos de uma guerra civil. Um novo agosto — o de 1976 — nos trouxe mais uma tragédia, sob o rótulo da fatalidade: um automóvel desgovernado rouba-nos do convivio e de nossas esperanças o Presidente Juscelino Kubitschek.

Na misteriosa roda do tempo, eu sei que a ninguém é dado esbravejar, ou sequer influir para que os fatos tenham outros rumos, as tragédias se alimentem de outras vitimas, deixando a salvo aquelas de nossa veneração. Poderíamos, por exemplo, indicar uma série de figuras, também do primeiro time, para atender à voracidade do mês dos desgostos, contando que o nosso JK não privasse ao seu povo o sorriso, que ele fosse poupado na fogueira de um calendário, reconhecidamente, antropófago. Mas a roda do tempo não se deixa comover e segue impassível o seu caminho.

Não é fácil dimensionar a figura de Juscelino. Eu o conheci de perto com ele convivendo ao longo dos três últimos anos do seu governo No estadista morava o espírito alegre do boêmio, que amava as serestas e não resistia à tentação de bailar, quando diante de uma bela jovem e do calor de alguns acordes musicais. Na linguagem de hoje, estaria sempre disposto a "curtir um som". O ponto forte de sua vida talvez tenha sido o de não se deixar deslumbrar diante do poder. Os bajuladores não conseguiram tirar de dentro de si a imagem do telegrafista, que o acompanhou em todos os postos de comando, inclusive na Presidência da República. Foi por isso que ele sempre governou com o coração. Ao contrário da nova filosofia hoje reinante no Brasil Juscelino era um homem sensível às pressões e não se sentia diminuido em aceitá-las. Entendia que as pressões são legitimas, quando partida do povo. Assim é que acolheu de um humilde e anônimo popular a sugestão de construir Brasília. E foi em frente, com a obstinação bíblica de um removedor de montanhas. Contra a sua bravura ergueram-se os inimigos os pigmeus que sempre odiaram as grandes realizações. Certa feita o ouvi dizer, num desabafo: — "Se eu não houvesse me transformado em um bombeiro, este País já se teria incendiado".

Mas JK não era apenas o grande realizador, o homem que sabia apagar incêndios, na sua própria definição. Juscelino Kubitschek sempre foi um amante da liberdade, um democrata. É possivel que sonhasse em ver o Brasil alinhado às grandes potências, que construiram a sua grandeza sobre o alicerce do respeito ao direito de cada um, através de cujo principio as pessoas não são vistas apenas com um número, um pagador de impostos, mas seres que merecem e devem ser respeitados. Durante o reinado de JK o Brasil esteve a caminho de sentar-se à mesa dos grandes, sem envergonhar-se de si mesmo e sem falar a linguagem daqueles que têm alguma coisa a ocultar.

Em síntese é quase impossível dizer o que representa Juscelino, em termos históricos para o País a que serviu com a devoção de um fanático. É possível que mais tarde, quando as paixões se apagarem, o Brasil seja estudado em duas fases distintas: ANTES e DEPOIS DE JK.

Governador e prefeito divulgam orçamento-78

O governador do Estado enviou ontem à Assembléia Legislativa para aprovação, a proposta orçamentária do Estado do Rio para o próximo exercício, que prevê receita global de 32 bilhões de cruzeiros, montante que supera em 36 por cento o orçamento do ano em curso.

O prefeito Marcos Tamoyo também foi à Câmara Municipal submeter à apreciação da Casa o orçamento da cidade, que dispenderá 60 por cento de seus recursos com o pagamento do pessoal. A Secretaria mais favorecida será a da Educação, que receberá 3,2 bilhões de cruzeiros e a grande surpresa foi o reduzido montante de 1,3 bilhões à Secretaria de Obras. A prefeitura pagará 700 milhões de cruzeiros de juros e correção monetária pelos empréstimos contraídos. As Secretarias Municipais em conjunto, receberão apenas 17,5 por cento do total do orçamento e o município investirá apenas 7,5 por cento.

ESTADO

De acordo com a minuta enviada ao governador pelo Secretário do Planejamento, Ronaldo Couto, o Estado continuará investindo mais nas regiões mais carentes de recursos e, portanto, mais necessitada de investimentos.

Revelou, num apanhado dos resultados obtidos até agora com a fusão, que a economia estadual "cresceu 7 por cento reais em 1975 e 10,1 por cento também reais no atual exercício, superando a média nacional e permitindo alcançar nível de renda interna cerca de 18 por cento superior à dos antigos Estados reunidos, em 1974"

"A renda por habitante no Estado ultrapassou a 1600 dólares em 1976, vale dizer, mais de 50 por cento acima da nacional. A renda per capita carioca, isoladamente, ultrapassou a 2 mil dólares".

Partindo de uma receita orçamentária de Cr$ 10,2 bilhões em 1975, o Estado alcança Cr$ 16,5 bilhões em 1976, prevê Cr$ 23,5 bilhões para 1977 e agora propõe Cr$ 32,6 bilhões para 1978. Isso sem criar ou elevar tributos e obtendo para os orçamentos que executou-os de 1975 e 1976 índices de realização de 90% e 98%, respectivamente.

Ainda sobre o ano em curso, Couto afirmava que mais de 500 empresas, até maio passado, haviam decidido ou "já estavam executando projetos novos ou de expansão no Estado, com investimentos previstos superiores a Cr$ 100 bilhões e criação de mais de 100.000 novos empregos diretos, níveis que, mesmo admitidos adiamentos e desistências, parecem assegurar ritmo bastante satisfatório de investimentos privados neste ano e nos próximos".

— Se tais resultados de modo algum autorizam a desconhecer ou minimizar os muitos problemas presentes na realidade estadual — às vezes debitados à fusão, apesar de anteriores a ela — não deixam de constituir alento para todos que se comprometeram com a tarefa do desenvolvimento. Especialmente, porque obtidos no período mais crítico do próprio processo de fusão e numa fase também reconhecidamente das mais difíceis do desenvolvimento nacional, inclusive pelas novas condições internacionais de pós 1973, intimamente relacionadas aos hoje tão conhecidos problemas de balanço de pagamentos, dívida externa e ritmo inflacionário, isso para ficar apenas com os aspectos ditos econômicos.

Não há como negar, como reconhecido, os muitos problemas presentes no Estado — disse o secretário e prossegue:

— Mas também não é correto nem justo menosprezar os resultados obtidos, principalmente quando se considera que o Estado conseguiu multiplicar seus recursos sem elevar ou criar tributos, mas pela via de adotar efetivamente novo método de governo; reorganizar-se; definir nova política de desenvolvimento e articular-se com os municípios, governo federal e setores privados para a execução dessa nova política de desenvolvimento elaborada para a região como um todo, ela que antes esteve sujeita, simultaneamente, a mais de uma estratégia de desenvolvimento (explícita ou não), por força da fronteira político-administrativa de pré-fusão, com dois governos e o divórcio entre o grande pólo e sua principal região polarizada.

"As prioridades de gasto contidas nesta Proposta Orçamentária para 1978, como a de 1976 e as do Orçamento em vigor, consogram as diretrizes e prioridades do I PLAN-RIO, optando pelo essencial e exeqüível, sempre com vistas ao alvo principal que é melhorar as condições de vida da população".

— É preciso, antes de tudo, dizer que seus Cr$ 32 bilhões de receita global superam em 36% o valor do orçamento em execução. É também indispensável anotar que admitiu-se para a principal receita do Estado, **a tributária**, crescimento nominal médio de 43%, sendo de 40% o previsto para o principal componente, que é o ICM, de cuja arrecadação os municípios participam com 20%, conofrme regra da Constituição federal. Em conjunto, os tributos e taxas de competência estadual somam Cr$ 22,4 bilhões nesta Proposta. Quanto às **transferências federais tradicionais** — correspondentes à participação do Estado na arrecadação do IPI, Imposto de Renda, Imposto Unico sobre Minerais do País, Salário-Educação, Taxa Rodoviária Unica, Imposto Unico sobre Combustíveis e Lubrificantes, etc. — os números que constam da Proposta são os fornecidos pelo Governo da União, totalizando Cr$ 3,6 bilhões. Na definição do volume de **operações de crédito**, considerou-se não apenas a legislação vigente, mas também as amortizações previstas, obedecido o princípio de que só é admissível o endividamento para antecipar a realização de bons projetos e programas de desenvolvimento — nunca para fazer face ao custeio — observadas as verdadeiras possibilidades financeiras do Estado. Elas totalizam Cr$ 4,60 bilhões, dos quais ..... Cr$ 1,75 bilhão corresponde a amortizações, resultando endividamento líquido de .... Cr$ 2,9 bilhões (menos de 10% do valor da Proposta).

Parece ocioso voltar a insistir — pois constitui princípio básico da própria política estadual de desenvolvimento — em que a estimativa da receita admitiu, como nos orçamentos anteriores deste Governo, que não serão criados ou aumentados tributos estaduais.

Nominalmente, a receita orçamentária prevista nesta Proposta supera em mais de três vezes a do orçamento de 1975, que foi de Cr$ 10,2 bilhões, da qual 90% foram efetivamente realizados.

Diante do orçamento de 1976, cuja realização alcançou 98%, a presente Proposta mostra-se quase duas vezes maior. O valor da Proposta supera em 36% o do orçamento em vigor. Adicionando a seu montante os recursos próprios das empresas estaduais, receita e despesa atingem Cr$ 47,3 bilhões.

Essa análise da grandeza da Proposta perante os orçamentos anteriores é útil para avaliar as novas dimensões econômicas que estão acompanhando a execução do projeto da fusão, bem como para evidenciar a satisfatória correspondência e consistência entre as previsões orçamentárias e os valores realizados.

Do lado da Despesa, cabe destacar, inicialmente, que nós mencionados Cr$ 47,3 bilhões previstos para o conjunto do setor público estadual não estão evidentemente incluídas as aplicações das instituições financeiras estaduais.

Das receitas, Cr$ 30,6 bilhões correspondem a recursos que fluem pelo Tesouro, Cr$ 1,7 bilhão a recursos próprios de autarquias e fundações e Cr$ 15 bilhões a recursos (extra-orçamentários) das empresas e sociedades de economia mista.

Do total da Proposta para 1978, cerca de 77% correspondem a gastos correntes.

É indispensável registrar que sua participação maior nesta Proposta que no orçamento em vigor — neste corresponde a 71% da despesa prevista — resulta da expansão de preços de componentes como combustíveis e lubrificantes, e principalmente das repercussões derivadas da própria conclusão de projetos em execução (escolas, hospitais ,etc.), da progressiva implementação do projeto integração (nivelamento de vencimentos dos funcionários dos ex-Estados) e do plano de classificação de cargos, que constitui compromisso do Governo e mandamento da Lei Complementar n.º 20.

Mesmo com a expansão prevista para o custeio — 42% de aumento frente a 1977 — a Proposta registra previsão de superavit corrente da ordem de Cr$ 435 milhões, haja vista a expectativa com relação às receitas correntes, conforme antes assinalado. Com relação a este último aspecto, cabe destacar que, além do impacto da inflação, pesou bastante na decisão final quanto à estimativa a crescente eficiência da máquina arrecadadora e o grande número de projetos empresariais de expansão e instalação com início de operação definido para 1978, isso sem contar as próprias repercussões diretas e indiretas do elevado nível de investimentos públicos e privados em execução ou decididos.

Na Proposta, os gastos de capital do Tesouro perfazem 23% do total, ou seja, Cr$ 7,15 bilhões.

Destes, as despesas com projetos e obras somam Cr$ 5,36 bilhões ou 17% do valor global a ser aplicado pelo Tesouro, proporção idêntica à do orçamento em vigor.

As amortizações previstas somam Cr$ 1,75 bilhão, vale dizer, 6% daquele valor. Sem contar os gastos com amortização da dívida e adicionado aos investimentos com recursos do Tesouro os financiados com recursos próprios e de terceiros pelas autarquias, fundações e empresas sob controle do Estado, tem-se para o investimento global do setor público em 1978 a previsão de Cr$ 16,2 bilhões. Esta é, portanto, a previsão de gastos relativa aos projetos e obras do I PLAN-RIO sob responsabilidade do Estado. Com relação à distribuição por setores deste total de investemintos, o maior destaque é para o setor **transporte**, com Cr$ 7,7 bilhões ou 47% dos investimentos. Esse total, claro, está fortemente influenciado pelos investimentos na execução dos projetos do metrô e pré-metrô, que totalizam Cr$ 7,3 bilhões para o próximo ano. Apesar da concentração de gastos nas obras do metrô, merecem destaque também as obras a cargo do DER (construção da Linha Verde, melhorias físicas e operacionais na Avenida Brasil, obras viárias urbanas convencionais, construção de estradas no interior, etc.) e CODERTE (estradas vicinais e construção de terminais, dentre eles o Terminal Pedro II, este contando também com recursos da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos).

Aos de transportes, seguem-se, em grandeza, os investimentos na área de **obras e serviços públicos**.

Neste setor, concentram-se 31% dos investimentos ou Cr$ 5,1 bilhões, com destaque para as obras de **saneamento básico**, com Cr$ 1,2 bilhão para os projetos já em execução no Rio, Baixa, Niterói, Região dos Lagos e dezenas de outros municípios do Estado, indispensáveis para atingir a meta de abastecer com água potável a 80% da população.

Também na área da Secretaria de Estado de Obras e Serviços Publicos, salientam-se os investimentos relacionados à **habitação popular**, que totalizam Cr$ 2,5 bilhões, a cargo da CEHAB, cuja meta específica para 1978 é a construção de 17.000 unidades que, claro, envolvem investimentos na respectiva infra-estrutura e aquisição de terrenos.

A programação a cargo da Companhia Brasileira de Energia Elétrica -- CBEE, empresa que absorveu a CELF neste ano, envolve investimentos de Cr$ 543 milhões, onde destacam-se os relacionados aos projetos de **eletrificação rural** em 27 municípios e à ampliação e melhoria de linhas em geral e subestações.

Os investimentos diretos do Estado na área de educação e cultura, que envolveram enorme esforço nestes primeiros 30 meses, totalizam na Proposta Cr$ 287 milhões, especialmente para a construção, reforma e reequipamento de escolas e teatros, bem como para os investimentos a cargo da Fundação Universitária do Estado do Rio de Janeiro — UERJ.

Na área de indústria e comércio, os maiores investimentos diretos do Estado são para a construção ou melhorias nos distritos industriais de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Santa Cruz, Campo Grande e Campos, seguindo-se os projetos a cargo do Departamento de Recursos Minerais e ... FLUMITUR. O total proposto é de .... Cr$ 266 milhões.

Agora é Khair quem pede Constituinte

O deputado Édson Khair disse ontem na Assembléia Legislativa que as recentes entrevistas do sr. Severo Gomes, general Afonso Albuquerque Lima, e de outros ex-ministros de Estado, "provaram que a divisão deste país, hoje, não pode ser colocada entre civis e militares, mas sim entre aqueles brasileiros democratas, nacionalistas, que usando ou não farda se colocam contrários ao estado de exceção".

Ao analisar as entrevistas de 17 ex-ministros de Estado, oriundos do movimento civil e militar de 1964, o parlamentar do MDB classificou o pronunciamento do sr. Severo Gomes como "o melhor deles", e o do general Albuquerque Lima "competente e corajoso"

PERSPECTIVA

Continuou o sr. Édson Khair afirmando que "a nossa perspectiva política, realmente, é a de que somente a convocação de uma Constituinte poderá fazer com que este país volte aos trilhos da democracia". Acentuou que "por melhor e mais bem pintado que venha um candidato civil, se ele não estiver disposto a assumir essas posições, muito bem consubstanciadas na "Carta aos Brasileiros", que são as teses da redemocratização e da volta ao estado de direito, dificilmente conseguiremos sair da situação institucional em que nos encontramos".

— Daquelas entrevistas publicadas no domingo passado na imprensa — acrescentou — restou a certeza de que não é o uniforme que pode dividir a nação, mas sim a intenção daqueles que, usando uniforme ou roupa civil, possam ter pretensões ilegítimas de continuar no poder, não aceitando eleições nem uma Constituinte capaz de dotar o país de leis emanadas do povo".

ESTUDANTES

Ao concordar plenamente com as afirmações do senador Jarbas Passarinho, sobre a maneira pela qual poderia ser resolvido o problema estudantil, o líder do Bloco Parlamentar de Integração Partidária, deputado Lázaro de Carvalho, disse que "a mocidade brasileira está em busca de diálogo, mas não encontra ressonância".

Na opinião do parlamentar, "tratar a classe estudantil de comunistas, marginais ou subversivos, só mesmo na cabeça do deputado José Bonifácio, líder do governo na Câmara, que inconseqüentemente acha que também pertencer ao MDB é o mesmo que ser comunista".

DIALOGAR

Prosseguindo, o sr. Lázaro de Carvalho frisou que os estudantes continuam procurando alguém para dialogar e por isso o governo não pode deixar de ir ao encontro deles. Ressaltou que "não adianta expulsá-los das universidades, como ocorreu recentemente em Brasília, ou colocar a polícia no seu encalço".

— As propagandas do governo — acentuou o representante emedebista — alardeiam que mais da metade da população é composta de jovens que estão nas faculdades ou procurando escolas. Chegou a hora do governo dialogar com a mocidade, ouvindo suas reivindicações, coisa que não está sendo feita pelos reitores das universidades".

O deputado da ALERJ lembrou que o senador Jarbas Passarinho "foi de uma enorme felicidade ao dizer que é muito fácil a solução do problema estudantil: basta dialogar com os estudantes".

DEMISSÕES DE MÉDICOS DO INPS VÃO PROSSEGUIR

O INPS informou ontem que, ao ser firmada Jurisprudência, a quinze dias a seu favor, dará prosseguimento ao processo de demissão que já atingiu um total de 1.384 médicos e dentistas no Rio de Janeiro.

Segundo nota distribuída, o Conselho da Justiça Federal liberou o INPS para prosseguir nas dispensas de médicos e dentistas que, submetendo-se a concurso público, promovido pelo instituto, foram aprovados, não obtendo porém, classificação para o número de vagas existentes.

O presidente do Sindicato dos Médicos, Charles Damiam reunido na tarde de ontem com advogados da classe declarou que o juiz da 6a. Vara não recebeu nenhum comunicado do Tribunal relativo à questão. "O Sindicato aguardará a sentença do Juiz para se pronunciar. Mas se no fim da ação do mandato, não tivermos sentença favorável, partiremos para uma ação trabalhista, baseado numa quebra da cláusula contratual que diz que o INPS abre mão da faculdade de demitir sem justa causa. O serviço jurídico do Sindicato não tem meios de interpor nada à decisão do Supremo. O INPS poderá continuar dispensando os médicos, responsabilizando-se, porém, em reintegrá-los, assim que tivermos sentença favorável.

Segundo a nota do INPS, os argumentos dos impetrantes não procedem por duas razões: a conveniência da despedida está, na hipótese, na própria circunstância de os impetrantes não lograrem classificação no concurso público e, por isso mesmo, deverem ceder seus lugares a candidato melhor classificado. De qualquer forma, a cláusula invocada, mesmo como a interpretaram os impetrantes, não descaracteriza o contrato de trabalho, que poderia ser rescindido pela administração sem justa causa e até em desrespeito à dita cláusula — que não ocorreu — desde que estivesse disposta a suportar os ônus da rescinção injusta

Resende Peres muda de opinião a respeito das feiras livres

O secretário de Agricultura, José Resende Peres, afirmou ontem que não pensa em extinguir as feiras livres, mas apenas reformulá-las de modo a não prejudicar o trânsito e dotá-las de condições mais modernas para seu funcionamento.

O esclarecimento do secretário foi feito a propósito de uma frase sua, segundo a qual a feira livre "é um sistema medieval que a cidade precisa se livrar". A frase, pouco recente, voltou a ser citada pelo **Jornal do Brasil** e motivou a seguinte observação de Resende Peres:

— Eu acho é que as feiras não deveriam funcionar em ruas de muito tráfego, pois prejudicaria entre outras coisas a passagem de ambulâncias e do Corpo de Bombeiros. Deveriam ser instaladas em amplas avenidas e praças e não deveriam nunca ficar a menos de 100 metros dos supermercados, pois seria o mesmo que colocar um calhambeque ao lado de um Mercedes Benz.

As campanhas contra as feiras livres são cíclicas e normalmente patrocinadas pelos supermercados, cujos movimento caem em quase 40 por cento em dias de funcionamento de feiras nas redondezas, segundo estimativas dos próprios empresários. Esta porém, é a primeira vez que um secretário de Estado toma uma posição, de certa forma dúbia, contra as feiras.

Se as declarações de Resende Peres foram ao gosto dos grandes comerciantes, desagradou o consumidor. Ontem na feira da Rua Mendes Tavares, em Vila Isabel, dona Tereza Saraiva comentou:

— Qualquer manifestação contra as feiras é um atentado. É nelas que a gente encontra mercadorias frescas e preços camaradas. Quanto mais tarde mais baratos ficam as mercadorias, o que nunca acontece nos supermercados. Partindo de quem partiu o comentário, acho que é um escândalo.

Quando o secretário diz que as carnes devem ser vendidas em carros frigoríficos, é apoiado por muitos fregueses, que também têm restrições a fazer às feiras:

De fato — diz Américo Salles — o cheiro de peixe, o barulho de madrugada transtornam a vida da rua onde a feira se realiza. Há ainda o problema dos batedores de carteiras e até de produtos deteriorados, mas mesmo assim é impossível se opor a elas.

Lígia Sampaio, funcionária pública, acrescenta:

Eu compro em feira e vou continuar comprando enquanto elas existirem. Acho a idéia do secretário de Agricultura inoportuna e inconveniente. Ele, para defender os supermercados, esqueceu das milhares de pessoas que compram mais barato: esqueceu dos milhares de feirantes que dependem desse trabalho e ignorou os folclóricos xepeiros, que só conseguem comer graças às feiras livres.

QUEIXAS

Os feirantes reclamam da ineficiência do Sindicato, que não age. "Recebemos multas exorbitantes por qualquer coisa e não temos defesa. Agora vem essa do secretário — comentou um feirante.

OS PREDADORES

O Bernardo era um tipo corpulento e metafísico, além de pertencer, com espantosa naturalidade ao Comando Predador, grupo que tem a propriedade singular de quebrar, destruir ou inutilizar para sempre qualquer objeto que toca ou que meramente dele se aproxima. Para que não fique uma informação aérea conto um episódio do tempo em que as festas eram mais para o molhado que para o seco, tempos de par dançando colado, tempos do corpo-a-corpo.

Enquanto Gregório Barrios embolava um **Perfídia** na sua voz vacum, o Bernardo perfidamente roncava uma cantada no ouvido da parceira de evoluções.

No meio do salão, pendurado, aqueles lustres aparatosos de fragmentos lapidados de cristal, um cintilante bolo-de-noiva, um gigantesco **puzzle** que descia triunfalmente do teto, explodindo luz para todo lado, se arrematava numa esfera do tamanho de uma laranja, cem quilates de brilho puro. Justamente nesta esfera, ponto mais baixo do lustre, o Bernardo, volta e meia, dava uma cabeçadinha enquanto evoluía chamando o bolero no pé. Na terceira ou quarta testada, resolveu tomar uma providência: remover a bola de cristal. Pediu licença à sua **partner** no **pas-de-deux** e meteu lá sua mão na obra alheia.

Foi como se apertasse o gatilho de uma bazuca. O lustre desceu inteiro. Soterrado num monte de cacos de cristal, meio à mais completa escuridão, interrompida apenas pelos clarões dos múltiplos curto-circuitos provocados pelo desastre, o Bernardo ouvia os uivos lancinantes da dona da casa:

— Assassino! Assassino!

— ::: —

Fontoura, o cineasta, por seu absoluto descontrole motor e rigorosa imprecisão de gestos é chamado de IBM. Tantas ele quebrou que os amigos ou evitavam que ele comparecesse a festas ou escalavam uma sentinela para imobilizá-lo. Numa dessas ocasiões isolaram-no num sofá com ordens expressas de não se ausentar nem para as necessidades do cotidiano, que se segurasse até a hora de ir embora. Retiraram os objetos mais passíveis de destruição das cercanias do predador e foram curtir a festeta.

Fontoura ficou lá, quieto, chupando a mamadeira de escocês (evidentemente copo de plástico) enquanto aguardava os acontecimentos. O sofá era uma peça antiga, sólida, com os braços de madeira esculpida que exibia a caratonha de um demônio. A primeira coisa que o Fontoura quebrou foram os chifres do coitado. Claro que sem querer, apenas afagava os cornos do capeta, mas a maldição o perseguia. Desesperado, antes que alguém o pilhasse, tentou grudar-los de volta e tal foi a força, que a cabeça de Belzebu desprendeu-se e rolou pelo salão, indo cair exatamente nos pés do proprietário que tentou fazer justiça com as próprias mãos, estrangulando o desafortunado Fontoura.

— ::: —

Na casa de Gil Brandão, num jantar de cerimônia, o Cardosinho que estava aprendendo Expressão Corporal e Balet Clássico resolveu exibir-se num **grand jeté en croise ouverte** — salto com o qual Nijinsky voava — e aterrissou exatamente no aparador, onde estavam todos os pratos do que seria um lauto ágape.

— ::: —

Duas horas da manhã, uma cálida e calma noite, o Francisco, ainda rapazola, aproveitava a ida dos pais para Petrópolis e mamava o cigarrinho proibido debruçado na varanda do seu oitavo andar no Flamengo, a ver a vista que ainda existia. Francisco era um predador impecável.

Última tragadinha e, atendendo aos costumes de sua gente, joga fora as vinte com um peteleco. O cigarro ainda aceso descreve a trajetória proposta por Newton e vai alojar-se na calha de chuva de uma casa lá em baixo, calha esta entupida de papéis e restos vários, atirados pelos outros Franciscos do prédio, ainda atendendo aos costumes de sua gente.

Não deu outra. A brasinha passou-se para papel vizinho, papel vizinho aumentou-a, ventinho soprou e em dois minutos nascia a primeira chama sob o olhar distraído de fumante contraventor. E a chama começou a aumentar e em breve anunciava incêndio. Meio asustado, mas ainda calmo, Francisco buscou um copo dágua e atirou-o nas chamas distantes. A água no sexto andar abriu-se em leque e chegou ao destino uma garoa ineficaz. A chama tinha tomado corpo e já ocupava a calha inteira.

Aflito, Francisco encheu um balde e atirou o seu dilúvio sobre o incêndio já taludinho. Nada. Não adiantou. Mais baldes, mais fracassos, mais chamas.

Aí, ele não teve dúvidas: foi até o hall do prédio, abriu a caixa de incêndio, tirou a mangueira, entrou com ela pelo apartamento, botou o bico no parapeito, voltou na carreira para abrir o registro e foi ocupar seu posto, para dirigir o jato salvador contra o incêndio que já se alastrara pelo telhado da casa bombardeada com o tal cigarrinho.

Jato? Que jato? Não saía do bico da mangueira uma gota sequer. Deus do céu! Não abriu o registro direito, voltou lá. Não, tava tudo certo, mas a maldita da água nem pingava.

Aí, ele entendeu tudo, horrorizado: o tal bico entupira e a água, forçada sob pressão, começou a inchar a velha mangueira apodrecida que cresceu como uma jibóia com um boi dentro. E explodiu.

Duas e meia da manhã, desce pelas escadas do prédio da Silveira Martins uma cachoeira infrene, avassaladora, levando praticamente todos os tapetes e móveis da csa do desgraçado e não cessava de jorrar.

Convocados, nesse dia os bravos soldados do fogo foram também os bravos marinheiros das águas.

MARCOS DE VASCONCELLOS

VISÃO DA BOLSA

RALPH D. ORTIGON

COMPORTAMENTO DO MERCADO

O mercado de ações da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro apresentou-se em ALTA e com movimentação SUPERIOR ao dia anterior. Os negócios totalizaram ... 46.472.341 títulos (+ 35,68%) no valor de .... Cr$ 119.068.711,53 (+ 56,89%), sendo .... Cr$ 98.549.710,11 com ações de empresas governamentais (82,77%) e Cr$ 20.519.001,42 com ações de empresas privadas (17,23%).

ÍNDICES GERAIS

O Índice Geral de Lucratividade (IBV) registrou, na média, VALORIZAÇÃO de 0,7%, ao fixar-se em 4627,0 pontos. No fechamento, mostrou ELEVAÇÃO de 0,8%, situando-se em 4663,1. Os indicadores de empresas governamentais e de empresas privadas situaram-se, respectivamente, em 5097,1 (+ 0,5%) e 2051,0 .... (+ 1,3%).

O Índice Geral de Preços (IPBV) acusou ACRÉSCIMO de 0,6%, posicionando-se em 275,9. Os indicadores de empresas governamentais e de empresas privadas situaram-se, respectivamente, em 254,1 (+ 0,5%) e 262,6 (+ 0,1%).

OPERAÇÕES À VISTA

Foram transacionadas à vista 41.494.697 ações no valor de Cr$ 102.129.241,63 representando 89,29% do total em títulos e 85,77% do total em dinheiro. No mercado fracionário foram negociadas 254.621 ações no valor de Cr$ 625.846,18.

Os papéis mais negociados à vista foram:

no volume em dinheiro: Petrobrás pp Cr$ 37.369 mil (36,59%), B. Brasil pp E/D. Cr$ 17.714 mil ...... (17,34%), Acesita op Cr$ 10.439 mil (10,22%), B. Brasil on Cr$ 7.976 mil (7,81%). B. Brasil pp C/D. Cr$ 6.643 mil (6,51%).

na quantidade de títulos: Petrobrás pp 12.851.000 (30,97%), Acesita op 8.008.000 (19,30%), B. Brasil pp E/D. 4.296.000 (10,35%), B. Brasil on 2.344.119 (5,65%), B. Brasil pp C/D. 1.581.000 (3,81%).

Os negócios realizados com estes papéis, conforme percentuais acima, representaram, respectivamente .... 78,47% do volume em dinheiro à vista (Cr$ 80.141 mil) e 70,08% da quantidade de títulos à vista (29.080.619).

Das 23 ações componentes do IBV, 13 subiram, 1 caiu, 9 permaneceram estáveis.

Maiores altas: Belgo op 2,48%, Mesbla pp 2,36%; Mannesmann op 2,02%. Vale pp 1,85%, Fertisul pp 1,79%.

Única baixa: Docas op 0,85%.

OPERAÇÕES A TERMO

A termo foram negociadas 4.723.023 ações no valor de Cr$ 16.313.632,72, representando 10,16% do total em títulos e 13,70% do total em dinheiro. Em relação às operações à vista os percentuais foram, respectivamente, de 11,38 e 15,97%.

INDICES SETORIAIS

IBV — Alimentos e Bebidas (1722,7 + 0,1%), Comércio (5562,6 + 1,5%), E. Elétrica (6167,5 + 0,7%), Metalurgia (5472,2 + 0,2%), R. Petróleo .... (5195,2 + 1,0%), Siderurgia (8398,6 + 1,6%). Têxtil (1851,1% EST.).

IPBV — Alimentos e Bebidas (516,3 — 0,9%), Bancos (377,6 + 0,2%), Comércio (514,5 + 0,8%), E. Elétrica (396,5 + 0,9%). Metalurgia .... (318,4 — 0,4%), R. Petróleo (317,7 + 1,0%), Siderurgia (260,9 + 0,1%), Têxtil (201,6 + 2,0%).

Os contratos liquidados hoje totalizaram .... Cr$ 11.308.312,78.

Empresas de petróleo condenadas nos EUA

Estoque faz cair preço do açúcar

WASHINGTON — A tendência a baixa dos preços do açúcar se manterá já que os estoques do produto voltarão a aumentar no próximo ano, anunciou o Departamento norte-americano de Agricultura.

A produção mundial de açúcar sem refinar em 1977-78 se elevará a 89 milhões de toneladas contra .. 86,6 milhões do ano precedente, prevê o Departamento de Agricultura.

Acrescentou que o consumo mundial se aproximará aos 85 milhões de toneladas em 1977-78.

A Câmara dos Representantes e o Senado dos Estados Unidos estão de acordo para adotar um plano que garantirá ao açúcar um preço mínimo de 13,5 centavos por libra.

Os preços do açúcar tendem a baixa há vários meses apesar de que houve uma estabilização em julho e agosto.

Governo boliviano dá facilidades

LA PAZ — O governo boliviano concedeu amplas facilidades administrativas para o funcionamento da sede do Fundo Financeiro da Bacia do Prata em Sucre, informou-se ontem oficialmente em La Paz.

Sucre, a 700 km ao sul de La Paz, é a capital da República, embora La Paz seja a sede do governo.

A sede do Fundo Financeiro oferecerá amplas facilidades de todo tipo aos funcionários que trabalhem em Sucre.

Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai formam a Bacia do Prata.

Carter vê reservas de alimentos

WASHINGTON — O Governo Carter anunciou um plano de criação de uma reserva de alimentos a fim de proteger o país contra alterações bruscas nos estoques e preços. Ao mesmo tempo, funcionários governamentais deram a conhecer um novo plano destinado a reduzir em 20 por cento as terras reservadas ao plantio do trigo, no próximo ano.

Em encontro informativo com a imprensa, realizado na Casa Branca dia 29 de agosto, o Secretário de Agricultura Interino John White disse que ocorreu "uma acentuada elevação nos estoques mundiais de alimentos, a partir de 1975". Esclareceu que a fim de evitar "flutuações extremas nos preços", o programa de reserva colocaria de lado de 30 a 35 milhões de toneladas métricas de alimentos e grãos alimentícios antes do início do ano mercantil de 1978-79.

WALL STREET AGUARDA EXPLICAÇÃO DE CARTER

NOVA YORK — O índice industrial oscilou acentuadamente ontem em Wall Street, perdendo de início até três pontos para voltar, mais tarde, ao nível de fechamento de anteontem, e, por fim, ganhar 2,6 pontos.

Um comentário da Casa Branca, segundo o qual o presidente Jimmy Carter não teria dado instruções detalhadas para o hipotético controle de preços e salários, iniciativa que lhe está sendo atribuída, desencadeou uma onda de compras de valores de primeira linha, no fim da sessão.

A tendência foi reforçada ao anunciar o Departamento do Comércio uma nova diminuição dos preços agrícolas.

A jornada foi calma. Foram negociados 18 milhões de ações. As perdas superavam os ganhos, por 684 a 672, no fechamento.

Automóveis, computadores e petróleos registraram alta. Aeroespaciais e grandes lojas estiveram irregulares.

Os cafés futuros fecharam com baixa de 175 a 350 pontos para os 40 lotes negociados, depois de um início firme devido ao tremor de terra que sacudiu a Colômbia.

A notícia de que a Colômbia decidiu manter a política de regulação dos preços deprimiu a cotação do grão dessa origem no embarque — setembro foi vendido a 195 cais, novembro a 190 e outubro-novembro-dezembro oferecido a 193.

Os "três caballos" pronta entrega foram cotados a 195 cais, os mexicanos pronta entrega oferecidos a 191 fob e os salvadorenhos e guatemalas pronta-entrega foram oferecidos de 195 a 198 cais. O café brasileiro não teve cotação.

OUTROS MERCADOS

LONDRES — Um tremor de terra que sacudiu, anteontem à noite, o noroeste da Colômbia e provocou ontem uma alta dos preços do café no mercado londrino.

Os corretores londrinos explicaram que como o tremor ocorreu em regiões montanhosas próximas às plantações de café superior, existia a possibilidade de que dificuldades de transportes retardassem as entregas.

PARIS — Os valores franceses progrediram em 1,3 por cento ontem na Bolsa de Paris, que acolheu, positivamente, as medidas de reativação econômica anunciadas pelo Conselho Francês de Ministros.

Entre estas medidas figuram uma ajuda à construção e aos trabalhos públicos, um aumento da ajuda aos grandes projetos industriais e uma redução do tipo de descontos num ponto.

Houve aumentos nos compartimentos da alimentação, construção, obras públicas, elétricas e radiotécnicas, que em certos casos chegaram até 8 por cento.

Entre os valores que retrocederam de 4 a 2 por cento, figuraram Industries Eurafrance, Chargeurs e SNI.

Nos valores estrangeiros, a tendência foi irregular para os norte-americanos e minas de ouro, enquanto se debilitaram os alemães.

LONDRES — A Bolsa de Londres foi "invadida" ontem pela euforia, quando foi superado no índice de valores industriais de prestígio dos 500 pontos.

O índice fechou a 500,9, com alta de 10 pontos em relação à véspera, tendo progredido 60 pontos no espaço apenas de um mês.

Durante a sombria recessão dos anos 1973-74, esse índice tinha caído a 146 pontos, o mais baixo desde abril de 1954.

Ao superar os 500 pontos, o índice se elevou a seu melhor nível desde há quatro anos e meio e encaminha-se para a cúpula de 543,6 pontos, alcançada em maio de 1972.

A demanda de ontem foi estimulada, como na véspera, pela perspectiva de uma reativação próxima da economia, alentada pelo aumento maciço das reservas monetárias e pela firmeza persistente da libra esterlina.

BALTIMORE (Estados Unidos) — Cinco companhias de petróleo e uma associação comercial especializada foram declaradas culpadas de fixação ilícita de preços pela Justiça Federal de Baltimore.

As companhias deverão pagar multas de 50.000 a um milhão de dólares por ter violado a lei antitruste se a sentença for confirmada em apelação.

Ao final de quatro meses de processo, foram declaradas culpadas de ter intercambiado informação sobre o preço de 17.000.000.000 de galões de gasolina no valor de 4 bilhões de dólares vendidos nos Estados Unidos entre 1967 e 1974.

As companhias condenadas são Amerada Hess Corp, Ashland Oin Inc, Meadville Corp, Petroleum Markettin Corp e Kayo Oil Co Filial da Continental Oil Co, todas situadas no leste dos Estados Unidos.

A Associação Comercial Society Of Independant Gasoline Marketers of America de Saint Louis também foi declarada culpada e seu diretor além de uma multa violenta corre o risco de passar um ano na prisão.

MAIS PETRÓLEO

CARACAS — Na Organização de Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPAEP) há uma tendência a aumentar os preços dos crus no fim deste ano, soube-se em meios petrolíferos.

Tal fato ocorreria na reunião da Organização dos Países Árabes Expor-Petróleo (OPEP) que se realizará em dezembro nesta cidade.

Meios oficiais ressaltaram suas reservas sobre questões de preços e se negaram a comentar o tema.

TAEF (Arábia) — A conferência da Organizações dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPAEP), começou ontem os sete membros da organização estão presentes.

A conferência deve, entre outras coisas, regulamentar as atribuições e o funcionamento do Comitê Jurídico da OPAEP, cuja criação foi decidida recentemente.

Formado por representantes de seis países árabes Argélia, Emiratos, Árabes Unidos, Iraque, Kuwait, Líbia e Arábia Saudita; o Comitê Jurídico deverá arbitrar as divergências entre países membros da organização, e assessorá-la juridicamente.

Três países árabes Líbia, Síria e Quatar, abstiveram-se de participar da reunião de Taef, quiem de Jaddah, no Mar Vermelho, Líbia e Iraque fizeram-se representar por altos funcionários.

Depois da primeira sessão de trabalho, o ministro saudita do Petróleo e Mineiros, xeque Ahmad Zaki Yamani, ofereceu uma recepção aos participantes.

MÉXICO — O México incorporará o grupo dos principais países produtores de petróleo graças ao descobrimento de importantes minas de petróleo no norte e sul do país, anunciou ontem o diretor de petróleos mexicanos Jorge Diaz Serrano.

Estes descobrimentos se somam aos que já foram anunciados, há cerca de 10 dias, por Pemex, que os tinha qualificado como uns dos mais importantes do mundo.

As novas minas encontra-se nos Estados de Coahuila, Tamaulipas Norte, e Campeche Sul.

Argentina vê alternativa para crescer em três países

BUENOS AIRES — Estados Unidos, Japão e Canadá foram descartados como mercados alternativos para a expansão argentina pelo embaixador ante a Associação Latino-Americano de Livre Comércio .... (ALALC), Carlos Garcia Martinez.

O representante argentino pediu uma maior integração comercial com os países da região, salientando que a América Latina fez importações de produtos argentinos por um valor superior aos registrados pelos Estados Unidos, Canadá e Japão juntos.

No período de 1970-75, segundo Garcia Martinez, as exportações argentinas ao Mercado Comum Europeu desceram de 45 a 29 por cento enquanto que a participação da América Latina passou de 20 para 26 por cento.

Por "razões diferentes" descartou aos Estados Unidos, Japão e Canadá como possibilidades adequadas para a expansão comercial argentina.

Afirmou também que a Argentina participa com menos de dois por cento na capacidade importadora da região que beira os 45 milhões de dólares, afirmando que "é indispensável que o país tenha uma margem de preferência zonal capaz de contrabalançar a superioridade produtiva das economias industrializadas".

México eleva sua produção siderúrgica em julho

MÉXICO — A produção siderúrgica mexicana aumentou sensivelmente no mês de julho passado, informou a Câmara Nacional da Indústria de Transformação.

O setor reagiu consideravelmente, se comparada com o mês de junho, graças ao fim de uma greve na fundição de aço de Monterrey, principal fornecedora do país.

Foi produzido 9,9 por cento a mais de arrabio, 7,1 por cento de aço cru e 3,2 por cento de laminado.

No entanto, em relação com a produção do primeiro semestre de 1976, as cifras de 1977 mostraram uma diminuição de 2 por cento de aço cru e de 1,1 por cento de laminado.

A produção global dos dois metais foi de 3.000.040 e 2.000.280 toneladas, respectivamente no período apresentado.

Bolsa

TÍTULOS	COTAÇÕES QTD.	ABT.	FCH.	MAX.	MIN.	MED.
ACEG Acesita-A.E. Itabira OP	8.008.000	1,30	1,34	1,34	1,20	1,30
AGGS Aggs-Ind. Gráficas OP	15.000	0,31	0,31	0,31	0,31	0,31
AGGS Aggs-Ind. Gráficas PP	16.000	0,32	0,32	0,32	0,32	0,32
ALPA São Paulo Alpargatas OP	2.000	2,90	2,90	2,90	2,90	2,90
ALPA São Paulo Alpargatas PP	66.000	2,75	2,75	2,75	2,75	2,75
ANOR Aço Norte PP	5.000	0,82	0,82	0,82	0,82	0,82
ARAT Aratu OP	184.000	0,65	0,60	0,65	0,60	0,61
ASA Asa-Alumínio Ext. Lam. PE	5.000	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26
BANH Casas da Banha C.I. OP	23.000	1,97	1,97	1,97	1,97	1,97
BARP Barbará OP	445.000	2,30	2,33	2,35	2,30	2,33
BASA Bco. da Amazônia ON	10.772	0,73	0,75	0,75	0,73	0,74
BB Bco. do Brasil ON	2.344.119	3,40	3,45	3,45	3,38	3,40
BB Bco. do Brasil PP	1.581.500	4,20	4,20	4,21	4,20	4,20
BB Bco. do Brasil PP	4.296.000	4,12	4,15	4,15	4,11	4,12
BEBH Bco. Estado Bahia PP	3.000	1,58	1,58	1,58	1,58	1,58
BEC Bco. Est. do Ceará PN	1.428	0,63	0,63	0,63	0,63	0,63
BECE Bco. Econômico PN	21.750	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
BELG Belgo Mineira OP	1.528.000	2,05	2,10	2,10	2,05	2,07
BERJ Bco. Est. R. Janeiro ON	53.060	0,85	0,85	0,85	0,85	0,85
BERJ Bco. Est. R. Janeiro PP	41.000	0,90	0,91	0,91	0,90	0,91
BIA Bco. Itaú ON	24.700	1,22	1,22	1,22	1,22	1,22
BIA Bco. Itaú PN	17.100	1,02	1,02	1,02	1,02	1,02
BNAC Bco. Nacional PN	273.693	0,88	0,88	0,88	0,88	0,88
BNB Bco. do Nordeste ON	25.949	1,95	2,00	2,00	1,95	1,98
BNB Bco. do Nordeste PP	53.000	2,23	2,25	2,26	2,23	2,25
BOZI Bozano Sim-Com. Ind. PP	26.000	0,72	0,72	0,72	0,72	0,72
BRAD Bco. Brasileiro Desc. PN	21.400	1,72	1,72	1,72	1,72	1,72
BRHA Brahma OP	409.000	1,20	1,20	1,20	1,18	1,19
BRHA Brahma PP	134.000	1,34	1,36	1,37	1,34	1,36
BRMO Bramotor Emp. e Part. OP	10.000	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
CBAN Bangu Desenv. Partic. PP	50.000	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50
CBEE Bras. Energia Eletric. OP	315.000	0,69	0,70	0,70	0,69	0,69
CBV [illegible] Mecânica PP	4.000	3,79	3,79	3,79	3,79	3,79

TÍTULOS	COTAÇÕES QTD.	ABT.	FCH.	MAX.	MIN.	MED.
CESP Centrais Elétric. S.P. PP	151.000	0,44	0,44	0,44	0,44	0,44
CLAY Anderson Clayton OP	59.000	3,20	3,20	3,20	3,20	3,20
CMIG Cemig-Cent. Elet. M.G. PP	1.000	0,60	0,60	0,60	0,60	0,60
CRUZ Souza Cruz Ind. Com. OP	45.000	2,72	2,75	2,80	2,72	2,77
CRUZ Souza Cruz Ind. Com. OP	196.000	2,67	2,65	2,70	2,60	2,61
CSBR Café Sol Brasília PP	56.000	1,72	1,79	1,79	1,72	1,76
CSN Cia. Sid. Nacional PP	15.000	0,51	0,51	0,51	0,51	0,51
DIS D. Isabel Antigas OP	2.000	0,18	0,18	0,18	0,18	0,18
DIS D. Isabel Antigas PP	1.000	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20
DISB D. Isabel Emissão 71 OP	2.000	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12
DURA Duratex-Ind. e Com. PP	1.000	1,45	1,45	1,45	1,45	1,45
EBER Met. Abramo Eberle PP	152.000	1,47	1,40	1,47	1,40	1,46
ECSA Ecisa-Eng. Com. e Ind. OP	30.000	0,55	0,55	0,55	0,55	0,55
ECSA Ecisa-Eng. Com. e Ind. PP	150.000	0,57	0,55	0,57	0,55	0,56
ELTA Eletrobrás Classe A PP	16.000	0,60	0,60	0,60	0,60	0,60
ELTB Eletrobrás Classe B PP	3.000	0,60	0,60	0,60	0,60	0,60
ERIC Ericsson OP	1.000	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80
FERB Ferbasa PE	90.000	1,70	1,69	1,70	1,69	1,69
FERO Ferro Brasileiro OP	11.000	5,50	5,60	5,60	5,50	5,52
FERT Fertisul-Fert. do Sul OP	17.000	1,85	1,85	1,85	1,85	1,85
FERT Fertisul-Fert. do Sul PP	267.000	2,85	2,93	2,93	2,82	2,84
FLCL F. L. Cat. Leopoldina PP	87.000	0,67	0,68	0,68	0,66	0,67
FTSJ Fiação Tec. S. José PP	50.000	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50
GAF Gomes A. Fernandes OE	12.000	2,10	2,20	2,20	2,10	2,12
IMBI Docas de Imbituba OP	10.000	0,62	0,62	0,62	0,62	0,62
KIBO Kibon-Ind. Aliment. OP	8.000	1,85	1,85	1,85	1,85	1,85
KLIL Kalil Sehbe Ind. AN	20.000	1,10	1,10	1,10	1,10	1,10
LAIT Light OP	126.000	0,66	0,66	0,69	0,66	0,68
LAIT Light OP	145.000	0,60	0,60	0,61	0,60	0,60
LAME Lojas Americanas OP	435.000	2,93	2,92	2,94	2,90	2,92
LOBR Lojas Brasileiras OP	59.000	1,71	1,71	1,71	1,71	1,71
LTB Editora de Guias LTB OP	13.000	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25
MANG Ref. Petr. Manguinhos PP	4.000	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20
MANM Cia. Sid. Mannesmann OP	1.439.000	2,02	2,03	2,04	1,99	2,02

TÍTULOS	COTAÇÕES QTD.	ABT.	FCH.	MAX	MIN	MED
MANM Cia. Sid. Mannesmann PP	102.000	1,80	1,80	1,80	1,60	1,80
MELV Metal Leve PP	21.000	2,60	2,50	2,60	2,50	2,51
MEND Mendes Júnior PP	16.000	0,60	0,60	0,60	0,60	0,60
MESB Mesbla 52-1/P/Int. OP	14.000	2,00	2,05	2,05	2,00	2,03
MESB Mesbla 52-1/P/Int. PP	86.000	2,60	2,60	2,63	2,60	2,60
MFLU Moinho Flum. Ind. Ger. OP	25.000	1,99	2,00	2,00	1,99	2,00
NOVA Nova América OP	358.000	0,72	0,74	0,74	0,70	0,72
NOVA Nova América PP	39.000	0,96	0,95	0,96	0,95	0,95
PAIN Sid. Paulista PP	16.000	1,13	1,15	1,15	1,13	1,14
PETR Petrobrás ON	585.500	1,75	1,77	1,77	1,72	1,74
PETR Petrobrás PN	34.015	1,93	1,93	1,93	1,93	1,93
PFL Paulista Força Luz OP	60.00	0,69	0,69	0,69	0,69	0,69
PIRE Pirelli OP	3.000	1,70	1,56	1,70	1,56	1,65
POLO aMrropolo S/A MB	20.00	2,85	2,85	2,85	2,85	2,85
PTIP Pet. Ipiranga PP	70.000	1,45	1,47	1,47	1,45	1,46
RIOG Rio Grandense PP	125.000	1,08	1,05	1,10	1,05	1,08
SAMI Samitri-Min. da Trind. OP	710.000	2,05	2,05	2,05	2,05	2,05
SANO Sano-Ind. e Com. PP	63.000	1,61	1,60	1,61	1,60	1,61
SGAS Supergasbrás OP	20.000	0,55	0,56	0,56	0,55	0,56
SOND Sondotécnica PP	228.000	1,22	1,23	1,23	1,22	1,22
SPRI Springer Refrig. OP	1.000	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40
SPRI Springer Refrig. PP	4.000	0,63	0,64	0,64	0,63	0,63
TCNO Tecnosolo Eng. Solos OP	16.00	0,91	0,91	0,91	0,91	0,91
TERJ Telerj (Ex-CTB) ON	51.762	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12
TERJ Telerj (Ex-CTB) PE	16.394	0,38	0,38	0,38	0,38	0,38
TERJ Telerj (Ex-CTB) PN	45.555	0,38	0,38	0,39	0,37	0,39
TIBR Tibrás PN	5.000	1,62	1,62	1,62	1,62	1,62
TIBR Tibrás PE	25.000	1,79	1,85	1,85	1,79	1,82
TJAN T. Janer Com. e Ind. PP	36.000	0,90	0,90	0,90	0,90	0,90
UNIP Unipar-Un. Ind. Petroq. OE	44.000	2,75	2,75	2,75	2,75	2,75
UNIP Unipar-Un. Ind. Petroq. PE	468.000	3,96	4,00	4,05	3,98	4,00
VALE Vale do Rio Doce PP	1.009.000	1,60	1,68	1,69	1,60	1,65
WHMT White Martins OP	122.000	2,20	2,20	2,21	2,20	2,20
ZIVI Zivi-Cutelaria PP	1.000	1,40	1,40	1,40	1,40	1,40

JURISPRUDÊNCIA

MARIA AUGUSTA DOS SANTOS

EMENTÁRIO CÍVEL – 1.º TA – RJ

6.ª CAMARA CIVEL — 1.º TA-RJ — 12/5/76
APELAÇAO CIVEL N.º 50.123
RELATOR: JUIZ ALBERTO GARCIA

NOTA PROMISSÓRIA:

Endosso póstumo ou tardia. O endosso posterior ao vencimento, segundo o art. 20 da Lei Uniforme, tem os mesmos efeitos que o endosso anterior. Somente o endosso posterior ao protesto por falta de pagamento, ou feito depois de expirado o prazo fixado para se fazer o protesto, produz os efeitos de uma cessão ordinária de crédito;

— Registro fiscal do endosso. Inexigibilidade, em face do Decreto-lei n.º 427/69 e da Lei Uniforme;

— Prescrição da ação cambial. Aplicação do prazo de três anos previsto no art. 70 da Lei Uniforme.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Civel n.º 50.123, em que são apelantes 1) Jorge Bonifácio Lyra, 2) José Henriques da Costa e sua mulher e apelados os mesmos, Acordam os Juizes da Sexta Câmara Civel do Tribunal de Alçada do Estado do Rio de Janeiro (antigo Estado da Guanabara), em decisão unânime, negar provimento às apelações. Assim decidem, pelas seguintes razões:

Trata-se de ação executiva para a cobrança de notas promissórias registradas, transferidas ao autor, por endosso, após os seus respectivos vencimentos.

Cumpre decidir, em primeiro lugar, a matéria relativa ao endosso póstumo ou tardio e à obrigatoriedade do registro em caso de endosso, passando-se, a seguir, ao exame e deslinde da questão ligada à prescrição, acolhida pela sentença de primeiro grau em relação aos titulos vencidos há mais de três anos.

O endosso posterior ao vencimento, também chamado póstumo ou tardio, já vinha contemplado na Lei n.º 2.044, de 1908, que, entretanto, considerava-o cessão civil:

"Art. 8.º ....

....

§ 2.º — O endosso posterior ao vencimento tem o efetio de cessão civil."

A Lei Uniforme, no seu art. 20, inovou declarando que o endosso posterior ao vencimento tem os mesmos efeitos que o endosso anterior. Somente o endosso posterior ao protesto por falta de pagamento, ou feito depois de expirado o prazo fixado para se fazer o protesto, produz os efeitos de uma cessão ordinária de crédito, isentando o endossante da vinculação cambial (Rev. Trībs. 273/220).

"O endossador, posteriormente ao vencimento", acrescenta MAGARINO TORRES, "não se obriga pelo pagamento, e nisto consiste a visceral diferença entre o endosso e a cessão, salvo cláusula expressa de responsabilidade que, entretanto, não tem nenhum efeito cambial nem dará a esse endossador, quando venha a pagar titulo, nenhum direito autônomo em face dos anteriores obrigados, perante os quais será apenas um sub-rogado comum, sujeito à prescrição do portador e aos vicios a este oponiveis. Afora esta hipótese excepcional, o endossador posterior ao vencimento só tem a responsabilidade civil pela legitimidade e existência do crédito cambial ao tempo da cessão.

Igual ponto de vista abraçam CARVALHO DE MENDONÇA e PONTES DE MIRANDA, concluindo este último: "a) o endossante não se obriga pelo pagamento cambiariamente; b) não garante a solvência do devedor, mas tão-somente a existência do crédito, ao tempo do endosso (Código Civil, art. 1.073); c) ao possuidor do titulo, último cessionário, são oponiveis todas as exceções que o seriam ao seu endossante (Cód. Civil, art. 1.073)".

No que tange à obrigatoriedade do registro do endosso, a questão tem suscitado controvérsia. Cabe acentuar, todavia, que este Tribunal, por ocasião do II Encontro dos Tribunais de Alçada do Brasil, realizado nesta Cidade, apoiou a tese vitoriosa do Egrégio Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul, no sentido da desnecessidade o registro em caso de endosso, em oposição à tese apresentaa pelo Colendo Tribunal de Alçada Civel de São Paulo, que considerava indispensável essa formalidade.

Releva acrescentar, que a Egrégia Quarta Câmara Civel deste Tribunal já havia decidido, anteriormente, em acórdão unânime, da lavra do insigne Juiz Vivalde Brandão Couto, na Apelação Civel n.º 21 359, que "O Decreto-lei 427/1969 não obriga o registro de promissórias, em grau de endosso".

No mesmo sentido, também em acórdão unânime, tendo como relator o Des. Ivânio Caluby, concluiu a Colenda Quinta Câmara Civel do Tribunal de Justiça, conforme ementa publicada no apenso ao Diário da Justiça n.º 59, de 12 de junho de 1975, *in verbis*:

Ressalte-se ainda, que se pudesse prevalecer a exigência do registro instituido no dispositivo do decreto regulamentar, riscado estaria o endosso em branco, consagrado na lei cambiária brasileira.

Por último, merece destaque, a respeito, o voto de extraordinária ressonância, proferido pelo Min. Xavier de Albuquerque, como relator do Recurso Extraordinário n.º 80.004, invalidando o Decreto-lei n.º 427, de 1969, sob o fundamento de que os requisitos essenciais da letra de câmbio e da nota promissória são os que a Convenção de Genebra menciona, entre eles não se encontrando o registro.

Esse é, aliás, o entendimento de RUBENS REQUIÃO, em artigo de doutrina, *verbis*:

"Tendo a Lei Uniforme de Genebra, sobre letra de câmbio e nota promissória, enunciado os requisitos essenciais desses titulos, licito não é a lei ordinária acrescer mais um, com a cominação de nulidade. A convenção ou tratado sendo hierarquicamente superiores à lei ordinária, esta não subsiste no confronto com aqueles" (in Rev. de Dir. Merc. Ind. Ec. e Fin., vol. I, fasc. 1, pág. 14).

No que concerne à prescrição argüida com a aplicação do prazo de três anos previsto na Lei Uniforme (art. 70), em que pese o entendimento em contrário de SAMPAIO DE LACERDA, exposto em sua obra "As Leis sobre Cambial e Cheques e as Convenções de Genebra" — 2.ª edição, no sentido de que a Lei Uniforme não tem eficácia em se tratando de interesses entre brasileiros, dúvida não pode existir quanto à vigência, entre nós, dos prazos prescricionais da Convenção de Genebra, com o advento do Decreto n.º 57 663, de 24 de janeiro de 1966, que promulgou as convenções para a adoção de uma Lei Uniforme em matéria de letra de câmbio e nota promissória.

Idêntico é o pensamento de AMADOR PAES DE ALMEIDA, FRAN MARTINS e RUBENS REQUIÃO, respectivamente, em "Teoria e Prática dos Titulos de Crédito" (pág. 35), "Letra de Câmbio e Nota Promissória" (pág. 245) e "Curso de Direito Comercial" — 4.ª edição (pág. 470).

A propósito, vale transcrever o acórdão, unânime, da Egrégia 1.ª Câmara Civel do Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul, na Ap. Civel n.º 3 815 (Adcoas n.º 26.064 — ano de 1974, cuja ementa é a seguinte:

"Cambial — Convenção de Genebra — Eficácia — A convenção de Genebra para a adoção da Lei Uniforme sobre letras de câmbio e notas promissórias, aprovada pelo Dec. Legislativo 54, de 1964, e promulgada pelo Dec. 57 663 de 1966, com as reservas ali consignadas, acha-se em vigor e sua eficácia não se restringe aos atos de caráter internacional, alcançando, outrossim, as relações de direito interno".

Nestas condições, nega-se provimento a ambos os [illegible] confirmar a sentença de primeiro grau, [illegible] conclusão, inclusive quanto à verba honorária.

Rede faz balanço sobre seus investimentos

No primeiro semestre deste ano, a Rede Ferroviária Federal investiu recursos financeiros no montante de ..... Cr$ 4.607,9 milhões, representando 44% do total previsto para o exercício (o Programa de Desenvolvimento Ferroviário destinou Cr$ 10,5 bilhões este ano, para investimentos).

As informações estão contidas em relatório encaminhado ao Ministro Dyrceu Nogueira, dos Transportes, pela RFFSA, no qual estão enumeradas as principais realizações da empresa, bem como a execução financeira do programa de trabalho durante o primeiro semestre de 1977.

REALIZAÇÕES

De acordo com o documento, apresentaram-se como principais realizações, no setor: a remodelação de linhas num total de 260 km, entrega ao tráfego de aproximadamente 154 km de variantes, compostas do trecho Roncador-Raul Gonçalves (59 km); da linha Araguari-Pires do Rio ..... (167 km); de cerca de 96 km dos 210 km de variantes previstas do trecho Cacequi-Rio Grande, elevando à ordem de 140 km a extensão já aberta ao tráfego neste ramal. Foram recebidos no semestre 17 locomotivas e 1.635 vagões, do total de 195 locomotivas e 20.000 vagões, previsto no Programa de Desenvolvimento Ferroviário.

"FERROVIA DO AÇO"

Com relação às obras de construção da "Ferrovia do Aço" — que em seu primeiro trecho compreenderá a ligação Belo Horizonte-Itutinga-Volta Redonda, com 390 km, a cargo da Engenharia Ferroviária S/A — ENGEFER, a terraplenagem já atingiu a 72,3 milhões de metros cúbicos, correspondentes à extensão de 40 km. Quanto aos túneis, em construção, foram concluídos 80 emboques, estando em penetração 38 túneis, tendo-se atingido até este semestre a extensão de 11,3 km de perfuração.

MELHORIA NOS SUBÚRBIOS

Quanto ao desempenho operacional do sistema ferroviário, revelam-se satisfatórios alguns indicadores: foram transportados 27,2 milhões de toneladas úteis de mercadorias, com crescimento de 10,4% em relação ao semestre do ano anterior. Houve, ainda, movimentação de 132,9 milhões de passageiros no transporte suburbano por ferrovias, com crescimento de cerca de 10% em relação a igual período do ano de 76, quando foram transportados 120,0 milhões de pessoas.

Nessa área de atuação da RFFSA destaca-se, especialmente, a elevação de 11,9% no transporte de subúrbios do Grande Rio, cujo número de passageiros subiu de 67,6 milhões de passageiros em 76 para 75,7 milhões em 77.

Nippon explica porque seu aço é barato

O vice-presidente da NKK Nipon Kokan, a segunda maior indústria metalúrgica do Japão e um dos maiores estaleiros do mundo, mostrou-se surpreso com o crescente recrudescimento das criticas feitas pelos concorrentes norte-americanos e europeus à suposta manipulação de preços da siderúrgicas japonesas. Segundo Hiroshi Takano, essas criticas "são baseadas em mal-entendidos", pois "a competividade do aço nipônico não decorre de preços subsidiados nem de qualquer tipo de manipulação comercial, mas sim da modernização intensiva das indústrias do setor e da progressiva economia dos custos de produção".

— O custo industrial do aço japonês pode ser considerado o mais baixo do mundo, devido a uma maior economia provocada pela tecnologia moderna e a uma maior produtividade da mão-de-obra empregada. A indústria japonesa emprega três vezes mais oxigênio do que as siderúrgicas norte-americanas, gastando assim menos energia. A tecnologia utilizada nas operações de vapor nas fornalhas provoca uma economia de aproximadamente 30% de coque (carvão) por tonelada de aço produzido, disse.

Hiroshi Takano, que é também o presidente do Comitê de Relações Públicas de Além-Mar da Associação dos Exportadores de Ferro e Aço do Japão (JISEA), explicou ainda que as siderúrgicas japonesas conseguiram uma produtividade da ordem de 479 toneladas de aço por operário/ano de 1971 a 1976, enquanto nos Estados Unidos a média foi de apenas 293 toneladas por operário/ano.

Eleita nova diretoria na Gafeisa

Em duas Assembléias Gerais realizadas ontem, os acionistas da Gomes de Almeida, Fernandes — Empreendimentos Imobiliários S/A reelegeram a Diretoria da empresa para o exercício social de 1977/78, e ratificaram a distribuição, já efetivada, dos dividendos relativos ao segundo semestre do exercício encerrado em abril último, à razão de 12% para as ações ordinárias e de 13% para as preferenciais.

Abinee dá posse à diretoria

Tomará posse amanhã a diretoria regional da ABINEE — Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica no Rio. Ficará sob a responsabilidade dos Srs. Antônio Carreira, presidente do Sindicato das Indústrias Mecânicas e de Material Elétrico do Municipio do Rio de Janeiro, e Haroldo de Barros Collares Chaves, presidente do Sindicato da Indústria de Aparelhos Eletrônicos e Similares do Municipio do Rio de Janeiro.

Aumenta produção de celulose

Com um incremento de 12% na produção de celulose, a indústria brasileira do setor atingiu a 616.153 toneladas no primeiro semestre deste ano, contra 550.045 toneladas nos primeiros seis meses de 1976. O maior incremento ocorreu na produção da celulose de fibra curta (eucalipto), correspondendo a 14%, enquanto que o produto de fibra longa (pinus) registrou uma evolução de 7,6%. Os dados do Boletim Conjuntural da Associação Paulista dos Fabricantes de Papel e Celulose, coletados por amostragem, abrangem 89,48% da produção brasileira de celulose e 64% no caso do papel. A produção de papel, todos os tipos, evoluiu de 634,266 toneladas, de janeiro a junho de 1976, para 671.179 toneladas no primeiro semestre de 77, representando acréscimo de 5,8%. Para esse indice concorreu uma ligeira queda na produção de papel de embalagem e de cartões e cartolinas, contrapondo-se ao crescimento das categorias de papel para impressão (10,5%), para escrever (15%) e industriais e outros (35%.

EXPORTAÇAO

As vendas externas atingiram a 17.874 toneladas de papel, contra 9.687 toneladas no primeiro semestre de 76. Para Horácio Cherkassky, presidente da entidade, "um crescimento expressivo de 84,5%, mas ainda reduzido em termos quantitativos". Já as exportações de celulose, produto que ainda não conta condições de incentivo para concorrer com os preços vigentes no mercado internacional, registraram sensivel queda: enquanto o primeiro semestre de 76 registrou vendas de 69.895 toneladas, as exportações de janeiro a junho de 77 não foram além de 38.170 toneladas, caindo 54.6%.

Engefer quer receber suas contas atrasadas há 1 ano

Três telegramas foram expedidos ontem pelo Sindicato Nacional da Indústria da Construção de Estradas, Pontes, Portos, Aeroportos, Barragens e Pavimentação lembrando aos ministros Reis Velloso, Mário Henrique Simonsen e Dirceu Nogueira que algumas contas da ENGEFER não são pagas há um ano, o que está levando as empresas que trabalham na Ferrovia do Aço a uma situação de desespero. Atualmente a dívida é da ordem de Cr$ 800 milhões.

O presidente do Sindicato, Jorge Luiz de La Rocque, destacou a boa vontade dos ministros do Planejamento, Fazenda e Transportes, que se têm esforçado para solucionar o problema, mas disse que a situação das empresas é muito dificil, não sendo mais possivel permanecerem sem receber. Em seu telegrama diz que essas dificuldades são crescentes, tornando-se insustentáveis "e apela aos três ministros no sentido de que sejam tomadas providências para liberação imediata da verba originária de empréstimos externos, destinados ao DNER e Rede Ferroviária Federal".

Disse que esses recursos estão previstos em orçamento aprovado pelo Governo, e que da parte relativa ao DNER, US$ 120 milhões referem-se ainda à complementação do orçamento de 1976. Argumenta o Sindicato que o recebimento desses recursos é imprescindivel para que sejam efetivados os pagamentos às empresas que estão com suas possibilidades financeiras já exauridas, face ao atraso nos recebimentos. No caso da ENGEFER algumas contas já estão sem pagamento há um ano.

Quanto às obras da Ferrovia do Aço, estão sendo executadas, em ritmo lento, as de túneis e pontes, que tinham prioridade assegurada para pagamento, o que, entretanto não vem ocorrendo. As de terraplenagem estão praticamente paralisadas.

IBGE lança pesquisa sobre amostra de domicílios-77

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, órgão vinculado à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, acaba de lançar a pesquisa nacional por amostra de domicilios referente ao ano de 1977, que tem por objetivo o acompanhamento de como se comportam as principais características da população e dos domicílios, bem como o fenômeno migratório e as características da população economicamente ativa, com atenção especial para os aspectos relacionados com emprego, desemprego e renda.

A novidade na pesquisa deste ano diz respeito a ampla investigação especifica que será feita sobre a parte habitacional nas regiões metropolitanas do Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Brasília. Serão investigadas condições de ocupação dos domicilios, aquisicões feitas pelo Sistema Financeiro de Habitação, situação do domicilio anterior, intenção de mudança, caracteristicas de domicílios procurados, necessidades de ampliações ou reformas e outros itens que possam contribuir para um diagnóstico da situação na área habitacional.

A operação ora em andamento, consiste na listagem dos domicilios, com indicação do número de pessoas residentes. Assim, através dessa listagem, serão atualizados os registros dos setores censitários com a inclusão de novas unidades domiciliares construidas e do contingente populacional residente, possibilitando a expansão da amostra anterior. Após a conclusão desses trabalhos, o IBGE procederá à seleção da amostra das unidades da pesquisa e em novembro dará início à fase das entrevistas. Apenas as áreas rurais das regiões norte e centro-oeste não serão consideradas no levantamento.

EXPORTADORES DEVEM UTILIZAR SEGURO: IRE

O Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) vem recomendando a todas as entidades federais da Administração Indireta que adotem nas suas exportações uma politica de seguros idêntica à que é imposta pela legislação brasileira em matéria de transportes.

No comércio bilateral segundo manda a lei, no caso de mercadoria exportada por entidade da Administração Pública ou sob favores governamentais ou com financiamento de organização oficial de crédito, o transporte respectivo deve ser feito por navio de bandeira nacional. Admite-se, no entanto, a liberação (waver) no máximo de até 50 por cento em favor da bandeira do país importador, dentro do regime de reciprocidade, isto é, desde que a legislação do país comprador conceda igual tratamento aos navios de bandeira brasileira.

A orientação preconizada pelo IRB significa que a exportação quando feita em navio nacional incorpore também o seguro. Por outras palavras, isso quer dizer que a alternativa é vender CIF ou FOB, neste último caso apenas quando na forma da lei houver funcionado o "waver".

A recomendação do IRB vem encontrando boa repercussão entre os exportadores nacionais do setor público. O Banco do Brasil, segundo informantes do meio segurador, é uma das instituições de crédito que já vinha adotando essa diretriz. "Não de uma forma rigida, segundo esclarecem os técnicos, pois em alguns países (Equador e Peru), por exemplo, a legislação respectiva determina que o seguro de importação seja feito no respectivo mercado interno.

A linha do Banco do Brasil, realista por excelência, consiste na oferta de atrativos capazes de induzirem os interessados (exportador e importador) a contratarem o seguro e o frete com empresas brasileiras. "Para isso, frisam, a CACEX vem admitindo nas suas normas usuais de serviço e nos convênios de crédito firmados com bancos e instituições estrangeiras, que o financiamento dos bens se estenda também ao frete e ao seguro sempre que tais serviços se contratem no Brasil". O financiamento dessas parcelas é um atrativo para o importador estrangeiro e, ao mesmo tempo para o exportador brasileiro, este último porque dessa forma obtém elevação do incentivo fiscal que a lei oferece às exportações.

AS DESPESAS DAS EMPRESAS DEVEM SER PERFEITAMENTE INDIVIDUALIZADAS

Prof. ROGÉRIO PFALTZGRAFF

Temos tido oportunidade de examinar algumas escritas contábeis, nas quais notamos um erro muito grave, de conseqüências graves, feito pelos contadores de escritas avulsas.

Vejamos: as despesas são lançadas de forma não individualizadas. O lançamento contábil feito de forma englobada, abrangendo diversas despesas.

Algumas despesas não possuem suas respectivas "peças de apoio". Por peças de apoio, devemos entender, sempre, o documento comprobatório.

Ora, para que as empresas, não importa quais sejam elas, de pequeno, médio ou grande porte, tenham suas despesas aceitas pelo Fisco, mister se faz que tenham elas seu suporte comprobatório, isto é, as respectivas "peças de apoio".

O documento da despesa deve especificar sempre a natureza da despesa, sua época (data em que foi efetuada) e o beneficiário.

Alertamos aos contribuintes-empresas e aos contadores de escritas avultas, que, quando assim não ocorre, tais despesas não são aceitas pelo Fisco.

O que acontecerá, então?

O caminho que segue o Fisco, nesses casos, é da glosa da despesa, ou das despesas.

Isto é, o Fisco não aceitará essas despesas. E, portanto, para efeitos fiscais, tais despesas não serão consideradas para os devidos efeitos fiscais.

Quais efeitos fiscais?

A despesa não sendo aceita, deixa de ter a força de abater a receita.

E sobre a glosa, incidirá o tributo.

Devemos chamar a atenção para o seguinte: esse tributo será estendido também nas pessoas fiscais dos sócios.

Portanto, sobre a glosa incidirá o tributo tanto na pessoa jurídica, quanto na pessoa física dos sócios.

As regras da tributação dessas despesas glosadas são encontradas no art. 34, parágrafo segundo e no art. 184, Decreto n.º 76.186 de 2 de setembro de 1975.

Portanto, o lançamento contábil há de ser claro, diáfano.

E isso em relação à individualização não apenas do lançamento contábil propriamente dito, mas, também, no que concerne ao seu histórico (histórico do lançamento) e, como não podia deixar de ser, no que concerne ao comprovante.

A regra da tributação da pessoa jurídica é a do art. 184 do Decreto n.º 76.186/75.

Como decorrência, a tributação como lucros distribuídos nas pessoas físicas dos sócios, é feita com base no art. 34, acima mencionado.

COSTA RICA QUER BRASILEIRO LIVRE

SAN JOSÉ DA COSTA RICA — Sociedade Interamericana de Imprensa — SIP — e o Colégio de Jornalista da Costa Rica pediram ontem ao governo uruguaio a liberdade do correspondente brasileiro Flávio Tavares, acusado de espionagem.

O pedido está contido em uma carta dirigida ao chanceler uruguaio Alejandro Rovira e entregue a Embaixada desse país em San José.

O documento expressa o temor da SIP e do colégio pela vida do correspondente do jornal mexicano **Excelsior** e do diário brasileiro **O Estado de São Paulo**. Tavares está encarcerado há três meses em Montevidéu. Foi detido quando se dispunha a regressar a Buenos Aires, sua base de trabalho, sob a acusação de possuir documentos comprometedores.

TROPAS DE ZÂMBIA ATACAM A RODÉSIA

SALISBURY — O posto fronteiriço rodesiano de Kanyemba, foi atacado ontem com armas automáticas e projéteis de morteiros, a partir do territóro de Zâmbia, anunciou um comunicado militar divulgado ontem aqui.

As forças rodesianas repeliram a agressão e reduziram ao silêncio as posições zambianas, localizadas no outro lado do rio Zambeses, diz o comunicado.

O ataque causou somente danos materiais em Kanyemba, onde a tranqüilidade voltou a reinar no curso da jornada. As autoridades rodesianas experimentaram um recrudescimento de incidentes, na fronteira entre Rodésia e Zâmbia, e acusaram as tropas deste país de haver feito intervenção direta.

Um recente comunicado de Salisbury vinculava estes incidentes a atual iniciativa de paz anglo-norte-americana.

CARTER NÃO FALA NO CASO KENNEDY

WASHINGTON — O presidente Jimmy Carter negou o pedido de audiência formulado pelo jornalista holandês Willem Oltmans, que dissera dispor de provas que comprovaram que o assassinato de John Kennedy, em 1962, foi o resultado e uma conspiração.

A Casa Branca informou que o peido de Oltmans não foi aceito. O jornalista holandês havia afirmado em uma emissão televisada, que não revelaria a fonte de informações, antes de se entrevistar com Carter.

Um porta-voz do ex-presidente Gerald Ford qualificou ontem de "ridículas" as afirmações de Oltmans, que afirmou que "um ex-presidente norte-americano em vida" conhece os detalhes sobre a suposta conspiração, da qual Lee Harvey Oswald teria sido apenas uma "engrenagem".

Gerald Ford, disse o porta-voz, não tem intenção de fazer declarações sobre esse assunto.

POLÍCIA CONTESTA CORRUPÇÃO: ISRAEL

TEL AVIV — Em Israel "não existe o crime organizado", diz aqui o informe final de uma comissão designada pelo inspetor-geral de Polícia para estudar em profundidade o problema.

A Comissão Investigadora comprovou uma expansão da criminalidade e a existência de associações temporárias entre grupos de marginais. Mas esclarece que nenhum elemento novo permite afirmar que existem vínculos orgânicos entre esses meio e a administração, graças ao qual as atividades criminosas possam gozar de cumplicidade tácitas.

O "crime organizado" tem sido mencionado freqüentemente pela imprensa israelense nos últimos meses. O diário **Haaretz** afirmou há pouco tempo que os grupos de delinqüentes dispõem de informantes nas fileiras policiais.

O inspetor-geral de Polícia solicitou autorização do governo para investigar as afirmações do **Haaretz** cujo redator-chefe declarou na televisão israelense que se for aberta uma investigação, provará o fundamento de suas informações.

ARAFAT EM MOSCOU ANALISA CONFLITO

BEIRUTE — O líder da Organização de Libertação da Palestina (OLP), Yaser Arafat, voltou ontem de Moscou, via Damasco. Na capital soviética, discutiu durante 48 horas os detalhes do conflito árabe-israelense e, ao que tudo indica, a situaçuo do Sul do Líbano, revelou ontem a agência palestina Wafa.

Um comunicado do escritório da OLP em Moscou considerou as entrevistas" frutíferas e importantes", em particular, porque revelaram "profunda identidade sobre os direitos legítimos do povo palestino, principalmente quanto ao direito de regressar à sua pátria, a autodeterminação e a edificação de um Estado independente".

Arafat reuniu-se no Kremlim com o ministro da Relações Exteriores, Andre Gromiko, e com o chefe-adjunto do Departamento Internacional do Comitê Central do Partido Comunista Soviético, Vadim Zagladin.

Comenta-se, em Damasco, que Arafat discursou para os estudantes palestinos de Moscou, expondo-lhes "os objetivos da última viagem do secretário de Estado norte-americano, Cyrus Vance, pelo Oriente Médio e as manobras combinadas de sionistas e norte-americanos na região, para aproveitar as contradições internas do campo islâmico e arabizar o conflito".

Entre os acompanhantes de Arafat figura o chefe do Departamento Político da OLP, Faruk Adumi, seus colegas do Departamento Militar, Zuhair Hohsen, e de Informaçuo, Yasser Abd Rabbo, além do delegado da FPLP — Comando Geral, Talal Naji.

Psiquiatria como repressão é denunciada

HONOLULU — A utilização da psiquiatria para fins repressivos no Chile, Argentina, África do Sul, Romênia, Tcheco-Eslováquia e União Soviética denunciada ontem pelo norte-americano Paul Chodoff, durante um simpósio paralelo ao Congresso Mundial de Psiquiatria, inaugurado segunda-feira nesta cidade.

Durante as deliberações, o tema foi o principal motivo de discórdia entre os 5.000 especialistas de 60 países participantes do simpósio, tendo os delegados franceses pedido sanções contra o uso (ou abuso) dessa ciência para fins políticos.

O presidente do Sindicato de Hospitais Psiquiátricos da França, Jean Ayme, e o titular do Colégio de Psiquiatras da França, Gerard Blés, um projeto de resolução que exige a libertação de todos os "dissidentes internados por motivos políticos, a possibilidade de investigar tais práticas psiquátricas e garantias de total independência profissional".

Os médicos psiquatras soviéticos, atualmente exilados, Marina Vikanskaya e Boris Zubo, explicaram aos delegados sua experiência pessoal nos institutos psiquiátricos da URSS, que os obrigavam "tratar" pacientes equilibrados do ponto de vista psicológico.

A delegação oficial soviética negou-se a participar dos debates, alegando tratar-se de uma "campanha de propaganda contra a URSS", porém os observadores acreditam que a maioria dos participantes é partidária de que o congresso publique uma condenação solene de tais métodos, mesmo correndo o risco de que os soviéticos se retirem da organização.

As deliberações têm demonstrado que no intervalo entre o último congresso e este, pelo menos 210 casos de internação de dissidentes políticos em asilos psiquiátricos da União Soviética foram denunciados à Comunidade Internacional.

O diretor do Instituto Psiquiátrico da Academia de Ciências Médicas da URSS, Andrei Snezhnevsky, declarou que as acusações de internamento de dissidentes políticos na URSS "constituem a variante psiquiátrica da propaganda anti-soviética".

Segundo Snezhevsky, alguns dissidentes soviéticos, "conhecidos" depois de terem estado em institutos psiquátricos da URSS, "encontram-se agora em hospitais psiquiátricos de Paris e outros dois morreram em estabelecimentos estrangeiros, enquanto, na URSS, a maioria das pessoas que atuaram contra o poder soviético estão presas, em perfeito estado de saúde mental".

Reunificação dos Vietnãs do Sul e Norte fracassam

HANÓI — Depois de dois anos da queda de Saigon, em mãos dos comunistas, a reunificação do Vietnã surge como um objetivo fracassado, segundo admitiram ontem aqui setores ligados aos círculos oficiais vietnamitas.

A imprensa norte-americana é unânime nesse sentido, reconhecendo que a disparidade monetária entre o Norte e o Sul e os problemas humanos fazem com que a harmonização econômica e ideológica dos "dois Vietnãs" exigirá tempo.

Os observadores assinalaram que, em princípio, em abril de 1975, as condições pareciam ideais para as forças revolucionárias, tendo em vista a unificação do país.

Àquela época, o vazio criado pela debandada total do Exército do Sul, habituou a população ao pequeno tráfico de divisas e mercadorias, população que não oferecia resistência alguma às novas autoridades.

Os mais ricos tinham fugido há pouco tempo e os últimos a bordo de helicópteros norte-americanos, pelo que no Sul ficou o povo comum, circunspecto, mas, em geral, favorável à entrada dos revolucionários.

A chegada das Divisões Blindadas e da Infantaria norte-vietnamita significou para a grande massa da população do Sul o fim de longo pesadelo, com sua sequela de êxodos perpétuos, em meio a uma guerra atroz, e da fome, não menos comum.

Caso único em um povo dividido, desde a colonização francesa: centenas de revolucionários do Norte, inclusive oficiais de alta patente, encontraram-se com primos ou tios, capitães, coronéis e até generais do Exército do regime de Saigon, chamado "fantoche".

O correspondente da AFP foi testemunha de casos inusitados, vendo jovens quadros do Norte levarem seus pais ou tios a campos de reeducação.

Mas, contrariamente a boatos divulgados de vez em quando, nada indica que no Vietnã tenha havido um "expurgo" sangrento, entre outras coisas, porque todo sulista, qualquer que tenha sido seu papel sob o regime de Saigon, é mais ou menos parente de um nortista revolucionário.

O fato é que o Sul está habituado a outro tipo de vida: o habitante do Norte deve, entre outras coisas essenciais, não entrar em contacto com nenhum estrangeiro.

Se a reunificação continuar sendo um objetivo político indubitável para os dirigentes do Norte, todo homem procedente do Sul será um suspeito, e isso explica as reticências de Hanói em incorporar uma população muito mais evoluída do ponto-de-vista técnico, como a do Sul, na rigorosa vida do Norte.

Esse potencial humano, que seria extremamente útil para o desenvolvimento do país, continua vivendo em uma espécie de "quarentena" ideológica e política, continuando vivendo, principalmente, no Sul.

Para o governo vietnamita, a primeira qualidade de um cidadão de nenhuma maneira é a eficiência, mas sim ser revolucionário.

Suarez em Paris tem muito a ver com a greve da fome

MADRI — A visita a Paris do primeiro-ministro espanhol, Adolfo Suarez, abriu esperanças de que seja considerado o caso do militante separatista Miguel Angel Apalategui, que está realizando uma greve de fome, há um mês, na prisão de Marselha, onde está detido.

Desde sua prisão pelas autoridades francesas, o jovem Apalategui ("Apala"), que até então era um anônimo militante da organização separatista basca ETA, se transformou numa espécie de herói nacional nas províncias bascas espanholas.

LIBERDADE

Informações de fonte oficial procedentes do sul da França, indicam, por outro lado, que a Câmara de Acusação da Corte de Apelações de Aix, em Provence, examinará, na terça-feira, audiência pública, a demanda de colocação em liberdade sob controle judicial apresentada pelos advogados de Apalategui.

O militante basco estara presente nesta audiência, e as fontes informam que o jovem detido poderá ser transportado, apesar de sua prolongada greve de fome.

Caso Apalategui seja colocado em liberdade, há a possibilidade de que o Departamento Francês de Refugiados e Apátridas reconheça a qualidade de refugiado político do jovem basco espanhol.

RESPOSTA

"Apala" foi detido como suspeito da morte de um guarda civil em 1972, e de ter planejado o seqüestro do industrial Vasco Javier de Ybarra, assassinado pelo ETA, no dia 20 de junho último.

Há algumas semanas, o governo espanhol solicitou à Justiça francesa a extradição de Apalategui, mas nenhuma acusação de assassinato figurava no expediente espanhol.

Desde então, os juízes franceses não proporcionaram resposta alguma ao pedido de Madri, enquanto o estado do detido, por causa da greve de fome que se empenha em consuma, generalizou um clima de inquietação na opinião pública.

A QUESTÃO

A questão que se apresenta aos magistrados franceses é determinar se os crimes atribuídos ao militante basco são de ordem política ou se inscrevem no Direito comum.

No primeiro caso, o pedido de extradição do governo espanhol será rejeitada, em virtude da convenção que exclui tal medida para os crimes de crimes políticos.

Mas, além das questões jurídicas, os meios políticos espanhóis consideravam que Apalategui é um prisioneiro incômodo e do qual, tanto as autoridades espanholas quanto as francesas parecem desejosas de "desembaraçar-se".

Iugoslávia faz restrição a Israel

BELGRADO — O Estado iugoslavo condena com grande vigor as medidas agressivas e anexacionistas de Israel nos territórios árabes ocupados — segundo um comunicado divulgado ontem pelo Ministério das Relações Exteriores.

"Essas medidas constituem um desafio lançado à opinião internacional mais ampla, as decisões e resoluções das Nações Unidas e constituem uma negaçao dos direitos do povo palestino", indicou a nota.

Depois acrescenta sua "inteira solidariedade com a luta legítima dos países árabes e da Organização Para a Libertação Palestina por uma retirada imediata de Israel dos territórios árabes ocupados desde junho de 1967".

Finalmente, o Secretário Federal Iugoslavo se pronuncia por "uma solução duradoura da crise, cuja questão-chave é o respeito dos direitos legítimos do povo palestino".

Indira pede à Índia para ver o mundo

NOVA DELHI — O jornal em língua inglesa **Indian Express**, informou, ontem, que a ex-primeira ministra da Índia, Indira Gandhi, solicitou um passaporte para viajar ao exterior. Gandhi, que durante 12 anos possuiu passaporte diplomático, declarou recentemente, numa entrevista ao jornalista britânico David Frost, que não acreditava que o novo Governo da Índia lhe daria permissão para sair do país facilmente. Segundo o jornal, Indira recebeu diversos convites de Universidades estrangeiras.

Gromiko e Vance adiam encontro

VIENA — As entrevistas que Cyrus Vance e Andrei Gromiko haviam combinado para os próximos dias foram adiadas para o dia 22, informou a Chancelaria Austríaca, retransmitindo a precisão que lhe foram feita pela Embaixada norte-americana na Áustria.

As discussões terão como tema central o degelo das Negociações Salt Dois sobre limitação de armas nucleares (estratégicas) e deverão ser em Washington, precisou a fonte.

Oficialmente indicou-se que o adiamento se deve a necessidade do Secretário de Estado assistir a 7 de setembro a assinatura do novo Tratado Sobre o Canal do Panamá, em Washington, cerimônia à qual deverão comparecer vários presidentes de países latino-americanos.

Não obstante, o porta-voz do Departamento de Estado, Hodding Carter, admitiu que o adiamento também pode dever-se a "divergências frontais" entre as duas partes, acerca da série de negociações Salt Dois.

O porta-voz informou que o novo prazo de duas semanas, aceito por Moscou, talvez possibilite as duas partes melhorar suas posições.

Saem logo 2 tratados do Panamá

Washington — Os textos completos dos dois tratados sobre o novo Canal do Panamá serão publicados até o fim da semana, provavelmente sexta-feira, anunciou ontem o Departamento de Estado norte-americano.

O porta-voz Hodding Carter precisou que estão por resolver ainda problemas de tradução em ambos os documentos, que serão redigidos em inglês e em espanhol.

O primeiro tratado se refere a cessão da via aquática e da zona que a cerca às autoridades panamenhas no dia primeiro de janeiro do ano 2.000 e o segundo prevê a neutralidade permanente do Canal do Panamá.

Até o momento só foi tornado público "um acordo de princípio" a propósito dos dois tratados.

FRANÇA EMITE PARA REDUZIR INFLAÇÃO

PARIS — As medidas anunciadas ontem aqui pelo governo francês pretendem, essencialmente, provocar uma diminuição do desemprego que afeta a 1.200.000 pessoas no país, como necessidade imperiosa, ao aproximar-se as eleições gerais de março de 1978.

As autoridades decidiram injetar na economia nacional o montante de 5 bilhões e 500 milhões de francos (quase cinco francos equivalem a um dólar) para estimular ou reanimar certos setores especialmente necessitados.

Trata-se de medidas, segundo os observadores, que abrem uma terceira fase na apliiação do plano de reativação eronômica que o primeiro-ministro franrês, Raymond Barre, lançou em setembro do ano passado.

Sem dúvida, essas medidas parecem demasiado prudentes e modestas e, em conseqüência, muito longe de uma ação de reativação geral da economia, como a que em 1975 injetou no circuito mais de 30.000.000.000 de créditos suplementares, o que sobretudo acelerou a inflação.

Barre nega querer mudar de rumo e sustenta que o plano pretende levar ao país, mergulhado na crise internacional, para a via da expansão e o pleno emprego, preservando-o da inflação e da recessão.

Depois de acentuar, numa primeira fase, o rigor para diminuir a inflação e restabelecer os principais equilíbrios, sem descuidar-se das facilidades as inversões, o governo tomou medidas especificas contra o desemprego, numa segunda fase iniciada em abril passado, sobretudo para intensificar a contratação de jovens.

Barre olha agora mais longe, rumo a uma "mini-reativação", por duas razões principais. A primeira, porque estima que os resultados obtidos — principalmente a estabilidade do franco e o débil crescimento da massa monetária — deixam margem suficiente para apertar suavemente o acelerador.

A segunda, porque a conjuntura internacional é menos promissora que o previsto no início deste ano, e que há, em conseqüência, que atuar com o que se tem à disposição.

A medida mais espetacular anunciada ontem foi uma subvenção excepcional de 300 francos para cada um dos cinco milhões de filhos de famílias modestas, com menos de 3.200 francos de renda mensal, que se acrescenta ao abono normal de 154 francos.

Esta subvenção terá um custo de 1.500.000.000 de francos, e essa soma deverá aumentar mais ou menos na mesma medida a demanda interior de bens de consumo. Porém, os homens de negócio consideram mais importante a diminuição do custo do crédito, cujo sinal foi dado por uma baixa do tipo de desconto de 110,5 a 9,5 por cento.

A medida provocou reações favoráveis na Bolsa de Paris, ainda que moderadas, por que os investidores mostraram-se decepcionados, pelo fato de que os bancos tenham reduzido somente em 0,3 por cento seu tipo de base que condiciona o conjunto dos tipos de créditos bancários, julgando-o insuficiente.

Outras decisões foram adotadas pelo governo para lutar contra o desemprego, como, por exemplo, o outorgamento de 1 bilhão de créditos suplementares como tipo privilegiado de interesse às grandes empresas que poderão assim financiar investimentos de quase 3 bilhões a mais.

Outros créditos serão destinados aos setores de construção imobiliária e de obras públicas, que se beneficiarão também com créditos destinados às coletividades locais, e de medidas para acelerar o financiamento da construção de habitações.

TORTA NA CARA JÁ VIRA SHOW DE TV

NOVA YORK — O prefeito de Nova York, Abraham Beame, levou ontem uma torta no rosto, no melhor estilo comédia pastelão, quando os nove candidatos à Prefeitura da cidade estavam reunidos diante das câmaras de televisão debatendo problemas municipais.

O autor da gracinha foi Aaron Ay, um jovem de 27 anos que já tem alguma prática, pois andou treinando durante a campanha eleitoral do ano passado, quando conseguiu acertar o senador Daniel Mynihan no ombro.

Como as eleições primárias para designar o candidato democrata à Prefeitura estão marcadas para daqui a uma semana, o prefeito Abrahm Beame fez um esforço supremo para conservar a esportiva e ainda conseguiu dizer: "Prefiro as tortas de maçã"

Para a maioria dos telespectadores, o incidente da torta foi o ponto mais interessante do debate.

RADIAÇÃO NUCLEAR PROVOCA CÂNCER

SALT LAKE CITY, EUA — O efeito das radiações nucleares como fonte possível de câncer, será estudado pelo Centro Nacional de Controle de Enfermidades Infecciosas de Atlanta, Geórgia — revelou-se ontem, nesta cidade.

O jornal *Sal Lake City Tribune*, do Estado de Utah, afirmou que o Centro recebeu uma lista de 2.235 pessoas que observaram a explosão nuclear de 31 de agosto de 1957, em Nevada, conhecida sob o nome de "Smoy"

A pedido do Exército, que lhe enviou esta lista, o Centro deverá tratar de determinar se estas pessoas têm mais possibilidades de serem vítimas de um câncer do que outros indivíduos.

O jornal, que não deu informações sobre as modalidades da operação, recordou que dois ex-soldados do Exército, que presenciaram a explosão nuclear, afirmaram estar acometido de leucemia, em razão de sua participação nesta experiência.

Um desses soldados obteve do Exército uma pensão por invalidez permanente, enquanto o outro teve um pedido similar recusado

PSOE APÓIA LUTA DO POVO DO SAARA

MADRI — O Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) "apóia de modo absoluto, fraterno e solidário a luta do povo saariano e da Frente Polisário, por sua libertação nacional", afirmou seu primeiro-secretário, Felipez Gonzalez, em carta enviada ao presidente de Angola, Agostinho Neto.

A revelação do texto dessa carta foi feita por um porta-voz socialista.

ESCLARECIMENTO

O PSOE, segundo a missiva, cogita de exigir no Parlamento espanhol o esclarecimento das circunstâncias que levaram ao chamado Acordo de Madri, no dia 14 de novembro de 1975, pelo qual se cedeu o Saara Ocidental a Marrocos e à Mauritânia, considerando tal acordo como ilegítimo e ilegal".

O texto da mensagem, que será entregue pessoalmente ao presidente Neto Emílio Menendez del Valle, do Secretariado Internacional do PSOE, assinala também o "caráter nitidamente espanhol das Ilhas Canárias", precisando que a hispanidade de tais ilhas não se contrapõe a sua necessária autonomia".

AS FORÇAS OCULTAS EXISTIRAM — CHAMAVA-SE JÂNIO DA SILVA QUADROS

OSWALDINO LOPES

“EU tenho medo das pessoas que ficam muito conten es com o que fazem. São extremamente perigosas. É que são pessoas, que não fazem aquele esforço necessário para superar as suas próprias deficiências. E quando isso então se transporta para o plano coletivo, para o plano de uma nação, de uma comunidade, aí então pode ser um flagelo; isso que na vida privada é extremamente perigoso, o sujeito excessivamente contente consigo mesmo, que se acha o tal, quando isso chega ao plano coletivo roça já a paranóia. É muito perigoso usar essas palavras porque como elas são do vocabulário da doença mental pensa-se que elas não existem senão nos hospícios, mas a paranóia existe na rua, está por aí, a rua está cheia de paranóicos como a rua está cheia de maníacos depressivos e esses paranóicos, e esses maníacos depressivos estão em estado larvado, em estado latente. Ponham-se-lhes nas mãos certos poderes e eles se manifestam”...

Essas palavras de Carlos Lacerda têm, ou poderiam ter, endereço certo. E esse endereço se chama Jânio da Silva Quadros. Ainda uma vez, a história se repete como farsa. Ainda desta vez a Imprensa é vítima desse grande farsante da história política brasileira. O meu caro companheiro, comentarista político, dos bons, desta Cidade, Francisco Pedro do Coutto, remanescente do glorioso e nunca esquecido **Correio da Manhã**, escreveu aqui mesmo na TRIBUNA DA IMPRENSA um ensaio rápido sobre o sr. Jânio e sua renúncia encomendada. À parte sua lúcida exposição, algumas afirmações sou obrigado a contestar, e o faço porque conheço demais o sr. Jânio Quadros e participei da sua magnífica campanha e, infelizmente, de toda a trama de sua renúncia. Carlos Lacerda ficou 16 dias (de 8 a 23 de agosto de 1961) tentando um encontro direto e franco com o presidente Jânio, inclusive com a interferência de dona Eloá Quadros, e sempre o Jânio se esquivava e — como sempre — FUGIA.

Restabelecendo os fatos, e espero pela última vez na minha vida, vamos trazer ao leitor e neste jornal — os grandes responsáveis pela grande eleição do sr. Jânio Quadros, pois naquela época todos nós ainda nos iludíamos com esse demagogo paulista — os fatos e os efeitos, repito, dessa renúncia.

Após muitas tentativas infrutíferas de falar com o Presidente Jânio, Carlos Lacerda, desiludido, tomou o carro do Palácio e mandou tocar para o hotel, depois de se despedir do João, o mordomo de Jânio Quadros. A noite fresca e mansa de Brasília, com suas luzes azuis e frias, pareceu-lhe interminável, no percurso do palácio ao hotel. Os postes sucediam-se e, lá atrás, silencioso, fechado, o Palácio guardava o segredo: ALI DORMIA O FUTURO DITADOR DO BRASIL, e LACERDA E TODO O POVO BRASILEIRO, ÉRAMOS TODOS SEUS CÚMPLICES.

**Toda uma vida de esforço, de luta, enrolada naquela traição. Que fazer agora? Era a pergunta que Carlos Lacerda fazia a si mesmo e nós a nós mesmos. Lacerda nos dizia mais tarde: “Quantas vezes essa pergunta se plantou diante de mim quando tudo parece terminado e tem de recomeçar? Com Castelo tão parecido com Jânio, só que este mais inteligente e mais lúcido, foi quase o mesmo. Aquele momento porém, foi ÚNICO. Nada a fazer, nada. O sentimento da minha solidão para enfrentar a ameaça encheu a noite e me oprimiu o peito, como se a noite de Brasília deserta me esmagasse. Os poucos dispostos a me ajudar seriam facilmente inutilizados. Conhecia muito bem os políticos, a esta hora, amontoados em torno de Jânio para receber favores, empregos, vantagens, progresso na impiedosa “carreira” que não respeita cara nem corações. No fundo, duas tentações me puxavam: a de não dar o braço a torcer e a de concordar que, afinal, o Brasil não saía do que é com um governo comum. Sim, mas a ditadura, rumo ao desconhecido, com aqueles antecedentes. O diálogo seguia sem voz, mas exigente, premente, dentro de mim. Aquele pacífico Willys preto transformou-se numa câmara de tortura ambulante, na noite de Brasília. Havia sim, homens públicos compenetrados, capazes de resistir — e havia o povo. Mas este, quando soubesse, acreditaria? Os outros eram demasiados individualistas, não quereriam me ajudar, senão a contragosto, e forçados pela opinião pública. O carro cortava a noite imensa, o caminho não acabava mais. As luzes frias e azuis varavam a minha retina e se alojaram na cabeça como balas de uma rajada. Se ao menos não fosse verdade. Se ao menos eu estivesse enganado. Agarrava-me a esta esperança mas logo recapitulava os fatos as palavras, e sobretudo o tom das palavras e as circunstâncias que marcavam os fatos. Era impossível a dúvida. Estava tudo pronto para transformar o governo apoiado pelo povo numa ditadura de rumos desconhecidos. Ao chegar ao hotel, contei ao comandante Wilson Machado, meu assistente e depois piloto do avião ESPERANÇA, o que se passava. Wilson era meu amigo desde o tempo em que me levava notícias, quando morei em Lisboa, e da greve da Panair do Brasil. Wilson ouviu em silêncio. Pouco depois, o Ministro da Justiça Oscar Pedroso Horta, telefonou. Disse-lhe: EMBARCO ESTA MANHÃ PARA O RIO DE JANEIRO E VOU CONTAR TUDO ISTO QUE VOCÊS ESTÃO TRAMANDO. MEU ÚLTIMO RECURSO É ESTE.” Você está louco, retrucou Pedro Horta. “Vou para aí”. NÃO ADIANTA — Vou assim mesmo”.

Minutos depois o Ministro Horta chegava ao meu quarto no Hotel Nacional. Mandou buscar uma garrafa de uísque e até o amanhecer tentou demover-me. A certa altura, já com os olhos insones, mostrei-lhe o ridículo daquela situação, um Ministro de Estado e um Governador, num quarto de hotel, em que tudo se ouve pelas paredes, discutirem madrugada adentro se tem ou não tem cabimento dar um golpe de Estado no Brasil. Num país do tamanho e da importância do Brasil. Era uma situação grotesca. Mas recordava cenas de Hitler, de ditaduras soturnas, pois toda ditadura tem seu lado grotesco. Ao chegar ao Rio, reuni em casa alguns campeões da chamada “reserva moral”, senhores formidáveis, que não se expõem, de modo que nunca chegam a gastar o crédito que acumulam com as suas virtuosas omissões. Expus-lhes o que se estava passando em Brasília. Entreolharam-se, uns talvez incrédulos, outros atônitos. Poucos comentários, nenhum desejo de se envolver. Era como se fossem de outro planeta. Ou de outro país. Gente de primeira ordem, mas com a vocação da inércia. Mas, fui então para a televisão.

“QUERO CONTAR AO POVO, SIMPLESMENTE, SEM DAÍ TIRAR EFEITOS ALARMISTAS, SEM CONTRIBUIR PARA ENVENENAR SEJA O QUE FOR. O QUE SE PASSOU, PARA QUE JULGUE: SEI QUE AQUI E ALI FICARÁ A MINHA PALAVRA CONTRA A DOS QUE QUEREM NEGÁLA. AGORA PODEM ACUSAR-ME — E NÃO FALTARÃO ACUSAÇÕES CONTINUADAS DE MUITAS COISAS. MAS NUNCA ALGUÉM, AINDA, TENTOU ACUSAR-ME DE INVERÍDICO. E PORQUE MENTIRIA EU E PORQUE EXAGERARIA SE TODAS AS VANTAGENS PODERIAM ADVIR-ME SE SIMPLESMENTE CALASSE? No dia da reunião dos Governadores, em Araxá, o Presidente da República, manifestou-me a sua profunda inquietação com as dificuldades de funcionamento do Regime: pouco ou nulo rendimento do Congresso, a desagregação sensível dos Partidos, o esvaziamento da vida pública, o não entendimento das suas solicitações por reformas profundas de que carece para governar. Essa conversa havia sido precedida de outra, do sr. Ministro da Justiça, na qual o sr. Oscar Pedroso Horta dissera-me que o Presidente, em crescente inquietação, poderia chegar à renúncia, se não obtivesse do Congresso Nacional, as medidas necessárias ao cumprimento do seu programa. Diante disso, a certa altura da reunião dos Governadores, pedi ao Presidente que me concedesse a honra de prosseguirmos a conversa tão logo tivesse ele oportunidade para isso. Chamou-me no domingo seguinte, a São Paulo — mas aí a conversa não houve, nem no dia seguinte, no avião, quando para cá viemos juntos. Disse-me ele, então, que ainda não era hora para conversarmos sobre isso.

Esperei, pois, até que, há dias, na minha penúltima visita a Brasília, o Ministro da Justiça esclareceu-me a questão. Traçou-me com sua irrecusável inteligência, um panorama que resumiria assim: CONSIDERAMOS NECESSÁRIO PREPARAR O PAÍS PARA UMA REFORMA INSTITUCIONAL”, NA QUAL O CONGRESSO, JÁ QUE DESEJA RECESSO REMUNERADO, FIQUE REALMENTE EM RECESSO REMUNERADO. Para isso, disse-me o Ministro, da Justiça de Jânio, precisamos do apoio de alguns governadores, a começar pelo seu. O governador de São Paulo ainda não está maduro para esta conversa, mas depois conversaremos com ele, após uma preliminar que por alto já procurei fazer.

Perguntei-lhe em que consistiam essas Reformas e não obtive resposta precisa sobre elas. Mas aludiu a alguns artigos meus, em 1956, publicados na TRIBUNA DA IMPRENSA, quando exatamente me chamaram de golpista, porque em situação inteiramente diferente, eu preconizava adiamento das eleições para, com o consentimento do Congresso, poder o governo, com plenos poderes, executar tais reformas, a começar pela Lei Eleitoral. Pediu-me ele que lhe mandasse esses artigos, porque, disse, recordava-se de um, sobretudo, em que a questão estava posta exatamente nos termos que desejaria aplicar agora. Perguntei-lhe como ficaria, nesse caso a opinião do povo, a vontade do povo. Disse-me que poderiam chegar a condescender, dentro do respeito à periodicidade dos mandatos, e de nenhum modo cancelando a necessidade de eleições, um referendo popular para as medidas de reforma institucional que o governo pretendia introduzir no País.

Mas para encurtar o desenrolar desses acontecimentos que enlameiam a política brasileira, passemos logo a outra parte, justamente o epílogo da renúncia do fanzoca dos westerns da tv-americana; e novamente Lacerda (pobre homem, só e peregrino em busca de uma solução total e definitiva para este país) nos ilumina com suas palavras finais. **Neste momento, a meu ver, tem o Presidente da República em suas mãos a mais extraordinária soma de poderes que nunca nenhum Presidente teve na Democracia deste País. E esses poderes nascem da legitimidade do seu mandato, da confiança que apesar desses descaminhos tem nele o povo brasileiro e eu com o povo. Por que não usá-la, assim, lealmente, como leal e fraternalmente nós a oferecemos. Nós, que nada pretendemos dele, nós que não temos ambições quanto ao futuro, nós que a custo carregamos cada qual a cruz que orgulhosamente pedimos para os nossos ombros, nós que lutamos com ele e ao seu lado, nós que queremos trabalhar com ele e ao seu lado. Só não podemos, só não queremos é que, em nome de um esquerdismo para fora, se faça o reacionarismo para dentro, através de uma ditadura disfarçada; que através de um reacionarismo para dentro através de tal ou qual agrado a este ou aquele grupo econômico, se faça para fora o espetáculo de um País. O Brasil que entra na órbita comunista no exato momento em que sai do seu livre espaço e deixa de ser uma estrela refulgente para ser triste satélite de um pseudo neutralismo.**

No entanto, meus amigos, os brasileiros sabem, quaisquer que sejam os defeitos e os erros, os vícios e crimes que me possam atribuir, se nunca menti aos adversários também não minto aos meus amigos.

Resisti esses dias, a tentação que deixassem que se comprovassem na prática tudo aquilo que vi fermentado, preparando-se nessas duas ou três conversas mavórticas do Ministro da Justiça. Mas compreendi, e era fácil fazê-lo afinal, é fácil reconhecer o caminho do dever quando afinal conseguimos discerní-lo, compreendi que não tinha o direito de silenciar.

Este o relato mais fiel possível que pude fazer sobre o episódio da renúncia do futuro ditador Jânio da Silva Quadros. Desafio a quem possa desmentí-lo.

A Lei manda e a interpretação desmanda

HAVERÁ TRIBUTAÇÃO PARA AS CORREÇÕES MONETÁRIAS AUFERIDAS PELAS PESSOAS FÍSICAS?

Entrevista do Prof. GERALDO DE LA ROCQUE — concedida ao Prof. ROGERIO PFALTZGRAFF

Assunto dos mais controvertidos em matéria de ser ou não ser tributável rendimento auferido por pessoas físicas e jurídicas, supostamente proveniente de correções monetárias, deixou de ensejar dúvidas quando foi editado o Decreto-lei n.º 1338/74, por ter sido a sua disciplina e entendimento perfeitamente esclarecidos.

O artigo 176 do Codigo Tributário Nacional, ao cuidar da isenção deixou claro que esta, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que venha a especificar condições e requisitos exigidos para sua concessão, os tributos a que se lhe aplica, bem como, em sendo o caso, o prazo de sua duração.

Está claro, portanto, que somente caberá isenção quando houver disposição expressa a respeito, prevista em lei, para cada caso.

A interpretação das isenções fiscais deve sempre ser restritiva, circunstância determinada pelo próprio artigo 111 do Código Tributário Nacional que impõe, sem sombra de dúvida, ser de interpretação literal da legislação tributária que disponha sobre a outorga de isenção.

Aliomar Baleeiro, na sua excelente obra “Direito Tributário Brasileiro” já alertava para o fato de que “no tempo de prestígio da regra *in dubio pro Fiscus*, os hermeneutas já recomendavam que não deveria ser extensiva a interpretação dos dispositivos sobre a isenção fiscal, pois deve prevalecer que, nos países democráticos, ou que pretendem ser democráticos, a contribuição para manutenção dos serviços é dever de todos”.

Em 22 de setembro de 1970, pelo Parecer Normativo n.º 310 de 28/09/70, a SRF ao examinar caso de pessoa jurídica conotado com lucro tributável e resultante de transações eventuais, concluía que na ocorrência de distribuição de correção monetária em dinheiro, ao invés de incorporá-la ao capital social, o titular, sócio ou acionista beneficiado, seja pessoa física ou jurídica, “estará sujeito ao imposto de renda na fonte ou na declaração de rendimentos, ou em ambos, na forma da legislação”.

Logo em seguida, com o Parecer Normativo n.º 398, de 12 de outubro de 1970, complementando entendimento sobre o lucro tributável das pessoas jurídicas, esclarecida a SRF que o rendimento auferido em decorrência de correção monetária obtida em virtude de contrato firmado entre particulares, ainda que baseada em índices de atualização do valor nominal das ORTNs, estaria sujeito ao imposto de renda como rendimento equiparado a juros, mesmo porque, terminava a ementa respectiva, “se há isenção quando expressamente previsto em lei”.

Tal decisão, acertada sobremodo, terminava com as dúvidas suscitadas até então, se o acréscimo ao preço da coisa vendida a prazo, a título de correção monetária, além de empréstimos ou depósitos em conta corrente, enfim, qualquer tipo de operação desse gênero em que fosse convencionada a cobrança da correção monetária, estaria sujeita a tributação do imposto de renda, como rendimento equiparado a juros, salvo quando houvesse isenção expressamente prevista em lei, para cada caso.

E nessa oportunidade, lembrava mais o Parecer Normativo em causa, que havia dispositivo consignado em lei, facultando às pessoas jurídicas abater do lucro tributável o valor da manutenção do capital de giro próprio, como instrumento adequado para corrigir as distorções da moeda durante o ano-base.

O Parecer Normativo em questão, peculiar às pessoas jurídicas e em relação ao seu lucro tributável apurado, acabou se estendendo, por conseqüência, e firmou-se o entendimento de que equiparava-se a juros o valor da correção monetária auferida em razão de contrato firmado entre particulares, assim consideradas pessoas físicas e pessoas jurídicas.

De início, entre os particulares, um deles, pelo menos, e aquele que auferisse o rendimento deveria ser pessoa jurídica, para que coubesse a interpretação.

Depois generalizou-se o entendimento, por via de conseqüência, mas não por entendimento da SRF.

No entanto, poder-se-ia inquinar essa interpretação de acertada por não existir “expressa isenção” para o caso.

Tudo isso entretanto passou a ser muito claro, quando da Exposição de Motivos do Ministro da Fazenda e do Ministro Chefe da Secretaria do Planejamento da Presidência da República, que acompanhou o projeto do qual resultou o Decreto-lei n.º 1338, de 23 de julho de 1974.

Nesse documento, esclarecedor por excelência do espírito do legislador, a propósito dos diversos dispositivos legais existentes a respeito da correção monetária, interpretando o princípio básico na legislação fiscal brasileira a partir de 1964, ratificava a meta então adotada de que a atualização dos valores nominais e em decorrência da inflação não constituía rendimento tributável, mas que no entanto, confessa o documento, o imperfeito entendimento desse princípio vinha dando margem às mais variadas distorções fiscais.

A Exposição de Motivos em questão, de clareza meridiana, reconheceu a atualização de valores como não tributada, isto em relação às pessoas jurídicas, e deveria relacionar-se exclusivamente ao patrimônio próprio do contribuinte, sendo que a correção de recursos pertencentes a outros deveria ser encarada como rendimento real, e não apenas nominal. A seguir, tecendo considerações de ordem doutrinária, reconhecia que a manutenção do capital de giro nunca fora calculada em toda a sua plenitude, donde reconhecer que as empresas que financiassem substancial parcela de seu movimento com recursos próprios, acabavam por sofrer injusta tributação sobre uma parcela ilusória de lucros.

Assim, o projeto então encaminhado esclarecia a Exposição de Motivos em questão, corrigindo tais distorções, objetivava permitir que a empresa deduzisse integralmente do lucro nominal a manutenção do capital de giro.

No entanto, admitiu enfaticamente a referida Exposição de Motivos, que para as pessoas físicas, como é óbvio, não seria viável introduzir todos os aperfeiçoamentos então adotados na sistemática da correção monetária, donde esclareceu taxativamente “por razões de ordem prática, o artigo 13 considera excluída da tributação a correção monetária auferida pelas pessoas físicas”.

Consagrava-se, pois, e **ex-vi legis**, a isenção expressa e necessária, para as correções monetárias auferidas pelas pessoas físicas, por questões de “ordem prática”, sobretudo.

Reconheciam, as próprias autoridades fiscais, a impraticabilidade de manter o exercício de uma fiscalização eficiente sobre o assunto em relação às pessoas físicas, donde preferível isentá-las, por ser mais prático.

E assim entrou em vigor, a 24 de julho de 1974, o artigo 13 do Decreto-lei n.º 1338, que dispõe, **verbis:**

> “o produto das correções monetárias de quaisquer investimentos, calculadas em função dos mesmos índices aprovados para as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, exclui-se da incidência do Imposto sobre a Renda devido pelas pessoas físicas que o computarão na declaração com rendimento não tributável”.

Aconte, porém, que embora reconhecendo ampla a isenção, conforme nos dá conta a Exposição de Motivos sob exame, no dispositivo isencional editado foi introduzida a expressão “quaisquer investimentos”, cuja inserção entendemos justa, pois objetivou excluir da isenção de que se cuida as correções monetárias aplicadas sobre operações resultantes de empréstimos cujos juros, mascarados de correção, possibilitariam, indubitavelmente, às pessoas físicas, praticar aqueles atos que a legislação contida no bojo do Decreto-lei n.º 1338/74 acabava de por um fim para as pessoas jurídicas.

Assim, entendemos que o objetivo único dessa expressão foi excluir a possibilidade de se denominar **juros** como correção monetária, e, por essa forma burlar o objetivo salutar da legislação vigente.

Acontece, entretanto que dúvidas continuam sendo suscitadas, quanto à aplicação plena desse dispositivo expresso de isenção, vez que correntes existem que negam essa vantagem àquelas pessoas físicas, que tendo alienado quaisquer valores pertinentes e determinados bens econômicos de sua propriedade, e que pelo parcelamento eventualmente concedido, tenham auferido correção monetária em parâmetro dos índices de atualização do valor nominal das ORTNs, sob a alegação de que não se trata de **investimentos**, como a legislação taxativamente menciona.

Ora, somos daqueles que entendemos não proceder esse raciocínio, pois até quem faz o **investimento**, ou seja, investe recursos em qualquer coisa, como por exemplo a aquisição de um bem econômico, estará pagando correção monetária e não a auferindo. Nesta ordem de idéias quem auferiu a correção monetária, se pessoa física jamais se enquadraria no disposto no Decreto-lei n.º 1338/74, porquanto o investimento, se assim se admitisse, seria do pagador e não do recebedor.

Sendo o pagador pessoa física, nenhuma vantagem nisso levaria, ainda mesmo que considerasse esse desembolso como juros, uma vez que o abatimento da renda bruta de juros de dívidas pessoais, inclusive nos pagos ao Sistema Financeiro de Habitação, não poderá ultrapassar a dez mil cruzeiros anuais nos termos do Decreto-lei n.º 1434/76, com vigência a partir do exercício de 1978, base 1977. E acresce mais que o desembolso teria sido sob a forma de correção monetária, cujo reflexo seria nulo, em relação a qualquer abatimento ou dedução.

Por outro lado, se o pagador fosse pessoa jurídica, nos precisos termos do parágrafo 2.º do artigo 14 do Decreto-lei n.º 1338/74 já referido, o desembolso em causa seria despesa computável no seu resultado apurado para fins do imposto de renda, quer fosse considerado correção monetária, e o mesmo ocorreria se fosse admitido como juros e destinação idêntica teria.

Como se verifica, quanto ao responsável pelo pagamento a legislação já se definiu: ninguém aproveita, seja ou tenha a conceituação que se lhe queira dar como correção monetária ou juros.

Vamos agora ao beneficiário do rendimento.

Se pessoa jurídica, tanto como juros ou como correção monetária, deverá considerar o respectivo valor como receita, ainda mesmo no segundo caso, onde a legislação vigente, artigo 14 do Decreto-lei n.º 1338/74, diploma legal já invocado manda considerar receitas havidas de correções monetárias como integrantes do lucro real, tributáveis pois.

Em sendo pessoa física o beneficiário do rendimento, não há como se deixar de considerá-la atingida pela isenção de que cuida o artigo 13 do Decreto-lei n.º 1338/74 uma vez que o seu resultado deriva de um investimento qualquer, aquele que o pagador efetuou em seu benefício, ao adquirir o bem econômico objeto da transação originária do desembolso. Sem a menor dúvida, o rendimento objeto da isenção, constituiu inequívoco produto de investimentos, seja quando o vendedor antes adquiriu, seja quando o comprador com ele negociou. Caso contrário a isenção do artigo 13 já referido seria morta por não se aplicar a caso algum.

Jamais seria admissível, no entanto, considerar essa operação como um empréstimo.

Empréstimo de qualquer natureza sim, não seriam beneficiados pela isenção de que se cuida, pois o dispositivo foi moralizador: evitar as mascarações de juros sob a capa de correções monetárias.

Mas, acontece, que algumas dúvidas têm sido levantadas, sobretudo quanto à validade do Parecer Normativo CST n.º 398/70, publicado no D.O. de 01/11/70, e ainda não reformulado, o que levaria alguns a entender estarem sujeitos, ainda, ao imposto de renda, como rendimento equiparado a juros as correções monetárias aqui examinadas.

Não encontramos nenhum amparo a tal conclusão, mesmo porque a isenção, hoje específica na redação do artigo 13 do Decreto-lei n.º 1338/74, já derrogou automaticamente o entendimento antes expedido pela SRF, por anterior mesmo, eis que há expressa menção legal, segundo exigência do Código Tributário Nacional para outorga de qualquer isenção.

No entanto, para aqueles que ainda estejam em dúvidas quanto ao entendimento da expressão contida na lei de que somente gozam de isenção os produtos de correções monetárias de *quaisquer investimentos*, conviria que a SRF esclarecesse convenientemente o assunto, de modo a tranquilizar aquelas pessoas físicas que auferindo as correções monetárias de *quaisquer investimentos* à exceção de empréstimos, é claro, desde o exercício de 1975, ano-base de 1974, não fiquem receosos de um enquadramento interpretativo que lhes venha a tributar rendimentos isentos ou então, como vezes acontece, temerosas de um erro intencional, ofereçam aquelas pessoas físicas, à tributação parcelas que absolutamente não vemos como impor-lhes taxação.

Como salientamos, a prevalecer o entendimento da manutenção do decidido pelo Parecer Normativo n.º .... 398/70 já referido, não há a menor possibilidade de aplicação do que se contém no texto do artigo 13 do Decreto-lei n.º 1338/74.

Mas que cabe deixar claro, isto cabe!

Gente

BARÃO DE SIQUEIRA JR.

Regina Maria, beleza cearense em Brasília Um dos encantos de Brasília é a filha do Senador da República pelo Estado do Ceará Mauro Benevides, de nome Regina Maria de Borba Benevides, que em todas as reuniões do jovem-society, faz um sucesso. O meu velho amigo Mauro Benevides é tido como o maior Papai-Corujão. E não é pra menos!

JOVENS PASSENSES VIRÃO PARA FESTA DO COPA

★ O NOSSO AMIGO médico Hamilton Lemos de Oliveira, parente de Dona Sara Kubitschek, com uma bela residência na Desembargador Alfredo Russel, no Leblon, teve há dois anos sua filha Déborah que, aliás, é uma beleza de jovem, assim como sua senhora também Déborah, outro encanto de nossa alta roda, debutando no Golden-Room do COPA. Ele gostou da festa, assim como os seus familiares e amigos, tendo até feito uma mesa de 40 pessoas e hoje em dia é o maior pregador do acontecimento do COPA. Hamilton, que é uma espécie de Prefeito Honorário da cidade de Passos, no Estado de Minas, muito benquisto e querido, pensou no ano passado em trazer jovens da sociedade passense, para debutar no COPA, representando o Clube Passense de Natação, o mais elegante e fino da cidade. Deu certo, pois vieram quatro jovens que brilharam no Golden-Room, assim como voltaram entusiasmadas com o evento carioca. E, agora, Hamilton novamente vai trazer, atendendo ao nosso convite outras jovens passenses para representarem Minas e a cidade de Passos, onde Hamilton é um grande latifundiário. Já chegou ao Rio com a bela notícia, pois a ele devemos grande parte do êxito do evento no Golden-Room do Copacabana Palace. Gratos mais uma vez ao velho amigo Hamilton Lemos de Oliveira como também à sua linda esposa Déborah e encantadora filha Déborah, que emolduram o seu elegante lar, em tradição mineira.

★ O ESCRITOR Wilson Pinto, que também tem uma excelente banca de advocacia nesta cidade, vai aniversariar amanhã com abraços dos amigos e um almoço, segundo soubemos, no Clube dos Banqueiros e Seguradores, para o qual fomos convidados. Wilson, há dias, nos revelou que vai excursionar pela América Latina, pretendendo escrever um livro sobre os países que percorrer, tanto quanto ao seu estado político, como também sobre o povo. Esta obra, segundo Wilson Pinto, deverá demorar uns dois anos, pois será uma condensação de tudo que ver e ouvir. Bravos e parabéns ao Wilson Pinto, grande escritor!

★ POR incrível que pareça o Território do Acre quer também enviar uma jovem para a festa de 26 de novembro no Golden-Room do COPA. Pela primeira vez teremos então uma acreana em nossa festa de 26 de novembro. Vamos aguardar!

SÍNTESE

Estréia segunda-feira um filme distribuído pela Fox que, promete ser muito bom, O Segredo das Velhas Escadas, com direção do já consagrado Mauro Bolognini, que tem entre outros filmes em sua cinematografia o ótimo "Metello", e traz no elenco atores consagrados como, Marcello Mastroianni e Françoise Fabian, e ainda de quebra o ator Pierre Blanse morto prematuramente em um desastre automobilístico, logo depois da conclusão das filmagens. O filme, como toda a obra mais recente de Bolognini, tem uma forte conotação política, ele se passa em um hospital psiquiátrico durante a ascenção do regime facista na Itália, e procura traçar um paralelo entre a loucura que reina dentro do hospital e a que se apossou da Itália

Clubes & Noite

GILSON BARCELLOS

CLUB MUNICIPAL TERÁ CONCURSO

A cada ano que passa o Concurso Rainha das Mulatas do Estado do Rio de Janeiro toma maiores proporções, graças a seriedade e coordenação eficiente do fotógrafo J. Britto. A eleição da Rainha de 1977 acontecerá na noite do próximo dia 8 de outubro, a partir das 22 horas, com o fundo musical do Conjunto Copa 7, no majestoso salão do Club Municipal. Já estão inscritas as seguintes candidatas: Marta Rosa de Souza (GRES Salgueiro), Maria da Conceição Cardoso (GRES Cabuçu), Jorlândia Maria Ferreira (São Gonçalo), Maria de Fátima Guedes (Minerva), Lindinália Rodrigues (G. R. Vera Cruz), Maria de Lima da Silva (B. C. Cara de Boi), Edna Pereira Damasceno (B. C. Quem Quiser Pode Vir), Maria de Fátima (B. C. Unidos do Cabral), Sônia Virgínia Gomes (B. C. Boêmios de Irajá) e Glória Maria Santana (B. C. Rosa de Ouro).

FERNANDO

O meu irmão de fé (este é mesmo) Fernando Costa e Silva antes de embarcar para Nova Iorque, onde fará um curso de três meses na Universidade de Columbia, despediu-se dos amigos com um jantar no Restaurante La Guillotine, em Ipanema. Para quem não sabe Fernando é um dos mais jovens economistas da Cidade Maravilhosa.

FUTURO

Apesar de não ter bolinhas de cristal, sou capaz de afirmar que o novo presidente do Orfeão Portugal será Abílio Santos. Abílio foi Vice de Secretaria da administração José Domingues Sanches e ocupava lugar de destaque na gestão de Armínio Craveiro, recentemente falecido.

FESTIVAL

O Festival da Canção Italiana com os cantores Tito Bertini, Giacomo Glechi, Nicolino Cupello, Siléa Stopatto, Emannuelle Siervo, Luzia de Paola, Tonuccia Panfili e outros, será realizado na noite deste dia 3 de setembro, a partir das 20h30m, no Sírio e Libanês.

DROPS

Hoje tem Noite de Seresta na Banda Portugal a partir das 21 horas. ★ Ivon Curi se preparando para a festa comemorativa do seu 4.º ano de sucesso no Sambão & Sinhá. Será no dia 4 de outubro. ★ Emilinha Borba sacudiu o salão do Minerva sábado, por ocasião do Samba & Feijão apresentado pelo maninho Roy Sugar. ★ Aliás, quem passou o fim de semana e esteve até ontem a sua permanência em Salvador, foi o Presidente do Minerva, José Vasques. ★ Hoje tem apresentação especial do musical de Chico Buarque, "Os Saltimbancos", no Canecão. ★ E o Fla derrotou o Flu, né?.

FESTA

A peça "Festa de Sábado" de Bráulio Pedroso, com músicas de Egberto Gismonti, estréia neste dia 5, no Teatro Nacional de Comédia, no horário das Seis e Meia, de segunda a sexta-feira. Com Camila Amado e Antônio Pedro no elenco, "Festa de Sábado" vai continuar o êxito obtido quando de sua temporada no Teatro Fonte da Saudade.

REMANDIOLAS

Amanhã tem Ray Coniff e sua Orquestra no Iate Clube do Rio de Janeiro. ★ Presidente Elias Richa já enviando convites para o Baile de Gala que acontecerá em blacktie no dia 17 próximo. O Sírio e Libanês fica mais velho um ano. ★ Enquanto isso, o Presidente Salomão Saadi também vai ultimando os preparativos para o Baile de Gala do Monte Líbano que também fica mais velho neste mês de setembro. ★ Salomão Saadi promete uma grande atração artística de categoria internacional. ★ Os confrades Roberto Reis e Orlando Gomes estarão transmitindo o programa Continental Zero Hora deste sábado, diretamente da Boate do Cordão da Bola Preta e brindando os ouvintes da Rádio Continental com músicas de Chiquinho e seu conjunto. Este escriba desligou-se da equipe por motivos particulares mas, estará sempre dando força a moçada amiga de Continental Zero Hora. ★ Todo mundo no Fluminense botando a culpa da derrota de domingo no juiz. Só que os cobras de Horta não jogaram nada.

MISCELANIA

Segue amanhã para os Estados Unidos o apresentador de TV, J. Silvestre. Retorna ao Rio até o dia 15 de setembro. ★ Em novembro, apresentação de Nélson Gonçalves no Satélite Clube Banco do Brasil. Será na última sexta-feira do mês. ★ Álvaro Brum (Alvinho), RP do Minerva agradecendo as notícias publicadas nesta coluna. Não tem nada que agradecer Alvinho, o Minerva sempre foi notícia e agora, mais ainda. ★ E a notícia quente do Minerva está aí: o Presidente José Vasques pretende até o mês de janeiro próximo iniciar as obras do Parque Aquático e da nova sede social. Pra frente, Pepe. ★ Milton Camargo que já foi diretor social do Bola Preta, agora comandando os Dez Mais do Samba, todas as sextas e sábados, durante a roda de samba da Beija-Flor na sede do Botafogo, no Mourisco, sempre a partir das 23 horas. ★ Por hoje é só. ★ Tchau e Stop.

Maria Lima só pensa em ser Rainha das Mulatas 77. (Foto de J. Britto)

NA PORTA

Ontem comentei o sensacional baile de aniversároi da Banda Portugal, que aconteceu domingo. Hoje, dou um alô ao vice-presidente Sebastião Silva (Santiago) para que deixe de ser patronal e barre na portaria os que devem ser barrados. Se a ordem é barrar na portaria, o sr. Sebastião não deve dar cobertura nem aos seus amigos particulares, para não abrir precedentes. Aposto como o presidente Kalil Hadad concordará com este colunista. Este meu alerta é porque, domingo, o dirigente em pauta, barrou uma pessoa que, tenho certeza, nunca passou por um vexame destes, no Monte Líbano, Iate, Sírio, Federal e outros.

Estréias

ESTA TERRA É MINHA TERRA (Bound for Glory), de Hal Ashby. Com David Carradine, Ronny Cox, Melinda Dillon, Gail Strickland e John Lehne. Carduso (Av. Copacabana, 1 326 — 227-3544): 13h e 30m, 16h15m, 19h, 21h45m. (16 anos).

NASCE UMA ESTRELA (A Star is Born), de Frank Pierson. Com Barbara Streisand, Kris Kristofferson, Gary Busey, Oliver Clark e Varetta Fields. Veneza (Av. Pasteur, 184 — 226-5843), Comodoro (Rua Haddock Lobo, 145 — 264-2025): 13h30m, 16h15m, 19h, 21h45m. (16 anos).

ANSIA DE VINGANÇA (The Body of My Enemy), Henri Verneuil. Com Jean-Paul Belmondo, Marie-France Pisier, Bernard Blier, Claude Brosset e Michel Beaune. Roma-Bruni (Rua Visconde de Pirajá n.º 371 — 287-2908), Bruni-Copacabana (Rua Barata Ribeiro, 502 — 255-2908), Bruni-Tijuca (Rua Conde de Bonfim, 379 — Tel.: 268-2325), Paratodos (Rua Arquias Cordeiro, 350 — 281-3628): 14h30m, 17h, 19h e 30m, 22h. Pathé (Praça Floriano 45 — 224-6720): de 2a a 6a., a partir das 12h. Sábado e domingos, a partir das 14h30m. (16 anos).

VITÓRIA AMARGA (Dark Victory), de Robert Butler. Com Elizabeth Montgomery, Anthony Hopkins, Michele Lee, Janet MacLachlan e Michael Lerner. Art-Copacabana, Av. Copacabana, 759 — Tel.: 235-4895), Art-Tijuca (Rua Conde de Bonfim, 406 — 288-6898), Art-Méier (Rua Silva Rabelo, 20 — 249-4544), Art-Madureira (Shopping Center de Madureira): 14h, 16h, 18h, 20h, 22h. Aos sábados, sessões à meia-noite, no Art-Copacabana. (14 anos).

MOISES (Moses), de Gianfranco de Bosio. Com Burt Lancaster, Anthony Quayle, Ingrid Thulin, Irene Papas, Mariangela Melato e Laurent Terzieff. Odeon (Praça Mahatma Gandhi, 8 — 221-1508), Leblon-1 (Av. Ataulfo de Paiva, 391 — Tel.: 227-7805), Roxi (Av. Copacabana, 945 — 236-6245), Tijuca (Rua Conde de Bonfim, 422 — 288-4999): 13h30m, 16h15m, 19h, 21h45m. São Luiz (Rua Machado de Assis, 74 — 225-7679): de 2a. a 6a., a partir das 16h15m. Sábados e domingos, a partir das 13h30m. Santa Alice (Rua Barão de Bom Retiro, 1 095 — 201-1299), Madureira-1 (Rua Dagmar da Fonseca, 54 — 390-2338), Rosário (Rua Leopoldina Rego, 52 — 230-1889): 15h15m, 18h, 20h45m. (10 anos).

ECOS DE UM VERAO (Echos of a Summer), de Don Taylor. Com Richard Harris, Lois Netatleton, Geraldine Fitzgerald e Jodie Foster. Opera-1 (Praia de Botafogo, 340 — 246-7705), Carioca (Rua Conde de Bonfim, 338 — 288-8178): 14h, 16h, 18h, 20h, 22h. (10 anos).

SABENDO USAR NAO VAI FALTAR (Brasileiro), de Francisco Ramalho Jr. e Adriano Stuart. Com Ewerton de Castro, Nadyr Fernandes, Helena Ramos, Renato Consorte e Yara Stein. Plaza (Rua do Passeio, 78 — 222-1709): de 2a. a sábado, às 10h30m, 12h20m, 14h10m, 16h, 17h50m, 19h40m, 21h30m. Domingo, a partir das 14h10m. Scala (Praia de Botafogo, 320 — 246-7218): 16h20m, 18h10m, 20h, 21h50m. Tijuca-Palace (Rua Conde de Bonfim, 214 — 228-4610): de 2a. a 6a., a partir das 16h20m. Sábado e domingo, a partir das 14h30m. (18 anos).

MARCO POLO (Marco Polo), de Hugo Fregolente. Com Rory Calhoun, Yoko Tani, Camillo Pilotto e Pierre Cressoy. Programa complementar: Lee Khan, o Chinês. Rex (Rua Alvaro Alvim, 33 — 226-6327): de 2a. a 6a., às 10h15m, 14h, 17h, 45m, 19h45m Sábado e domingo, a partir das 14h. (10 anos).

LEE KHAN, O CHINES (The Fate of Lee Khan), de Liang Young Chuang. Com Tien Feng, Angela Mao, Hsu Feng e Li Li Hua. Programa complementar Marco Polo. Rex, (Rua Alvaro Alvim 33 — Tel.: 222-6327): de 2a. a 6a. às 10h15m, 14h, 17h45m, 19h45m. Sábado e domingo, a partir das 14h. (16 anos).

CONTINUAÇÕES

TRAGICA OBSESSAO (Obsession), de Brian de Palma. Com Cliff Robertson, Geneviéve Bujoid, John Lighgow e Wanda Blackman. Leblon-2 (Av. Ataulfo de Paiva, 391 — 227-7805): 13h40m, 15h45m, 17h50m, 19h55m, 22m. Coral (Praia de Botafogo, 320 — 246-7218): a partir das 17h50m. (14 anos).

OS PASTORES DA NOITE / ITALIA DA BAHIA — (Franco-Brasileiro), de Marcel Camus. Com Mira Fonseca, Zeni Pereira, Maria Viana, Antonio Pitanga, Paco Sanches e Jofre Soares. Metro Boavista (Rua do Passeio, 62 — 222-6490): Condor-Copacabana (Rua Figueiredo Magalhães, 286 — 266-2610): 14h30m, 16h50m, 19h10m, 21h30m. (18 anos).

A PORTA ENTRE O ODIO E O MEDO (Les Guichets du Louvre), de Michel Mitrani. Com Christine Pascal, Cristian Rist, Alice Sapritch, Michel Auclair e Michel Robson. Jóia (Av. Copacabana, 680 — 237-4714): 14h40m, 16h30m, 18h20m, 20h10m, 22h. (16 anos).

Nos palcos

SONATA SEM DÓ PARA TRÊS EXECUTANTES. Texto de Marcillo Moraes. Dir. de José Luis Ligeiro Coelho. Com Carlos A. Lopes, Amelim Fiani, Duca Rodrigues. Teatro Experimental Cacilda Becker, Rua do Catete, 338 (265-9933). De terça a sábado, às 21h. Domingo, às 18h e 21h.

A CANTORA CARECA — Comédia de Ionesco. Direção de Olavo Saldanha. Com Tibério Velasquez, Expedito Barreira, Antônio Godilho, Axel Rippel e Sérgio Miranda. Sala Corpo/Som B do Museu de Arte Moderna, Av. Beira-Mar. (231-1871). De quarta a domingo às 21h30m.

GERAÇÃO SEM AMANHÃ — Drama de John Osborne. Dir. de Aurimar Rocha. Com Fábio Rocha, Elisa Fernandes, Vera Brito, Eduardo e Aurimar Rocha. Teatro de Bolso do Leblon, Av. Ataulfo de Paiva, 269 (287-0871). De terça a sexta, às 21h30m, sábado, às 21h, domingo às 20h. Ingressos terça a Cr$ 30,00 e Cr$ 15,00, estudantes, de quarta a domingo a Cr$ 70,00 e Cr$ 35,00, estudantes. (18 anos).

SODOMA E GOMORRA — O ULTIMO A SAIR APAGA A LUZ — Comédia de João Bethencourt. Dir. do autor. Com Milton Moraes, Jorge Dória, Sueli Franco. Teatro Mesbla, Rua do Passeio, 42/56 (242-4880). Às 20h e 22h45m.

QUE MAE QUE EU ARRANJEI — Vaudeville de Alvaro Perez Filho e Júlio Moreno. Dir. de Nobel Medeiros. Com Mauro Rosas, Dinorah Marzullo, Angelo de Marcus. Teatro Ginástico, Av. Graça Aranha, 187 (221-4484). Às 18h30m, 20h30m, 22h30m.

FIM DE PAPO — Comédia de Sérgio Cecco e Armando Chulak. Direção de Eloy Araújo. Com Arlete Sales, Mário Mendonça, Edson França. Teatro Serrador, Rua Sen. Dantas, 13 (232-8531). Às 20h e 22h30m.

SEIS PERSONAGENS À PROCURA DE UM AUTOR — Texto de Luigi Pirandello. Dir. de Paulo José. Com Dina Sfat, Luis Linhares, Rogério Fróes. Teatro Copacabana, Av. Copacabana, 327 (257-1818 R. Teatro). Às 20h e 22h30m.

NAO ME MALTRATE, ROBINSON — Texto de Paulo Afonso Grisolli. Dir. do autor. Com Luis Armando Queirós e Eduardo Tornaghi. Teatro Sesc da Tijuca, Rua Barão de Mesquita, 539 (258-5142).

A LIBERDADE E O INDIVÍDUO

Comentários a respeito do problema da igualdade

ROBERT SPAEMANN

A relação entre justiça e igualdade era conhecida em todos os tempos, e, hoje em dia, nem precisaria ser relembrada. Dever-se-ia, antes, tomar consciência do fato de que justiça e igualdade não são a mesma coisa. A igualdade é uma relação entre indivíduos ou grupos, enquanto que a justiça é uma qualidade de pessoas, atos ou condições. Chamamos de justas condições nas quais injustiças existentes ficam escusadas por boas razões. Aprovar as razões quer dizer achá-las aceitáveis. E quando serão aceitáveis? Se tiverem o consentimento de todos. Não pode haver outro critério.

MAS, é muito raro todos concordarem com pauta determinada de cargas e indenizações. A questão é de saber se o consentimento pode ser exigido. E qual o critério para tal exigência? Parece estarmos girando num círculo vicioso. E, por fim, aparece como única solução um modelo de dominação ou conflito no sentido de Trasímaco ou Dahrendorf, de acordo com o qual são os dominadores que determinam o que é justo, e os dominados que o contestam. Mas, qual era a idéia de Dahrendorf ao falar em "direito civil à instrução"? Não queria ele dizer que os governantes deveriam ampliar as oportunidades de acesso à instrução? As conversas sobre a justiça ficam supérfluas desde que o consentimento de todos for alcançado: volenti non fit iniuria. Marx achava que a justiça fica obsoleta numa sociedade de abastança. É inútil, também, falar de justiça em caso de renúncia a um consentimento geral, já que o mesmo não seria realizável. Pois, a justiça está relacionada com o consentimento possível. Como outras palavras: a justiça é, antes de exigibilidade. E quem serão, como já temos perguntado, os juízes? Com certeza só aqueles que estiverem em condições de exigirem, nem que seja por meio de legislação ou de veredito. Com outras palavras: a justiça é, ants de mais nada, uma virtude e, em particular, uma virtude daqueles que estão tomando decisões referentes aos problemas de distribuição. Eles são justos caso, ao tomar uma decisão, procurarem antecipar o consentimento de todos. Há certos critérios para julgar suas decisões no que diz respeito à sua justiça. Esses critérios, porém, são, por seu lado, sujeitos a controvérsias, como também a própria justiça dos governantes.

É, portanto, razoável submetê-los, de vez em quando, à prova do consentimento real da maioria dos interessados, sem que tal consentimento seja, porém, um critério certo de que as decisões dos governantes estejam, de fato, aceitáveis para todo o mundo. As decisões majoritárias não são senão uma forma de exercício do poder. A anuência universal, pelo contrário, não pode ser critério de justiça, já que uma decisão justa será aprovada só por aqueles que são justos eles mesmos, quer dizer consideram o fato de uma decisão ser aceitável para todos como razão de seu próprio assentimento. Seja lá como for, seria insensato falar em justiça sem admitir a existência de sujeitos justos, ou seja capazes e desejosos de antecipar um consentimento universal como possível. A justiça é, em primeiro lugar e antes de mais nada, uma virtude.

DISTRIBUIÇÃO

A virtude da justiça está relacionada com a antecipação de uma pauta de distribuição de cargas e indenizações capaz de conseguir o consentimento. Quando é que uma pauta está susceptível de consentimento? Aí entra em jogo o conceito de igualdade. Que significa a exigência de igualdade? Não sendo possível que os homens sejam, de fato, feitos iguais em todos os sentidos, só pode significar que as desigualdades na distribuição de cargas e indenizações precisam de justificação. É este, aliás, o sentido da setrença de igualdade na constituição: trata-se, em primeiro lugar, de impedir arbitrariedade. Surge, então, a questão de saber: quais são as razões para a justificação de desigualdade?

É característica para a filosofia política clássica a preponderância da igualdade proporcional diante da aritmética. Para Platão está claro, antes de mais nada, que só pode haver justiça absoluta onde, na atribuição de atividade e oportunidade de poder, se levam em conta o valor diferencial, as virtudes das pessoas. (Não no que diz respeito à distribuição da renda, sendo esta, por assim dizer, natural, sujeita a um justo regulamento apenas na medida em que as diferenças de fortuna não devem ultrapassar um certo nível.)

Para Aristóteles também, a propriedade não é assunto de distribuição justa ou injusta, mas, sim, uma condição prévia da mesma, um critério possível, senão o melhor para a distribuição proporcional de proveitos condicionais. A igualdade aritmética, pelo contrário, tem sentido para Platão apenas como corretivo da proporcional. Sendo que, de qualquer ponto de vista, qualquer proporcionalidade resulta em desproporcionalidade para com outrem, e sendo que o homem não possui capacidade de compreensão absoluta do valor de outrem, é preciso aplicar um mínimo de igualdade aritmética para compensar as injustiças possíveis na prática do princípio de proporcionalidade. A igualdade aritmética tem, pois, na filosofia política clássica, uma função compensatória, de ordem secundária.

Isto muda no direito natural estóico que, fazendo abstração das "virtudes" em plural, apóia-se, pela primeira vez, na natureza humana em geral como base do direito. Por razões diferentes, o Novo Testamento recusa a idéia da proporcionalidade no que diz respeito à salvação do homem. A "ponte" da parábola dos trabalhadores no vinhedo é que o dom de Deus está tão desproporcional em relação aos fazimentos humanos que o princípio do trabalho bem feito torna-se irrelevante em comparação com ele. A proporcionalidade deve, aliás, imperar na relação entre capacidade e realização, tanto faz que ambas sejam grandes ou pequenas. É este o sentido da parábola dos talentos. Proporcionalidade deve reger também a relação entre carisma e função clerical. Ora, o valor absoluto do homem não é nem função de seu equipamento básico nem de seu rendimento objetivado, mas, sim, da proporcionalidade interna na relação entre ambos. E só a Deus convém julgá-la. Já que, o que conta, é a proporção interna e não a capacidade ou a realização absoluta, todos os homens são potencialmente iguais.

O valor da esmola da viúva não será medido de acordo com seu tamanho objetivo, mas, sim, em relação à fortuna da viúva. Kant expressou a mesma ideia, mais tarde, de outra maneira, dizendo que ninguém pode fazer mais do que é seu dever, e que seu dever cada um pode cumpri-lo. A filosofia jurídica moderna, a partir de Thomas Hobbes, elevou a igualdade aritmética ao princípio fundamental, referindo-se, entre outros, ao cristianismo. Sejam lá quais forem as vantagens de um em relação ao outro, de acordo com a argumentação de Hobbes, cada um pode, em princípio, matar qualquer outro. Sendo, porém, que o objetivo do Estado é a proteção do homem contra o homem, e não seu aperfeiçoamento, todos, com exceção do soberano, são iguais na sua condição política. Que tal igualdade formal seja compatível com toda e qualquer desigualdade material, servindo mesmo a fortalecê-la pela sua despolitização e neutralização jurídica: é esta a crítica mais comum que se faz do Estado-Direito. Encontramo-a desde Rousseau, e Marx a retoma condenando o princípio cristão moderno da igualdade aritmética como igualdade jurídica. Marx recusa a ideia clerical e democrática de que o homem como tal, quer dizer qualquer um seja o ente superior. A dimensão de justificação possível dentro da qual todos seriam iguais, aparece-lhe como esfera ideológica irreal. Só os interesses reais representam, de fato, uma realidade. Ou tornam-se realmente idênticos, fazendo do homem um ser genérico, ou a mediação fica imaginária. O dualismo da igualdade proporcional e aritmética, o dualismo de uma esfera de interesses individuais e outra de justiça, o dualismo entre homem e cidadão deve ser definitivamente abolido. O papel de Deus é transferido, na doutrina de Marx, para a sociedade: a desigualdade natural dos indivíduos não é imutavelmente originária, mas, sim, condicionada pelo meio social.

POSSIBILIDADE

A discussão desta perspectiva marxista deveria, a meu ver, partir do status antropológico do conceito da possibilidade. A crítica de Marx desemboca na constatação de que uma possibilidade não existe como possibilidade, caso não for o processo da realização efetiva. Igualdade de direitos é apenas possível, pois, não é real: é, portanto, fictícia. A ideia tornou-se, hoje em dia, lugar comum, na medida em que, além da igualdade de direitos formal, se exige igualdade de oportunidades.

Entende-se por isso que não só as possibilidades jurídicas como também as "efetivas" devem ser equiparadas. Por possibilidades efetivas entendiam-se, em primeiro lugar, as materiais, ou seja, as condições financeiras de estréia. Deste modo, porém, o problema inerente ao conceito de possibilidade fica apenas transferido, sem ser resolvido. Põe-se a questão de saber qual o rumo e o teor das chances a serem equiparadas. Geralmente, se dá a resposta: a participação ao produto social. Portanto, dinheiro. Outra vez, pois, possibilidade.

Aí está o absurdo daquelas reformas de educação que, em vez de limitar a igualdade à equiparação das oportunidades de acesso, preconizam o princípio de uma reforma dos conteúdos do ensino. No processo de educação, trata-se de formação da realidade humana, decisiva para as possibilidades que, mais tarde, apresentar-se-ão ao indivíduo. Participação ao produto social é possibilidade, e nada mais. Pois, fica aberta a questão de saber se uma pessoa saberá aplicar tal participação àquilo que se costuma chamar de existência bem sucedida; e, neste particular, o processo de educação é de fato o que mais importa. Colocar este processo primeiramente a serviço da realização de interesses ao invés de compreendê-lo como criação de interesses, seria ignorar o sentido daquilo que se faz.

Possibilidade no sentido aristotélico está sempre em correlação com "capacidade". Existe, entretanto, um outro conceito de possibilidade, o megárico, de acordo com o qual o possível é aquilo para que todas as condições estão presentes. Isto, porém, seria o que já é real. Confundem-se, portanto, possibilidade e realidade. Trata-se sempre desse conceito de possibilidade megárico, desde que o conceito da chance, sem se limitar às condições materiais, fica "psicologizado", estendido às qualidades do próprio sujeito. Isto acontece mormente com auxílio do conceito de motivação.

De repente, não basta mais alguém ter iguais possibilidades jurídicas e materiais de aprender alguma coisa. Quem não aproveitar tais possibilidades, revela-se como não motivado. Sendo, porém, que estava com os outros de motivá-lo e que estes outros não o fizeram ou fizeram errado, o fato de ele não aproveitar a chance significa apenas que ele não tinha chance alguma.

"Não estou motivado", é um modo de falar que se ouve, hoje em dia, tratando-se de estudantes adultos que se consideram como objeto, não como sujeito. O que eles querem dizer é o seguinte: "Não tenho vontade. Não me interessa. Não me agrada." Mas, a forma passiva daquele "não estou motivado" implica defesa contra a resposta lógica: "Então, deixe de fazê-lo e faça outra coisa." Trata-se de transferir a responsabilidade pelo não aproveitamento da chance sobre outrem, como se fosse injustiça. Deparamos novamente com a transformação de um esquema teológico: não só que Deus oferece ao homem sua graça receber; a graça divina é, por sua vez, um efeito da graça. Isto está de acordo com a tradição da doutrina agostiniana da graça divina. Outra vez, a sociedade toma o lugar de Deus. Com isto, porém, muda a função deste tópico. Na tradição teológica, ele tinha o sentido de induzir o homem, no estado de sua máxima liberdade e independência, à gratidão diante de uma sorte bondosa imerecida. Agora, o sentido do "ser motivado" implica a pretensão ao apoio de outrem e, portanto, impede alcançar o próprio objetivo dessa pretensão: saber querer.

PROCURA DA IDENTIDADE

O problema teórico implicado não poderia ser aprofundado aqui. Escusado dizer que não podemos ignorar os resultados das pesquisas de socialização, à condição que não sejam ideologicamente preformadas. Sabemos que a individuação, a procura de individualidade pessoal é resultado de um processo que não deixa de ser influenciado pelas atividades de outras pessoas.

O que é novo nesta cognição, aliás, é apenas o vocabulário; pois, afinal de contas, sempre se soube que o caráter do homem fica formado pela educação.

Ora, o importante é observar que a ampliação sociopsicológica do conceito de igualdade das chances leva à sua auto-anulação. Pois teriam tido oportunidades iguais só aqueles que delas souberam tirar proveito igual. O conceito da igualdade das chances, outrora dirigido criticamente contra o da igualdade de direitos formal, expõe-se, porém, à mesma crítica do conceito de possibilidade como determinação antropológica positiva. Quem desejar igualdade, só poderá agora querer a fundição de toda e qualquer subjetividade num processo homogêneo de dominação coletiva da natureza. Com o desaparecimento da subjetividade, porém, o sentido da própria exigência de igualdade torna-se problemático. Para que, então, serve a igualdade?

A exigência de igualdade esteve sempre baseada na idéia da justiça, e esta no pressuposto de que os homens sempre foram iguais de um certo ponto de vista — não somos justos em relação aos animais — sendo que esta igualdade assim como a desigualdade deveria ser levada em conta. Negando esta tese como metafísica e substituindo-lhe o postulado sociológico de uma igualdade a ser ainda criada, torna-se arbitrário o próprio postulado. E, além disso, vira paradoxal. Serve sobretudo a instituir novas desigualdades, aquelas em particular que resultam do valor funcional diferencial dos indivíduos no que diz respeito à criação daquele estado futuro de igualdade. Já que o homem está ainda por receber a sua dignidade, nenhuma referência à dignidade humana seria capaz, na situação atual, de limitar as aspirações do funcionalismo totalitário. Igualdade concebida não como limitação da desigualdade, mas, sim, como seu contra-projeto total, só pode virar desigualdade ilimitada, tornando-se indistinguível daquela.

(Condensado da revista Humboldt)

COLUNÃO

Por hoje, Helô Amado, Terezinha Noronha e Patrícia Bahdur. (Foto Ribas)

AVISO (aos veranistas)

Quem tem terreno em Araruama e está em débito com a Prefeitura, poderá ter uma surpresa desagradável se não efetuar o pagamento dos impostos em atraso até o dia 30 de setembro próximo. Os débitos serão cobrados judicialmente e os contribuintes estarão sujeitos até à perda do imóvel. O prazo foi estipulado pela Assessoria Jurídica da Prefeitura daquele Município, que está encarregada da execução e tomada dos terrenos. O prefeito Altevir Barreto, após o levantamento da dívida, constatou que a grande maioria não comparece habitualmente para pagar os impostos, principalmente àqueles que moram no Rio e Niterói e que tem Araruama como cidade de veraneio.

SUCESSOS (no João Caetano)

Uma iniciativa modesta, despretenciosa mas que acabou se tornando vitoriosa foi o "Seis e Meia" do Teatro João Caetano. E a procura do público foi tão grande que a direção resolveu iniciar uma programação constante, incluindo Sílvio Caldas, Aracy de Almeida, Romeu e Julieta, a grande obra de Hector Berlioz, além da peça "O Pagador de Promessa" que tem Glória Menezes e Tarcísio Meira encabeçando um grande elenco.

VONTADE (de vencer)

Mais de quarenta artistas e repórteres contratados pela Rede Globo de Televisão estão aprimorando seus conhecimentos de inglês em uma das muitas escolas que se dedicam a este ensinamento no Rio. Convênio neste sentido foi assinado pela emissora de televisão visando ao aperfeiçoamento profissional dos seus contratados. O convênio, embora abra esta possibilidade de aprendizado das áreas de novelas e shows, se destina principalmente ao pessoal do Departamento de Jornalismo que, aprimorando o inglês de seus repórteres, locutores e redatores, possibilitará um considerável aproveitamento na realização e apresentação de programas que exijam o uso daquela língua, em benefício do trabalho executado e, principalmente, do público telespectador. No momento já estão matriculados, entre outros, Fábio Sabag, Marcus Paulo, Marisa Raja Gabaglia, Eliane Furtado, Reno Mancuso e Roberto Campbel, muitos inclusive fazendo cursos intensivos com aulas diárias e se aperfeiçoando através do método audiovisual e esquemas especiais de conversação.

ANIVERSÁRIO (comemorado)

Moacyr Deriquém ontem desde cedo foi saudado pela sua grande legião de amigos. A simpatia e o entusiasmo com que se dedica às suas inúmeras atividades, contagia a todos. E por isto mesmo, na ocasião de seu aniversário, ele se viu, desde a manhã até de noite, cercado de tantos e tantos amigos que grangeou em todas as áreas e círculos que pontifica. E daqui do Colunão vai mais um abraço, esta sim, uma citação que fazemos com o maior prazer e simpatia.

MÚSICA (sem fronteiras)

Mais uma vez ficará constatado que a música é eterna, é universal. O modismo, a música comercial é passageira, mas aquela canção que é feita pela arte, através da arte, essa não, essa se torna imortal e toda a vez que é executada, além de nos trazer saudosas lembranças, também nos convida a "curtir" momentos de rara beleza. Assim é composto o repertório de dois "monstros sagrados" da canção popular: o brasileiríssimo Sílvio Caldas, o "Caboclinho Querido" e o internacional Pedro Vargas, o "Tenor Continental". E agora mesmo o carioca poderá vê-los, juntos, em pequena temporada no Canecão. Uma boa notícia.

CONQUISTAS (humanas)

Falando à comunidade das organizações não-governamentais credenciadas junto à ONU, o embaixador brasileiro João Frank da Costa, recém-nomeado secretário-geral da Conferência das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, prevista para 1979, disse que a mesma será uma das mais importantes reuniões globais da Organização Mundial, pois se ocupará de diversas conquistas com as quais hoje se defronta a humanidade. Para Frank de Sá, isto se deve ao fato de que o desenvolvimento econômico não assegura o bem-estar do homem, posto serem igualmente importantes não apenas o crescimento material, mas também o progresso espiritual e cultural de uma nação.

DESEMBARGADOR (voltando)

A se confirmar a decisão do Governador Faria Lima de convocar para o Tribunal de Justiça o Desembargador Alfredo Mourão Russel, o ato será dos mais justos e felizes. O Desembargador é considerado além de bom Juiz, uma figura humana extraordinária, estimado por todos seus colegas, dotado de uma correção pessoal indiscutível e é ainda dos mais antigos no Tribunal. Quando presidiu o Tribunal Regional Eleitoral deixou a marca de sua personalidade e correção. A notícia de seu retorno obteve a melhor repercussão.

HELOISA (no Museu)

O nosso colega Luís Augusto não tem razão em suas críticas à sra. Heloisa Aleixo Lustosa, diretora do Museu de Arte Moderna. Infelizmente o MAM vem atravessando uma fase difícil mais por falta de amparo público, entre autoridades governamentais e a própria empresa privada que poderia e deveria colaborar com a instituição.

CAFÉ (repercutindo)

O último número do semanário francês L'Express dedica longa matéria sobre o problema do café, dando ênfase à posição do Brasil. Na França a campanha pela redução do consumo não deu certo e os sucedâneos não tiveram a menor acolhida. E uma pena que a atual administração do IBC não esteja sabendo tirar proveito para nossas exportações do produto.

RÁPIDAS

Nesta sexta-feira, Geraldo Langoni preside as solenidades de inauguração das novas instalações da Escola de Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas, ocasião em que será diplomado o primeiro Doutor em Economia, Roberto Castelo Branco. ◆ Joaquim Ribeiro de Castro convidando para os festejos comemorativos do centenário da primeira safra da Companhia Engenho Central de Quissaman, em Macaé. Será no dia 12 de setembro, com movimentada programação. ◆ Raphael de Almeida Magalhães inteiramente voltado para a implantação do Projeto Brasil, uma iniciativa já vitoriosa do senador Teotônio Vilela, um ex-Don Quixote da política brasileira. ◆ Canaima é o maior parque nacional da Venezuela com mais de um milhão de hectares. Seu acesso pode ser feito por via aérea, em "curiarca" índia ou a pé pelas savanas. A visita a Canaima, tem sido um dos roteiros preferidos dos turistas norte-americanos. ◆ A peça "Festa de Sábado", de Bráulio Pedroso, com músicas de Egberto Gismonti estréia dia 5 no Teatro Nacional de Comédia. No elenco, Camila Amado e Antônio Pedro. ◆ O embaixador Pascoal Carlos Magno e o escritor Antônio Carlos Villaça fazem a apresentação da mostra de Wilson Georges Nassif que será inaugurada hoje na Galeria de Artes Secretaria Municipal de Turismo. ◆ Um dia de trabalho de presidente Carter será apresentado pela filmoteca do Usacenter. ◆ Para realizar uma excursão por países da América Latina, a cantora Franca Fantinatti despede-se do seu público neste sábado com a Noite Brasil-Itália. ◆ Enquanto isto o Trio Irakitã participa da "Festa dos Pais Botafoguenses" na sede do clube no Mourisco. ◆ Yedda Segadas Vianna expõe plantas ornamentais no stand Yedda e Tina Jardinistas, de 15 a 17 de setembro no Hotel Nacional.

As informações divulgadas pela imprensa italiana, sobre a saída de Niki Lauda, continuam. Ontem, afirmavam alguns Patrick Tambay teria se entrevistado com o sr. Enzo Ferrari e seria o novo contratado da Ferrari para piloto número dois. As mesmas fontes afirmam que o argentino Carlos Reutemann não ficará na famosa marca italiana. Sobre Emerson Fittipaldi, para não ferir os Fittipaldi, vamos transcrever o telegrama: "Aqui se diz que o piloto número um da Ferrari, em 1978, deverá ser o brasileiro Emerson Fittipaldi, que deixaria a Copersucar sob forte "pressão" financeira da Fiat, que controla a Ferrari e cujos interesses são vultosíssimos na América do Sul.
Ontem, na pista de Monza, quando acertava o carro para a prova do dia 11, no mais famoso circuito da Fórmula 1, Niki Lauda saiu da pista, chocando-se contra o "guard-rail", sem qualquer conseqüência maior que o susto. Uma poça d'água, próximo à curva, foi a causa do acidente.

AS ORELHAS ARDEM

SUPER XX

Naquele tempo de dignidade, honradez e saber, sentaram-se os dignatários do desporto nacional, melhor dizendo, do futebol, sempre com aquele ar de quem estão fazendo um grande sacrifício pela Pátria. O presidente da sessão, sr. Heleno, abriu-a. O quê? A sessão, uai! Imediatamente falou:

Estamos aqui para dignificar o desporto nacional, o balípodo em particular. Vamos escolher as associações que participarão do maior campeonato de balípode, quero dizer, futebol, do mundo.

SECRETÁRIO: Muito bem!

HELENO: Precisamos escalar dentro do Campeonato o maior número de clubes em favor do futebol pátrio.

PLATÉIA: (Palmas).

HELENO: E isso não tem nada a ver com a política.

SECRETÁRIO: Claro.

PLATÉIA: (Palmas). Muito bem!

SENHOR BAIXINHO: Peço a palavra.

PRESIDENTE: Tem a palavra o Prefeito de Guaxupé, isto é, desculpe, o presidente da Federação de Futebol de Guaxupé.

SENHOR BAIXINHO: Eu queria que a CBD botasse o Guaxupé Atlético Clube no Campeonato.

PRESIDENTE: Quantos votos o nosso Partido teve em Guaxupé?

SENHOR BAIXINHO: Tivemos mil na última eleição. Mas se o Guaxupé Atlético Clube entrar, poderemos ter cinco mil.

PRESIDENTE: Aprovado. Secretário, bote aí na lista o Guaxupé Atlético Clube (outro tom). Quero dizer aos senhores que a entidade não trata de política. Todos são iguais. Isso é em favor do esporte.

SENHOR GORDO: Peço a palavra, presidente.

PRESIDENTE: Tem a palavra o presidente do Juruti Futebol Clube.

SENHOR GORDO: Presidente, queria dizer ao senhor que em Juruti estamos construindo um estádio para 30 mil pessoas.

PRESIDENTE: Quantos habitantes tem Juruti?

SENHOR GORDO: Tem mil habitantes e todos votam no nosso Partido, presidente. Na última eleição foi uma lavagem.

PRESIDENTE: Muito bem. Secretário, bote aí na lista o Juruti Futebol Clube.

SENHOR ALTO: A palavra, presidente.

PRESIDENTE: Tem a palavra o nobre representante do Micoçaqui de Futebol e Regatas. Espere aí, esse clube não é da cidade de Micoca?

SENHOR GORDO: Sim, senhor:

PRESIDENTE: Não foi lá em Micoca que o partido da oposição elegeu o prefeito e todos os vereadores?

SENHOR GORDO: Exato, presidente.

PRESIDENTE: Aqui não se trata de política, meu amigo. Mas por favor, nem me diga nada. Seu requerimento está com o voto contra. . .

SENHOR GORDO: Não, presidente. Mas vim dizer ao senhor que o povo está mal satisfeito com o prefeito e todos vão votar no nosso Partido.

PRESIDENTE: Secretário, bote o Micoçaqui de Futebol e Regatas na lista do Campeonato Brasileiro. E aqui não tratamos de política.

FILOSOFIA

Por essas coisas é que seu Humberto Surdinho, o filósofo da rua dos Inválidos me disse ontem: "Seu Super, como diz o João Saldanha: "Quem não tem padrinho, morre pagão".

O resto é: quá, quá, quáaaa. . . O futebol do Brasil foi feito por eles!

PROIBIÇÃO AOS JUÍZES

O Zózimo, em sua coluna diária, informou ontem: O Conselho da Magistratura em ofício reservado aos Juízes, proibiu-os de integragem os tribunais esportivos. Essa decisão, podem ter certeza, não nos surpreende. A demora, talvez, sim!

A partir do caso da tentativa de suborno, praticado pelo Olaria, esperávamos que a medida viesse a ocorrer. O caso é por demais sujo. Muita gente se envolveu: uns por omissão; outros por ação (leia pressão).

Por essas omissões e ações, a Justiça Desportiva foi desrespeitada e diminuída como nunca. E, a partir daí, outros pronunciamentos e desrespeitos ocorreram, com a autoridade esportiva omissa — quando não foi conivente. Os tribunais do futebol, por culpa dos dirigentes, deixaram de merecer o prestígio e de contar com figuras expressivas, com as quais contava.

Botafogo perde e entra em crise

O Botafogo foi derrotado pelo Bonsucesso, por 1x0, e, imediatamente, entrou em crise. Está prevista, para esta manhã, uma reunião entre o presidente, o vice do futebol e o treinador. O comando técnico pode passar para Joel, treinador dos juvenis. O Fluminense venceu, por 2x1, o Olaria, numa partida que jogou sem muito brilho. O primeiro gol tricolor foi de pênalti. O clube suburbano empatou e Rivelino marcou o gol da vitória. O América não teve maiores problemas para derrotar, em São Januário, o Campo Grande. Na Cidade do Aço, Portuguesa e Volta Redonda ficaram no zero a zero. O TJD aprecia logo mais, sob novo ângulo, o processo Bangu x Vasco: não está longe uma crise (outra) no futebol carioca. O Corintians continua dando seus passos com o objetivo de vencer o Campeonato Paulista: ontem venceu o segundo turno. Dessa forma, habilita-se ao turno final, com Palmeiras (que perdeu para ele ontem) e Botafogo de Ribeirão Preto, vencedor do primeiro turno.

Corintians ganha segundo turno

O Corintians ganhou ontem o segundo turno do Campeonato Paulista de Futebol ao derrotar o Palmeiras por 1x0. A partida foi realizada no Morumbi e teve a presenciá-la um público que proporcionou uma arrecadação de Cr$ 3.686.990,00. Geraldo aproveitando-se de uma bola soltada por Leão, depois de uma situação confusa, proporcionada por uma falta cobrada sobre a área palmeirense, marcou o gol único do encontro.

SANTOS COBRA — PRESTAÇÃO AO FLA

Depois que Cláudio Adão marcou os dois gols da vitória rubronegra no Fla-Flu, o Santos mandou um emissário ao Rio para cobrar do Flamengo mais uma prestação da transferência do atacante e o presidente Márcio Braga, de imediato, conseguiu o dinheiro — Cr$ 500 mil — e fez o pagamento. Antes, porém, de quitar a parcela, estranhou declarações atribuídas ao presidente santista Modesto Roma, que, em São Paulo, teria dito que "foi um bom negócio empurrar Cláudio Adão".

Também ontem Toninho renovou contrato por mais dois anos com o Flamengo e vai receber Cr$ 300 mil de luvas e Cr$ 35 mensais de salários no primeiro ano e Cr$ 45 mil no segundo.

Resolvidos esses problemas administrativos, o Flamengo procura agora apresentar seu time completo no jogo de domingo à tarde (15 horas e 15 minutos), contra o Campo Grande, no Estádio Proletário de Guilherme da Silveira.

Cláudio Coutinho ainda tem muitos problemas: Rondenelli sente a virilha da perna esquerda e está fora de cogitações. Outro que não deverá jogar é Paulo César Carpeggiani, que ainda se queixa de um estiramento na coxa direita.

Dessa forma, e como depende ainda do Dr. Célio Cotecchia para definir a escalação de outros jogadores ,o técnico sabe que o coletivo de hoje à tarde na Gávea dificilmente será produtivo. Mesmo assim ele confirmou-o. De manhã, tem apenas treino físico.

Ontem, durante o treino tático, Coutinho ensaiou algumas jogadas. Na conversa com os jogadores, ele pediu muita humildade diante do Campo Grande.

O detalhe do treino; tanto Coutinho como seu auxiliar Jaime Valente ficaram nas arquibancadas e fotografaram o movimento dos jogadores em campo com uma máquina Super-8. Com isto, eles esperam mostrar o posicionamento correto de todos.

No coletivo de ontem, Coutinho espera confirmar Nélson (que veio do Guarani de Campinas por indicação de Amaral) na vaga de Rondinelli.

Nelson viajou ontem à tarde, às pressas, a Campinas, onde espera resolver alguns problemas particulares. Mas prometeu que estaria de volta ao Rio ainda a tempo de treinar logo mais.

— Confio no futebol desse rapaz (Nelson) — comentou ontem Cláudio Coutinho. Ele não enfeita, joga sério, é sóbrio e se adaptou bem ao esquema. É evidente que lamento o veto a Rondinelli. Mas acho que não teremos problemas no miolo da zaga.

Quanto a Dequinha Merica e Cláudio Adão, acha Coutinho que eles serão liberados pelo médico e poderão jogar domingo. Cláudio Adão melhorou muito da contusão no tornozelo esquerdo e deve jogar, o mesmo acontecendo com Merica, que, em último, poderia ser substituído por Jorge Luís.

O presidente Márcio Braga faz uma homenagem ao torcedor Ronaldo Souza Melo, depois do coletivo de hoje à tarde. Na presença de todos os jogadores Márcio vai destacar a atuação de Ronaldo que, domingo, durante o Fla-Flu, conseguiu — soltando uma pipa nas cores rubro-negras — segurar um grupo de balões a gás que torcedores do Fluminense haviam soltado.

VASCO LUTARÁ — PELOS DOIS PONTOS

O presidente Agathyrno Gomes confirmou ontem, no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, quando recepcionou a delegação do Vasco, que seu clube pedirá hoje no TJD da FCF os pontos do jogo com o Bangu e a interdição do Estádio Proletário, por entender que os acontecimentos do dia 14 de agosto se deveram à omissão dos dirigentes do Bangu.

O presidente fez questão de abraçar todos os jogadores e ao técnico Orlando Fantoni, garantindo que o Vasco ganharia na reunião do Tribunal da Federação. O dirigente pediu a todos o máximo empenho no clássico de domingo, contra o América, para provar que o Vasco é o melhor e será o campeão carioca de 77, sem dar chance de um turno triangular. Se continuarmos com a boa campanha ganhando dos pequenos e se vencermos o América e o Fluminense já estrearemos de faixa na final com o Volta Redonda, em São Januário", disse convicto o sr. Agathyrno Gomes.

A delegação chegou ontem às 7,30 horas, com a maioria dos jogadores queixando-se de cansaço e das arbitragens nos jogos contra o Atlético de Madri e contra o Sporting de Lisboa. O técnico Fantoni reclamava das contusões sofridas por Orlando, Mazaropi, Abel, Roberto e Ramon e espera que todos se recuperem até domingo, para que possa escalar a força máxima contra o América.

Na chegada, o capitão do time, Zé Mário, pediu ao supervisor Murilo de Carvalho, em nome dos jogadores, para transferir a apresentação que estava marcada para hoje às 9 horas. O supervisor, após ouvir o técnico, concordou, marcando o treino para às 16 horas de hoje, em São Januário. O médico Nicolau Simões disse que não deixará os jogadores titulares treinarem hoje. Todos farão apenas duchas e massagens. Amanhã, sim, é que haverá um coletivo-tático como apronto para o jogo de domingo contra o América. Os que não estão jogando treinarão hoje, dentre eles Zanata, que está voltando à sua forma.

Orlando Fantoni declarou que a excursão teve seu aspecto positivo, porque Mazaropi, Abel, Helinho, Wilsinho, Ramon e Paulo Roberto ganharam tarimba internacional e todos se apresentaram muito bem. Para o preparador-físico Djalma Cavalcanti, o aspecto negativo foi o grande desgaste físico do time, jogando, sem estar acostumado, duas partidas com um intervalo inferior a 24 horas e com as viagens longas de ônibus e avião sendo que alguns jogadores enjoaram na viagem de avião Lisboa-Rio.

O chefe da delegação, sr. Guilherme Batista, ficou na Espanha para receber Cr$ 470 mil da venda do passe do atacante William para o Granada. Em carta enviada ao presidente do Vasco, disse o chefe da delegação que não há interesse confirmado, até agora, para a compra de Marco Antônio por um clube espanhol. Confirmou ter recebido novos convites para retornar à Europa no próximo ano, a fim de participar novamente do Torneio Ramon de Carranza e do Torneio Villa de Madri.

Fluminense, apesar dos pesares, venceu

O Fluminense não cumpriu uma atuação convincente, mas ainda assim conseguiu vencer ao Olaria — 2 x 1 — ontem à noite, na jornada dupla realizada no Maracanã. Foi uma partida pobre tecnicamente em que os tricolores voltaram a incorrer numa série de erros táticos, difultando, dessa forma, um triunfo que se apresentava fácil.

Coube a Rivelino, numa jogada de grande categoria, assinalar o gol que sacudiu a torcida do Fluminense que já começava a se enervar com a equipe. Do desespero à esperança foi apenas uma questão de tempo. Porque depois de muito pessionar, os tricolores cabaram por chegar ao escore final — 2 x 1 — fixado aos 14 minutos da etapa final. Marinho fez 1 x 0, aos 10 minutos, cobrando uma penalidade máxima, e Lulinha empatou aos 17 minutos, ainda no tempo inicial.

A verdade é que o jogo estava fácil para o Fluminense. Era quem mais tempo detinha a bola. As oportunidades desperdiçadas poderiam lhe dar ampla vantagem no marcador. Mas jogando erradamente, sem explorar os laterais e os extremas com mais intensidade, acabou permitindo ao Olaria a possibilidade de fazer perigar a meta de Renato.

Somente no segundo tempo é que o Fluminense melhorou um pouco seu modo de jogar. Porém, insistia em alguns erros. O Olaria, temeroso da maior categoria do adversário, aceitava o que lhe era imposto. Isso, é claro, deu aos tricolores amplas condições de realizar boas jogadas de ataque. Entretanto, de vez em quando, o Olaria arriscava procurando o gol de empate. Tentava explorar as falhas da defesa tricolor, principalmente depois que o jogo foi interrompido por 11 minutos por falta de luz. Mas deu em nada. Venceu o Fluminense com justiça.

As duas equipes: FLUMINENSE — Renato; Rubens, Miguel, Edinho e Marinho (Carlinhos) Pintinho, Rivelino e Luis Carlos; Geraldão, Doval e Zezé. OLARIA — Hilton; Paulo Cesar, Manguito, Mauro e Jorge; Celso, Lulinha e Cavalcante; Roberto Lopes, Aurê e Ari. Juiz: José Aldo Pereira e a renda somou Cr$ 148.615,50 (8.786 pagantes).

Botafogo decepciona: Bonsucesso 1x0

O Botafogo viu suas esperanças de participar da decisão do campeonato se escassearem ainda mais, ontem à noite no Maracanã, quando foi derrotado pelo Bonsucesso, por 1x0, gol de Fica. O time comandado por Zezé Moreira voltou a mostrar as mesmas deficiências das últimas partidas, com os jogadores apáticos e sem nenhuma esquematização.

Como se ignorasse a presença de seu adversário em campo, o Botafogo começou a partida com muita calma, acreditando que o gol seria uma questão de tempo. O Bonsucesso, por seu turno, postou-se como todas as equipes pequenas — bem fechado em sua defesa, tentando contra-ataques que raramente se concretizavam.

O tempo foi passando, o gol não veio, mas o desdém dos jogadores do Botafogo continuou — com raras excessões como Mendonça, Luisinho e Osmar. A primeira fase chegou ao fim e era fácil prever o que seria o segundo tempo.

Sem ter a suficiente velocidade para se colocar em condições de arremate, a alternativa do Botafogo para tentar o gol salvador foram os centros altos sobre área, para Dé, Nilson e, mais tarde, João Paulo — que entrou no lugar de Dé.

Com isso, a defesa suburbana teve seu trabalho facilitado, com o zagueiro Dário se destacando, por sua altura elevada. A partir da metade da fase, o Bonsucesso sentiu que não corria perigo e passou a insistir nos contra-ataques. Num deles, aos 31 minutos, Tuca fez o gol da vitória, que poderia ser mais ampla, não fosse a sorte do Botafogo em mais alguns lances, antes do final da partida.

TIMES & JUIZ

BOTAFOGO — Zé Carlos; Rodrigues Neto, Osmar Médio e Jorge Luis; Luisinho, Mendonça (Mário Sérgio) e Paulo César; Gil, Nilson e Dé (João Paulo). BONSUCESSO — Pedrinho; Carlos Alberto, Antônio Carlos, Dário e Alcir; Wilson Paulinho e Ronaldo, Naldo (Alexandre), Tuca e César. JUIZ — Arnaldo César Coelho, auxiliado por Hélio Miranda e Luis Carlos Oliveira.

HOLANDA VENCEU FÁCIL: 4x1

NIMEGA (Holanda FP-TI) — Mesmo sem contar com alguns titulares, a seleção da Holanda derrotou ontem, facilmente, pelo grupo 4 das eliminatórias da Copa do Mundo o selecionado da Islândia por 4 x 1. Os grandes desfalques da equipe foram Cruyff, que está contundido; Neeskens, comprometido com o Barcelona da Espanha; Resenbrink, sem condições físicas e Rep, atualmente jogando num clube francês.

O técnico Ernest já previa o bom desempenho de sua seleção, embora na primeira partida, jogada no ano passado, em Reykjavik, sua equipe tenha vencido apenas por 1 x 0. Os holandeses terminaram o primeiro tempo com a vantagem de 3 x 0.

A decisão do grupo será no dia 26 de outubro, entre Holanda e Bélgica, em campo holandês. O primeiro jogo foi vencido pela seleção holandesa por 2 x 0.

América passa fácil pelo Campo Grande

O América não encontrou dificuldades para derrotar ao Campo Grande, ontem à noite em São Januário, por 3x0. O time rural não foi capaz de opor a menor resistência à vitória do onze comandado por Marinho Rodrigues. O primeiro gol do encontro custou um pouco a sair, só ocorrendo aos 36 minutos da primeira fase, através de César. O mesmo César ampliou aos 12 minutos do segundo tempo para, um minuto após, Paulo César completar o marcador, marcando contra suas redes.

O América jogou e venceu com Zecão; Uchôa, Alex, Bibica e Álvaro; Renato, Bráulio e Léo; Reinaldo, Mário e César. O Campo Grande perdeu com Moacir; Ademir, Paulo César, Carlos Alberto e Péricles; Adilson, Freitas e Cincio; Rui, Russo e Pantera. A renda somou Cr$ 11.393,00 com 370 pagantes e o árbitro foi José Valeriano Corrêa, auxiliado por Edir Teixeira e Gilberto Fernandes.

Empate na Cidade do Aço

O Volta Redonda, mesmo jogando em casa, não conseguiu ir além de um empate contra a Portuguesa, ontem à noite, na Cidade do Aço. A partida terminou sem abertura de contagem, apesar do onze comandado por Sebastião Leônidas insistir durante os 90 minutos pela marcação do gol que lhe daria a vitória. A Portuguesa soube se trancar na defesa e suportou bem a pressão de seu adversário, acabando por merecer o empate. O árbitro da partida foi [illegible] Filho, com um bom trabalho, auxiliado por Carlos Daniel Gamboa e Marcelino Rosa Vaz.